



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Antonio José de Lucena Romão Júnior

**Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis representações sociais
de voluntários universitários fluminenses**

São Gonçalo

2024

Antonio José de Lucena Romão Júnior

**Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis representações sociais de
voluntários universitários fluminenses**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Vianna Ferreira

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R761 TESE	Romão Júnior, Antonio José de Lucena. Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis representações sociais de voluntários universitários fluminenses / Antonio José de Lucena Romão Júnior. – 2024. 129f. Orientador: Prof. Dr. Arthur Vianna Ferreira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. Cidadania – Teses. 2. Representações sociais – Teses. 3. Trabalho voluntário – Teses. 4. Prática de ensino – Teses. 5. Solidariedade – Teses. I. Ferreira, Arthur Vianna. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.
CRB7 – 6150	CDU 342.71

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Antonio José de Lucena Romão Júnior

**Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis representações sociais de
voluntários universitários fluminenses**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arthur Vianna Ferreira (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Luisa Furlin Bampi
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Dra. Luciane Patrício Barbosa Martins
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha sincera gratidão a Deus e à intercessão de Nossa Senhora Aparecida, por não abandonar seu filho durante as tribulações. Esta jornada foi iluminada por sua presença constante.

Às minhas duas filhas, Maria Flor e Maria Júlia, dedico este trabalho. São vocês que me inspiram a perseverar na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Vocês são minha força e motivação para seguir adiante.

À minha amada esposa, Raquel, expresso minha eterna gratidão. Sua paciência e apoio incondicional foram fundamentais durante todo o processo do mestrado. Sua presença torna meus dias mais felizes e completos.

Aos meus pais, Antônio e Francineide, meu profundo agradecimento por acreditarem em mim e por investirem na minha educação desde o princípio. Seu apoio inabalável foi a base sobre a qual construí cada passo desta jornada acadêmica.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Arthur Vianna, expresso minha admiração e gratidão por sua orientação, apoio e presença constante ao longo deste caminho. Sua abordagem humanizada e parceria foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também aos amigos que fiz na Rede La Salle, em especial à Professora Lívia, coordenadora do Setor de Ação Comunitária, que foi uma forte aliada na construção desta pesquisa. Ao Professor André, agradeço por ser um ouvinte atento e um conselheiro sempre presente.

Aos amigos da pastoral do Unilalsalle-RJ e do Colégio La Salle Abel, expresso minha gratidão pelo trabalho, dedicação e comprometimento com a juventude. Seu exemplo é uma fonte constante de aprendizado e inspiração, mostrando que é possível construir uma sociedade baseada no amor fraterno.

Que este trabalho seja não apenas um marco em minha jornada acadêmica, mas também uma contribuição significativa para a construção de um mundo melhor. A todos que fazem parte dessa jornada, meu mais profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

ROMÃO JÚNIOR, Antonio José de Lucena. *Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis representações sociais de voluntários universitários fluminenses*. 2024. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho acadêmico intitulado “**Cidadania em perspectiva: uma análise de possíveis de Representações Sociais de voluntários universitários fluminenses.**” tem como objetivo investigar as possíveis representações sociais de cidadania apresentadas nos discursos dos voluntários envolvidos através do Projeto social “Ação no Pé Pequeno”, que é ligado a uma instituição de ensino superior confessional católica. A pesquisa pretende analisar como essas representações influenciam nas práticas educativas desenvolvidas nas ações sociais práticas por estes voluntários, bem como a relação de alteridade presente em seus discursos e abordagens pedagógicas. Para tal, foi utilizado uma abordagem psicossocial, baseada em referências teóricas de autores como Ferreira, Reboul e Mazotti. Ao longo da pesquisa observamos uma Hibridização equivocada dos termos “cidadania e caridade” presente nos discursos dos voluntários. Esta confusão gera uma visão deturpada sobre as ações de cidadania presentes no voluntariado, onde as mesmas são vistas de uma forma mais tradicional e individualista, onde a ajuda aos grupos vulneráveis é percebida como um ato de bondade pessoal e de fé, desvinculado de um contexto mais amplo de garantia de direitos e cidadania.

Palavras-chave: cidadania; representações sociais; voluntariado; práticas educativas; solidariedade.

ABSTRACT

ROMÃO JÚNIOR, Antonio José de Lucena. *Citizenship in perspective: an analysis of possible social representations of university volunteers from Rio de Janeiro*. 2024. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This academic work entitled "Citizenship in perspective: an analysis of possible Social Representations of university volunteers from Rio de Janeiro." aims to investigate the possible social representations of citizenship presented in the discourses of volunteers involved in the social project "Ação no Pé Pequeno," which is linked to a Catholic confessional higher education institution. The research seeks to analyze how these representations influence the educational practices developed in the social actions carried out by these volunteers, as well as the relationship of alterity present in their discourses and pedagogical approaches. For this purpose, a psychosocial approach was used, based on theoretical references from authors such as Ferreira, Reboul, and Mazotti. Throughout the research, we observed a mistaken hybridization of the terms "citizenship and charity" in the volunteers' discourses. This confusion creates a distorted view of the citizenship actions present in volunteer work, where they are seen in a more traditional and individualistic manner, with help for vulnerable groups perceived as an act of personal kindness and faith, disconnected from a broader context of guaranteeing rights and citizenship.

Keywords: citizenship; social representations; volunteering; educational practices; solidarity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	CONTEXTUALIZANDO AS PRÁTICAS DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO ORGANIZADAS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) CONFSSIONAL LASSALISTA	14
1.1	Instituição Confessional Católica e o serviço preferencial aos pobres	14
1.2	Instituições de Ensino Superior Lassalistas e a responsabilidade social: o voluntariado como política extensionista	21
1.3	Pastoral da Juventude Lassalista na universidade: o pastoralista como educador social	29
1.4	Pastoral Universitária no Brasil: contextos e perspectivas	33
1.5	Como as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação são regulamentadas pelas diretrizes	39
1.6	Assistencialismo e trabalho pastoral	40
2	VOLUNTARIADO: PRÁTICAS FORMATIVAS PARA CIDADANIA OU RESPONSABILIDADE SOCIAL?	43
2.1	Cidadania à brasileira: como se constituiu a noção de cidadania no Brasil?	48
2.2	O processo de favelização no Rio de Janeiro	55
2.3	Contextualização da comunidade do Pé Pequeno	57
2.4	O Estado como tutelador de direitos e a cultura do voluntariado	59
2.5	A pedagogia social na estruturação do serviço voluntário	65
2.6	O voluntariado universitário como caminho para uma educação para a paz	71
2.7	Teoria das Representações Sociais (TRS)	86
3	A METODOLOGIA DE PESQUISA QUE SERÁ ADOTADA	95
4	ANÁLISE DO MATERIAL RECOLHIDO: SERÁ QUE EXISTEM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIDADANIA?	99
4.1	Análise dos dados	103
4.2	As categorias temáticas encontradas no material discursivo	104
4.3	Tema 1: “sair da bolha que a gente se encontra”	105

4.4	Tema 2: “essa realidade do outro”	111
4.5	Tema 3: realidade completamente precária	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	125
	APÊNDICE – Esboço da entrevista realizada com os voluntários	129

INTRODUÇÃO

“É importante ver, com os dois olhos, os dois lados - para mudar uma única realidade, a que temos”. (Betinho, 1997) É com esta frase que inicio o texto de dissertação para o Mestrado em Educação - Processos formativos e Desigualdades Sociais, por entender a necessidade de lutar por uma sociedade mais plural, democrática e igualitária, onde tenhamos de fato justiça social.

É importante “olhar com os dois olhos”, rompermos as nossas bolhas sociais e irmos enquanto Academia e Sociedade Civil, ao encontro do outro, daquele que é atingido por uma política de Estado genocida, que é invisibilizado, humilhado e desrespeitado, da população que não é considerada sequer cidadão, pois não possuem poder de compra. Em uma sociedade alienada por uma lógica de consumo, se faz crucial formarmos os nossos alunos para a luta. Não podemos mais formar médicos sem empatia, que não se preocupam com os seus pacientes. Advogados que não se importam com os Direitos Humanos. Engenheiros que entendem que a cidade pertence a que pode pagar pelo privilégio de circular em seus carros. Sendo assim, pensam em dificultar o sono de quem não tem nada, colocando pedregulhos nos lugares que esta população chama de casa.

Não podemos formar Educadores que aceitam e legitimam uma política de governo que extermina populações marginalizadas em nome de uma falsa segurança social. Se faz necessário olhar com os dois olhos, sendo primordial ensinar a criticidade aos nossos alunos. A alteridade que será trabalhada neste texto vem como elemento “chave” de uma pedagogia da convivência, que precisa ser ensinada aos nossos futuros profissionais, mais do que transmitida, é fundamental ser vivenciada, pois, é essencial a presença de profissionais, políticos e cidadãos atentos à injustiça social.

O objetivo desta pesquisa é investigar as representações, possivelmente sociais, sobre cidadania dos voluntários universitários de um Projeto Social Ação no Pé Pequeno, desenvolvido na favela do Pé Pequeno, localizada na região das baías, no município de Niterói – RJ. Além disso, compreender como essas bases organizam as relações sociocognitivas e orientam as práticas educativas destes voluntários que se encontram sob a responsabilidade do Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro, uma IES confessional católica.

Desta forma, organizamos o nosso caminho de pesquisa da seguinte forma: primeiramente, iremos contextualizar a história e as práticas de voluntariado (formação dos sujeitos, grupos atendidos e as demandas dos territórios) organizadas pela IES Confessional

Lassalista. Em seguida, identificaremos, a partir das relações sociais e das práticas pedagógicas exercidas no interior dos Projetos de voluntariado, se as representações de cidadania dos voluntários podem ser caracterizadas dentro das Teoria das Representações Sociais. Esta ação tem como intuito averiguar de que forma essas formas de cidadania auxiliam na construção dessas atividades de convivência e de promoção de direitos humanos; assim, influenciando na organização das funções realizadas por estes voluntários nas ações sociais do Projeto desenvolvido na comunidade do Pé Pequeno.

E, por fim, analisaremos em que medida as representações de cidadania, influenciam na constituição de uma identidade voluntária lassalista e suas possíveis consequências na formação universitária dos que se dedicam a essa prática nos projetos sociais desta instituição.

A identidade voluntária lassalista é influenciada pelos valores centrais da instituição, tais como fé, fraternidade, zelo e compromisso com a educação. Esses valores moldam as representações de cidadania dos voluntários, promovendo uma visão de cidadania ativa e responsável. A integração desses valores nas atividades voluntárias resulta em representações de cidadania que enfatizam a solidariedade e a responsabilidade social. Esses valores se refletem nas práticas diárias dos voluntários, consolidando uma identidade coletiva orientada para o bem comum.

Para tal, realizaremos um levantamento da literatura lassalista e confessional católica, que dissertam sobre a educação para populações empobrecidas, serviço voluntário e educação no Ensino superior, de modo a contextualizar o leitor, o local de onde a pesquisa parte, desvelando as práticas educativas lassalistas orientadas por uma filosofia cristocêntrica.

Observaremos também as práticas institucionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro que se relacionam ao serviço voluntário Universitário, Extensão e Responsabilidade Social, a fim de compreendermos como a Instituição de Ensino Superior (IES) entende o voluntariado dentro da sua estrutura educacional.

Trabalhando com a Pedagogia Social como uma Teoria Geral de Educação, que propõe intervenções sociopedagógicas a favor das mudanças na realidade diária dos indivíduos que se encontram marginalizados socialmente. Dentro disso, será trabalhada a Pedagogia da Convivência, campo teórico e prático proposto por Jares (2008) – entendida como uma ferramenta da Pedagogia Social –, posta como um possível viés para se atuar com os grupos em vulnerabilidade social.

Dar-se-á ênfase à relevância desta concepção sociopedagógica ao serviço do voluntariado, através da discussão de 3 conceitos (ou ideias) centrais: a convivência, o conflito e a Educação para a Paz. Essa proposta, contribui para os percursos formativos e práticas

educativas destes universitários, que realizam trabalhos voluntários e almejam uma sociedade pautada nos princípios democráticos e na justiça social.

Por fim, será utilizado a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici (1978, 1981, 2003); apoiando-se em Willem Doise (2001, 2002), para uma abordagem societal da Teoria das Representações Sociais; e utilizando Ferreira (2012, 2016, 2017a, 2017b) para compreendermos os estudos acerca das representações de pobreza que possivelmente possam se desvelar durante o campo.

Na metodologia deste trabalho, optamos pela abordagem qualitativa, tendo caráter exploratório e descritivo. Para tal, utilizaremos entrevistas semiestruturadas e diários de campo, desenvolvendo-se no método fenomenológico, proposto por Ferreira (2015a, 2015b), inspirado na filosofia fenomenológica orientada por Edmund Husserl (1975), e refletido por Depraz (2011).

A fim de examinar o material coletado, será utilizada a análise retórico-filosófica do discurso, inspirada em Aristóteles (1998), e desenvolvida por Reboul (2004), Mazzotti (2003) e Ferreira (2016). Os autores empregam uma abordagem meticulosa para identificar o núcleo figurativo, valendo-se da organização do discurso e das diversas figuras de linguagem, tais como: metáforas, metonímias, e outras figuras de sentido. Suas análises aprofundadas visam desvendar não apenas o significado literal, mas também as camadas simbólicas e expressivas presentes no texto.

Ao examinarem a estrutura e o uso das figuras de linguagem, desvelam as nuances e as sutilezas que permeiam o discurso, proporcionando uma compreensão mais profunda e enriquecedora da obra em questão. Essa busca pelo núcleo figurativo, não apenas revela a habilidade dos autores em decodificar a linguagem, mas também ressalta a importância da criatividade e da expressão na comunicação humana.

Ao focalizarem as metáforas e outras figuras de sentido, Mazzotti (2003) e Ferreira (2016) revelam como a linguagem transcende a sua função meramente descritiva, adquirindo múltiplas camadas de significado e proporcionando *insights* sobre a natureza humana, a sociedade e o mundo ao nosso redor. Sua análise meticulosa, permite não apenas uma compreensão mais profunda do texto em questão, mas também uma apreciação mais rica das sutilezas e da complexidade da expressão retórica.

Para contextualizar a escolha desta temática, faremos de forma sucinta um resumo das nossas histórias pessoais e das nossas trajetórias acadêmicas, demonstrando os motivos pelos quais escolhemos estudar a cidadania, mais especificamente no âmbito da pedagogia social e dos projetos solidários.

Em 2011, iniciei o meu caminho acadêmico, na época cursava duas graduações: Direito na parte da tarde e Sociologia à noite. No decorrer do curso, surge a oportunidade de atuar como conciliador na 3ª Vara do Juizado Especial Cível em Niterói, onde tive a experiência de ajudar em conflitos judiciais. Com o avançar do curso de Direito, percebi que precisava de uma atuação mais forte frente à desigualdade social que observava diariamente no meu “estágio” como conciliador, ao mesmo tempo, na Sociologia, enfrentava questões que me motivavam a trabalhar uma mudança real na sociedade.

Frente a este dilema, conheço o curso de bacharelado em Segurança Pública e Social na Universidade Federal Fluminense, no qual me apaixono pelas matérias e pelo que é estudado de maneira instantânea, sendo o local onde poderia de fato atuar academicamente no combate à desigualdade e as violações de Direitos Humanos. Em 2018, tenho a possibilidade de experienciar o mundo acadêmico de forma mais ativa, conseguindo a aprovação no concurso de monitoria da disciplina: História, Cidadania e Segurança Pública; em paralelo arrumo o meu primeiro estágio no Setor de Ação Comunitária e Pastoral do Unilasalle-RJ em um momento em que tudo parece se encaixar de maneira perfeita.

Com a monitoria tive a certeza de que adotaria a docência como missão de vida, e, com o Estágio, consegui pôr em prática tudo que aprendi na faculdade. Se assumi a educação como missão, o estágio esclareceu a minha preferência pela população em situação de vulnerabilidade social, antes tudo que era dúvida, duvidoso, ou melhor, a dicotomia que eu vivenciava entre o Direito (mundo das ideias), e a Sociologia (mundo dos sentidos), se me permitem esta adaptação pobre de Platão, estava claro.

Sempre tive claro em minha formação enquanto indivíduo, desde a minha adolescência, a importância dos projetos sociais para a formação de um cidadão consciente, que exerce a sua cidadania de maneira ativa e participativa. Quando pude de forma profissional, contribuir para a construção de projetos sociais, voltados a educação de populações marginalizadas, no sentido de estarem à margem da sociedade, entendi pela primeira vez a minha missão como um educador social.

Desde o ano de 2018, atuo na coordenação de projetos sociais, desenvolvendo atividades como: organização de campanhas de arrecadação de alimentos e roupas, oficinas de geração de renda, grupos de estudo, hortas comunitárias, entre outros, com foco em populações em vulnerabilidade social. No âmbito acadêmico, produzindo eventos para debater temáticas que dizem respeito ao combate às desigualdades e violações de Direitos, compreendendo que o papel da universidade é em suma, um papel de extensão, ou seja, ir ao encontro do outro,

promovendo uma cultura de paz e contribuindo para a diminuição das desigualdades, como impulsionadores de uma mudança social.

Hoje, atuo como Assessor de Pastoral no Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, onde coordeno o Programa Pé Pequeno, que se traduz em uma série de atividades voltadas para o combate à fome e às desigualdades. Este programa engloba 6 projetos: duas oficinas de geração de renda; um grupo de estudos sobre cidadania e garantia de direitos; uma campanha de segurança alimentar; um projeto de banco de currículos, que auxilia os moradores da comunidade na busca por empregos formais; e o Fórum de Cidadania e Garantia de Direitos, evento acadêmico que trabalha as temáticas vivenciadas na comunidade, como: violência, Direitos Humanos, insegurança alimentar, entre outros.

O trabalho no Setor de Ação Comunitária e Pastoral me incentivou a voltar à minha área de atuação profissional, como disse anteriormente, ao combate às desigualdades sociais. Da minha atuação na favela do Pé Pequeno enquanto assessor de pastoral, nasce a monografia do Bacharelado em Segurança Pública, intitulada: “Cidadania em Cores: um estudo comparado sobre os diferentes ‘níveis de cidadania’” que constituem a comunidade do Pé Pequeno em Niterói, do qual estudei sobre as desigualdades presentes na comunidade e como as mesmas influenciam diretamente na distribuição dos direitos sociais, civis e políticos.

Em busca de aprofundamento na temática, realizei duas pós-graduações que estão intimamente ligadas ao trabalho que desenvolvo hoje no Setor: a primeira, em Pedagogia Social e Gestão de Trabalhos Sociais; e a segunda, em Políticas Públicas e Sociais, onde por intermédio destas formações consegui estruturar os projetos que coordeno dentro de uma lógica socioeducacional.

Ministrei a disciplina Direitos Humanos e Cidadania para o curso de formação de Guardas Civis Municipais da Cidade de Niterói, percebendo a importância da educação na construção de uma segurança pública mais humanizada, e, compreendendo que estes espaços formativos, contribuem para a construção de uma educação para paz, temática que será trabalhada nesta dissertação.

Agora, no Mestrado, desejo estudar como as representações sociais de cidadania presentes nos estudantes que atuam como voluntários, influenciam na sua prática educativa e contribuem para a aquisição de direitos e oportunidades para os moradores de comunidade e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Ao investigarmos a cidadania e os projetos solidários, reconhecemos a relevância especial que esses temas têm no contexto educacional. A pedagogia social oferece uma abordagem inovadora para promover valores de cidadania e solidariedade entre os alunos,

capacitando-os a se tornarem membros ativos e responsáveis de suas comunidades. Integrar esses princípios em práticas educativas não só enriquece a formação dos alunos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, nossa escolha de estudar a cidadania no âmbito da pedagogia social e dos projetos solidários reflete nosso compromisso com a promoção de uma educação que vá além da transmissão de conhecimentos, engajando-se ativamente na formação de cidadãos conscientes e participativos.

1 CONTEXTUALIZANDO AS PRÁTICAS DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO ORGANIZADAS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) CONFSSIONAL LASSALISTA

Neste capítulo será abordado a identidade confessional do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, bem como a influência da sua filosofia cristã, de serviço preferencial à populações empobrecidas. Nos projetos voluntários, compreendendo de que forma esta identidade impacta na Responsabilidade Social da Instituição e como o voluntariado no Ensino superior assume caráter de atividade extensionista.

Para tal, faremos um resgate histórico do Instituto irmãos de La Salle, assim como apontaremos alguns documentos históricos da Igreja Católica Apostólica Romana, que dispõe sobre solidariedade e a Universidade. A fim de contextualizarmos como nasce algumas práticas que estão intimamente ligadas à Responsabilidade Social, política extensionista e as atividades socioeducativas realizadas pelo Setor de Pastoral através do voluntariado universitário, articulando com a legislação brasileira que dispõe sobre as atividades voluntárias de cunho educativo, tal qual a política de extensão do Ensino Superior Brasileiro.

1.1 Instituição Confessional Católica e o serviço preferencial aos pobres

Ao discutirmos a identidade institucional lassalista, mais especificamente, como ela contribui para o desenvolvimento do processo formativo do voluntário, precisamos compreender, o que é considerada uma Instituição Confessional (IC). Denominam-se Instituições Educativas Confessionais (IEC), aquelas que adotam uma filosofia político-religiosa na sua metodologia de ensino. Nesse contexto, vamos direcionar o nosso “foco analítico” para uma política institucional, ligada a uma gama de valores e princípios que emanam da filosofia cristã.

Para assimilarmos a identidade lassalista, é necessário realizarmos um “caminho identitário” dentro do “universo relacional”, das Instituições de Ensino Superior Confessionais Católicas (IESCC), entendendo a sua identidade e a sua missão, que são expressas através da

constituição apostólica¹ (CA) *EX CORDE ECCLESIAE*¹. Documento escrito pelo Papa João Paulo II, lançado em 1990, que orienta acerca das universidades ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana.

Toda a Universidade Católica, enquanto *Universidade*, é uma comunidade académica que, dum modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. [14] Ela goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir as suas funções com eficácia, e garante aos seus membros a liberdade académica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade no âmbito das exigências da verdade e do bem comum (João Paulo II, 2000, p. 5).

Ao estudarmos a constituição apostólica com mais cuidado, perceberemos uma gama de recomendações, que para esta pesquisa são fundamentais, para completarmos o “quebra cabeça” identitário, ou seja, para identificarmos uma série de valores, práticas e orientações que fazem parte da identidade institucional de uma IES confessional, que naturalmente são passadas em forma de projetos, políticas e conteúdos aos alunos. Como por exemplo: o serviço às camadas empobrecidas e a promoção da justiça social, dispostas na primeira parte desta CA, intitulado identidade e missão.

O Evangelho, interpretado pela doutrina social da Igreja, convida urgentemente a promover « o desenvolvimento dos povos que lutam para libertar-se do jugo da fome, da miséria, das doenças endémicas, da ignorância; daqueles que procuram uma participação mais larga nos frutos da civilização e uma valorização mais activa das suas qualidades humanas; que se movam com decisão em direcção à meta da sua plena realização » (João Paulo II, 2000, p. 11).

EX CORDE ECCLESIAE, nos fala sobre uma identidade missionária que deve ser expressada pela IES Confessional, um “carisma²”, que está intimamente ligado à noção de Garantia de Direitos - que iremos abordar neste trabalho em seu segundo capítulo -, mas que vai além, e, preocupada com uma formação humana-cristã, que tem como princípio basilar a justiça social e o serviço à sociedade.

Então podemos entender que há uma relação de submissão entre a Instituição de Ensino Confessional Católica, e a Igreja Católica Apostólica Romana? Em um primeiro momento assumir esta pergunta como verdadeira é crucial, mas se faz de fundamental importância

¹ Documento Eclesiástico promulgado pelo Líder da Igreja Católica Apostólica Romana.

² Dom extraordinário de Deus concedido a pessoas ou grupo de pessoas com grande fé religiosa, para trabalhar em favor da comunidade. (*Carisma*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/carisma/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

compreendermos, que apesar de terem esta vinculação, há uma relação de independência. Ou seja, as IESC possuem autonomia frente às suas decisões político-pedagógicas, sendo fortemente influenciadas por fatores como: a congregação, local geográfico, história e leis governamentais, mesmo estando vinculados a Igreja.

Direcionando a nossa análise especificamente para uma IES lassalista, entende-se que a mesma deve seguir uma filosofia de ensino cristã, em observância aos preceitos da Igreja. Apesar de ser uma Instituição Educativa, aberta a todos os credos, ou seja, não funcionando exclusivamente para membros da Igreja.

João Batista de La Salle, era um padre católico, cônego³ da catedral de Reims, porém, a sua obra caritativa não era reconhecida como parte integrante da Igreja, tendo em seu início um forte caráter assistencialista. Entretanto, após a sua morte a Igreja aprova de maneira formal o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs: “em 1725, poucos anos após a morte de João Batista de La Salle, a Igreja aprovou formalmente o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs mediante a concessão de um documento oficial, a Bula Papal intitulada *In Apostolicae Dignitatis Solio*”. (Declaração sobre a Missão Educativa Lassalista, 2020, p. 24)

Considerado oficialmente, uma congregação pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana, através do documento papal *IN APOSTOLICAE DIGNITATIS SOLIO* escrito pelo Papa Pio V, a igreja também reconhecesse o valor da missão educativa lassalista, e todo o legado pedagógico, que foi construído por La Salle e os primeiros irmãos⁴, aliando agora o seu fazer missionário da congregação (serviço educativo aos pobres), e a missão da Igreja de evangelização através da educação.

A fim de compreendermos de maneira mais clara o caráter confessional da instituição, e como este afeta as suas práticas pedagógicas, influenciando na sua constituição identitária, podemos buscar o Concílio⁵ Ecumênico Vaticano II (CEVII). Tendo como foco para esta pesquisa, a importância do reconhecimento por parte da igreja católica, do voto de associação

³ Religioso que é membro do colegiado de uma catedral ou igreja e nela exerce função administrativa. (*Cônego*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conego/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

⁴ Título de religioso ou frade que, embora tenha feito votos, não recebe as ordens sacras. (*Irmão*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/irm%C3%A3o/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

⁵ Assembleia de prelados católicos presidida pelo papa ou por seu legado, para deliberar sobre questões doutrinárias ou disciplinares. (*Concílio*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/concilio/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

dos irmãos de La Salle, afirmando a identidade laical do Irmão, ou seja, entendendo que os mesmos não são sacerdotes, mas à exemplo de La Salle, são educadores que estão reunidos enquanto associados, em torno de uma missão central o “serviço dos pobres por meio da educação”.

O CEVII para a Igreja significou uma abertura para os leigos, impactando diretamente na visão da congregação lassalista no que se refere ao “chamado”⁶ de leigos⁷ missionários, estendendo agora a missão educativa lassalista à comunidade educativa⁸. Compreendendo a “associação”⁹ como uma forma extensiva, a todo aquele que sente o “chamado.” Podendo considerar aqui uma forte construção de laços de pertença e vínculo, com uma identidade herdada que abordarei melhor no capítulo 2.

Sendo assim, para apreendermos o papel da Instituição de Ensino católica confessional, utilizaremos Juliatto (2009, p. 28), que diz:

A universidade católica, em razão de sua identidade confessional, traduz nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, seu modo peculiar de anunciar a mensagem cristã. Evangelizar significa, ao mesmo tempo, testemunhar e anunciar o Evangelho, isto é, viver e proclamar as exigências da mensagem cristã. Jesus ordenou a seus discípulos que fossem pelo mundo afora, pregando o Evangelho, anunciando a todos os povos, raças e culturas a sua mensagem de amor ao próximo. A ordem de Jesus – ‘Ide e evangelizai a toda criatura’ – não tem apenas uma conotação geográfica e cultural que engloba todas as regiões e raças do mundo, mas também uma referência a todas as classes e ambientes sociais, incluindo o mundo dos intelectuais e o ambiente universitário.

A partir desta explicação, podemos perceber como se apresenta, a filosofia institucional do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, enquanto instituição de ensino superior católica, pertencente aos Irmãos de La Salle. Tendo em seu espaço, a missão de anunciar o evangelho e os valores filosóficos-cristãos, que estão ligados à uma visão humanística do mundo, no qual, para o desenvolvimento desta pesquisa é de fundamental importância. Nos auxiliando a assimilar de que forma esta filosofia é passada ao longo do tempo, e principalmente como ela se modifica, impactando ou no fazer pedagógico dos voluntários que trabalham

⁶ Qualquer disposição natural do espírito; pendor, talento. (*Vocação*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/voca%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

⁷ Na Igreja Católica, leigos são os cristãos que não fazem parte do clero.

⁸ A comunidade educativa integra estudantes, professores e colaboradores da Rede La Salle.

⁹ Agrupamento de pessoas para um fim ou interesse comum. (*Associação*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/associa%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

enquanto educadores sociais¹⁰.

Como dito anteriormente agora de forma mais completa, João Batista de La Salle nasceu na França, na cidade de Reims, no século 17, no ano de 1651. De família abastada, La Salle aos 16 anos foi nomeado cônego da Catedral de Reims, sendo ordenado sacerdote no ano de 1678. Considerado o Padroeiro Universal dos Educadores ele dedicou sua vida à educação dos filhos de artesãos, fundando os Irmãos das Escolas Cristãs, uma comunidade de professores não sacerdotes, que se dedicavam à educação das camadas empobrecidas.

É considerado um pedagogo inovador, pois, foi o precursor nesta modalidade de ensino. Sendo o pioneiro na criação de centros de formação de professores, onde lhes eram instruídos o ofício de educador, bem como, o ensino da língua Francesa, matemática e outros saberes que eram necessários para a vida comum da época, focando nos saberes populares dos alunos, como forma de atingir e engajar os jovens.

Em segundo lugar, estes “filhos de artesãos e de pobres” necessitavam duma educação gratuita que lhes permitisse encontrar trabalho no novo tipo de sociedade comercial que se desenvolvia nos povoados e cidades da França no século XVII. Para La Salle e seus Irmãos, isto significava não apenas ensinar a ler em Francês, segundo o Dictionnaire du Grand Siècle (Dicionário do Grande Século), mas, também, ensinar a escrever, privilégio que, naquela época, estava reservado, mediante pagamento, aos mestres calígrafos. La Salle também viu que aprender a calcular com as operações matemáticas básicas e formar seus alunos na cortesia e urbanidade eram aprendizagens indispensáveis para converter os alunos em cidadãos responsáveis (Declaração sobre a missão educativa lassalista, 2020, p. 20).

Após esta breve descrição de como surgiu a identidade dos educadores Lasallistas, se torna necessário saltarmos ao longo dos séculos, e criarmos uma ponte para os dias atuais, compreendendo como os Lassalistas se organizam hoje, enquanto educadores e enquanto Irmãos de La Salle.

Os lassalistas passaram por diversas transformações durante a sua história, e como podemos observar, se espalharam por diversos países. Tendo contato direto com diferentes culturas, realidades socioeconômicas e diferentes modelos educacionais. Porém, para compreendermos como se dá, a unidade das atividades lassalistas, e como elas são orientadas nos dias atuais, precisamos entender de onde parte todo o entendimento sobre a missão.

Para decidir o rumo da missão por sete anos, reúne-se um conselho composto pelos Irmãos Conselheiros Gerais e pelo Irmão Vigário Geral, denominando-se Capítulo Geral. Nesse encontro é escolhido o Superior Geral, que se trata do irmão eleito para ser um “sucessor do

¹⁰ O educador social é um profissional que trabalha com populações empobrecidas, em situação de exclusão social e vulnerabilidade.

fundador”, ou seja, coordenar e orientar a missão. Sua liderança tem duração de sete anos, contando com o auxílio de um vigário geral e do conselho composto pelos Irmãos Conselheiros Gerais. No Capítulo Geral surgem novos desafios que orientam as práticas educativas dos lassalistas pelos próximos anos.

O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs é uma congregação religiosa de irmãos leigos, fundada por João Batista de La Salle, presente em 80 países, possuindo aproximadamente 1.083 comunidades educativas. Os Irmãos das Escolas Cristãs se organizam em 5 grandes regiões ao redor do mundo, cada uma com a sua determinada Província, a saber: Parc - Conferência Regional Pacífico-Ásia; Relaf – Région Lasallienne Afrique-Madagascar; Relem – Région Lasallienne Europe-Méditerranée; Relal – Região Latinoamericana Lasallista; Relan – Région Lasallienne De L'amérique Du Nord / Região Lasalliana Da América Do Norte.

A Rede La Salle no Brasil, compreende 45 comunidades educativas, dentre estas estão as Instituições de Educação Superior (IES), estando a Rede vinculada à Província¹¹ La Salle Brasil-Chile (2014), formada pelos países: Brasil, Chile e Moçambique. Cada Instituição Lassalista deve organizar suas atividades de maneira independente, porém precisam seguir as orientações e indicativos da Província, como uma proposta educativa que serve de base para os seus projetos e atividades pedagógicas.

Sendo assim, o Projeto Educativo Regional Lassalista Latino-Americano (PERLA), serve como um “guia”, ou seja, um referencial para a Missão Educativa Lassalista na América Latina. É interessante para este trabalho e para a constituição do nosso “caminho pastoral¹²”, observar o Capítulo 2 intitulado “Urgências Educativas”, mais especificamente, o subtópico que dispõe sobre a democratização do conhecimento.

Inovar e impulsionar as práticas da pedagogia lassalista para sistematizá-las, revisá-las criticamente, construir conhecimento a partir delas e torná-las conhecidas. Da mesma forma, apoiar as experiências de fronteira para que prossigam respondendo à atualização de nosso carisma e ao espírito de associação para o serviço educativo aos pobres (PERLA, 2011, p. 14).

¹¹ O conjunto dos conventos e casas conventuais de uma ordem religiosa, chefiado por um provincial. (*Província*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Prov%C3%ADncia%20/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.)

¹² Ação da Igreja católica no mundo, por meio de atividades diversas que visam não só transmitir ideias, valores e ideologia, mas também prestar serviços à comunidade em vários setores, como saúde, educação, infância, juventude etc.; pastoral. (*Ação Pastoral*. In.: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/a%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.)

Para compreendermos a missão educativa lassalista e o voluntariado enquanto educador social, como parte de uma política institucional, analisaremos a linha de ação que dispõe sobre o “Desenvolvimento de espaços e programas educativos formais e não-formais para que as comunidades excluídas melhorem suas condições de vida e sejam sujeitos de seu próprio destino”.

Em sua *práxis* educativa, as Instituições Lassalistas de Ensino (ILE) prezam pelo pilar estruturante que perpassa por todo o seu “fazer educacional”, a tríade: *fé, fraternidade e serviço*. Aqui, podemos observar o caráter confessional da instituição, mas cabe, especificamente, destacar o “serviço”, de forma mais objetiva: o “serviço aos pobres por meio da educação”, como princípio sociopedagógico.

Outro documento importante de ser observado para a construção desta pesquisa e para o melhor entendimento da identidade “herdada”, assunto no qual irei aprofundar melhor no capítulo 2, a Proposta Educativa da Província La Salle Brasil-Chile (2014) define 9 eixos, que traduzem a “herança pedagógica lassalista.”⁵ Dentre estes pilares, gostaria de destacar como importantes para compreendermos a construção da identidade lassalista:

- a) Universal: todas as pessoas, independentemente das condições econômicas e sociais, deveriam ter acesso à educação.
- b) Popular: que atendesse, especialmente, aos filhos dos artesãos e dos pobres, que tinham menores possibilidades e condições de receber educação, naquela época.
- c) Integral e integradora: que formasse integralmente, com atenção ao todo da pessoa, desenvolvendo harmonicamente os níveis, as dimensões e as relações, de modo que os conteúdos e os valores ensinados e aprendidos fossem colocados em prática na vida de cada estudante, conformando uma unidade e um sentido de vida; em síntese, La Salle se propôs a “ensinar a bem viver (Província La Salle Brasil-Chile, 2014, p. 11).

Se buscarmos mais profundamente neste documento, podemos identificar os princípios que norteiam as práticas pedagógicas da Instituição educativa, sendo eles: Antropológicos; Teológicos; Epistemológicos; Pedagógicos; Ético-morais; Pastorais; Políticos/Socioculturais; Ecológicos; Estético-expressivos; Administrativos.

Ao se debruçar sobre o preceito Político/Social, este dispõe:

Queremos a Educação Lassalista permeada por um compromisso político, social e cultural, à luz dos princípios evangélicos. Esse nos impulsiona a formar pessoas para a cidadania democrática, com capacidade crítica e reflexiva, permitindo-lhes desenvolver um compromisso com o desenvolvimento humano sustentável e a transformação social; o respeito à diversidade cultural e à pluralidade; a erradicação da pobreza e da marginalização, que permita a equidade social e a vivência da fraternidade (Província La Salle Brasil-Chile, 2014, p. 19-20).

Em observância a este tópico, podemos observar de maneira clara, como a questão da

cidadania vem como um elemento forte dentro da formação identitária da rede. Em consonância com a missão principal de serviço ao pobres, ela serve como uma espécie de elemento chave, que guia as práticas educativas, seja na atuação com populações empobrecidas, seja na educação dos seus alunos, enquanto instituição educativa, percebendo aqui um caráter formador que está atendo a uma transformação social como característica formadora.

Elemento este que será fundamental para compreendermos, de que forma o conceito de cidadania é passado aos voluntários, e educandos da IES Lassalista, bem como, perceber se este valor está inserido de forma orgânica no “fazer” institucional, ou seja, nas práticas pedagógicas que orientam os trabalhos, projetos e atividades do Centro Universitário.

Não obstante, se faz fundamental para conseguirmos identificar uma educação que está aliada com a promoção de justiça social, porém, irei aprofundar melhor esta temática no próximo capítulo. Onde busco analisar a luz das práticas observadas no campo, da bibliografia escolhida e dos documentos da Rede La Salle, se de fato a noção de cidadania aparece nos voluntários, e se aparece, de que forma ele se apresenta. “Em todo caso, trata-se da formação para a cidadania, através de mediações educativas que constroem conhecimentos sustentadores de uma ética do cuidado encarnada na responsabilidade e na solidariedade” (Declaração sobre a Missão Educativa Lassalista, 2020, p. 94).

Nos quais gostaria de destacar para este trabalho os: Ético-morais; Pastorais; Políticos/Socioculturais, por expressarem em seu texto pontos muito importantes para a construção da identidade institucional relacionado aos programas de voluntariado universitários, desenvolvidos na IES.

1.2 Instituições de Ensino Superior Lassalistas e a responsabilidade social: o voluntariado como política extensionista

A fim de contextualizar a prática educativa e parte da identidade de La Salle, precisamos estar atentos ao contexto histórico em que esta congregação religiosa se formou. Conforme comentado anteriormente, João Batista de La Salle dedicou-se à formação de professores que se dedicavam à educação de “meninos pobres”. Partindo dessa “herança metodológica”, o irmão de La Salle entende que o seu carisma é o serviço educativo aos “pobres”, sendo sua principal “missão” educar as populações empobrecidas através das suas obras caritativas, orientação intrínseca às ações dos voluntários. Frente a isso, o compromisso educativo lassalista passa a

ser uma Responsabilidade Social (RS), pois, segundo Menegat e Sarmiento (2018, p. 47):

Diante dos princípios e do ideário educativo que regem a ação dos Irmãos das Escolas Cristãs, as Instituições de Ensino Superior Lassalistas são chamadas a assumirem como eixo balizador ações que articulem e consolidem a Responsabilidade Social (RS) à tríplice missão universitária do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Fazendo o “movimento de trazer para a realidade” do Ensino Superior no Brasil, observando que dentro deste “eixo balizador” que dispõe sobre as ações que consolidam a RS, podemos compreender que o carisma lassalista de “serviço educativo aos pobres” foi se “modernizando” ao longo do tempo e se configurando em uma ideia de Responsabilidade Social, que se “mescla” com a estrutura da Educação Superior no Brasil.

O que seria extensão universitária? Qual o seu papel dentro da educação de nível superior? E como ela se conecta com a dimensão da responsabilidade social? Estas são perguntas fundamentais para este capítulo, pois através delas podemos compreender como as IES lassalistas conseguiram manter a sua herança herdada, atuando atualmente, enquanto instituição educativa de nível superior. Também é interessante para este trabalho perceber que a Responsabilidade Social (RS), a Extensão Universitária e por conseguinte a Pastoral forma uma aliança indissociável na construção de um sentimento de pertença lassalista.

Mas o que seria afinal é Extensão Universitária? E o que tem a ver com o princípio Político/Social da Rede La Salle? A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. (FORPROEX, 1987).

Ao analisarmos as 5 Diretrizes para as Ações de Extensão Universitária, que o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) apresenta, sendo elas: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social. Podemos observar tanto na política extensionista brasileira, quanto na pedagogia lassalista objetivos centrais que comungam do mesmo princípio. Como por exemplo: Impacto na formação, Transformação social, Interprofissionalidade.

Sendo assim, se realizarmos um recorte específico da Extensão Universitária, com o intuito de analisar como o voluntariado lassalista, se organiza dentro da realidade de uma IESC, podemos compreender como esta prática surgiu como atividade extensionista educativa, além disso, como ela se configurou para a realidade educativa brasileira formal, destacando o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 4), podemos observar que um dos principais

fundamentos da extensão é a junção do saber acadêmico e popular.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (FORPROEX, 1987).

A Extensão Universitária tem como princípio o elo entre Academia e Comunidade, objetivando aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em “sala de aula” na sociedade, com a finalidade de gerar transformações significativas em um movimento de “mão dupla” entre universitários e sociedade, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 1987).

Ao observarmos a conexão entre os princípios identitários lassalistas - documentos que orientam as práticas educativas - e as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, observamos que esta identidade herdada lassalista é transmitida de alguma forma dentro do fazer pedagógico institucional, pertencendo as práticas oriundas do voluntariado.

Figura 1 - Desenvolvida pelo autor (2022) este diagrama de venn reúne cinco textos bases, que servem como fundamento da prática educativa de uma IES Lassalista



Fonte: O autor, 2023.

Podemos observar no *diagrama de venn* acima, 5 documentos fundamentais para o fazer pedagógico de uma instituição lassalista de ensino superior, que são: o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro (PDI)¹³; a Declaração sobre a missão educativa lassalista¹⁴; a Política nacional de Extensão

¹³ O PDI é uma exigência legal para as Instituições de Ensino Superior – IES e nele são registradas a cadeia de valor da instituição, o referencial estratégico, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a estrutura organizacional, as atividades acadêmicas que desenvolve e as que pretende desenvolver e as estratégias para o alcance dos objetivos, metas e da sua visão de futuro. Ver em: <<https://pdi.ufc.br/pt/inicio/>>.

¹⁴ Sua intenção é motivar e orientar o trabalho educativo lassalista na perspectiva do futuro, para responder às necessidades e aos desafios do mundo atual. Ela procura oferecer propostas cheias de esperança e destacar algumas convicções decorrentes da riqueza histórica lassalista, para facilitar o desenvolvimento e a continuidade das comunidades educativas lassalistas. Ver em: <<https://www.lasalle.org/wp-content/uploads/2020/11/Declaracao-sobre-a-Missao-Educativa-Lassalista-WEB.pdf>>.

Universitária¹⁵, a *EX Corde Ecclesiae*¹⁶; e o Projeto Educativo Lassalista Latino-americano¹⁷. Estes elementos orientam as práticas educativas e fazem parte fundante do carisma institucional, ou seja, da sua identidade enquanto instituição confessional católica.

Se faz fundamental trazer tais documentos organizados em um esquema gráfico, pois observamos que em todos, aparecem a forte presença do conceito de cidadania, como um eixo central de ligação, ou seja, um elo que une diferentes práticas e visões pedagógicas. Observamos abaixo um quadro que nos ajudará a identificar esta conexão em torno da cidadania.

Quadro 1 – Documentos que orientam as práticas pedagógicas da IES Lassalista

Declaração sobre a missão educativa lassalista (2020)	Em todo caso, trata-se da formação para a cidadania, através de mediações educativas que constroem conhecimentos sustentadores de uma ética do cuidado encarnada na responsabilidade e na solidariedade (p. 94).
Política Nacional de Extensão Universitária (2012)	A Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições.
<i>EX Corde Ecclesiae</i> (1991)	Uma Universidade Católica possui a autonomia necessária para realizar a sua identidade específica e cumprir a sua missão. A liberdade de investigação e de ensino é reconhecida e respeitada segundo os princípios e os métodos próprios de cada disciplina, sempre que sejam salvaguardados os direitos dos indivíduos e da comunidade, e dentro das exigências da verdade e do bem comum (p. 5).

¹⁵ A Política Nacional de Extensão Universitária, publicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, em 2012, apresenta o conceito e as diretrizes da Extensão Universitária.

¹⁶ *Ex Corde Ecclesiae* é uma constituição apostólica promulgada pelo Papa João Paulo II a 15 de agosto de 1990, que entrou em vigor em 1991, com o objetivo de definir e refinar o catolicismo das instituições católicas de ensino superior.

¹⁷ Como Projeto Regional, tem o propósito de ser um referencial para a Missão Educativa Lassalista, funcionando como um elemento motivador e inspirador, a fim de produzir respostas criativas, inovadoras e audazes para as urgências educativas dos países de nossa Região. Ver em: <<https://www.lasalle.org/wp-content/uploads/2020/11/Declaracao-sobre-a-Missao-Educativa-Lassalista-WEB.pdf>>.

Projeto Educativo Lassalista Latino-americano (2011)	Criação de ambientes e processos que propiciem práticas significativas para uma melhor qualidade de vida e o exercício de uma cidadania democrática (p. 22).
Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro (2022-2026)	O Unilasalle-RJ entende que é por meio da realização das ações previstas em sua Política Institucional de Extensão Universitária que seu objetivos fundacionais e institucionais, de formar cidadãos críticos e responsáveis, de respeitar e promover a interculturalidade, de promover ações que expressem seu compromisso social com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho estará em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. Além de promover a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa (p.6).

Fonte: Organizado pelo autor (2023), segundo os documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro (PDI); a Declaração sobre a missão educativa lassalista Política nacional de Extensão Universitária, a *EX Corde Ecclesiae*; e o Projeto Educativo Lassalista Latino-americano.

Nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, podemos observar que há uma união entre a responsabilidade social e as atividades extensionistas, visto que o objetivo das mesmas é o de promover e construir práticas efetivas que colaborem com o bem comum da sociedade e para o desenvolvimento da cidadania do discente que está envolvido com as atividades.

Nas universidades, a responsabilidade social está atrelada normalmente à extensão universitária, considerada a sua relação com a sociedade juntamente com os demais segmentos ensino e pesquisa. Porém, a concepção de responsabilidade social não deve estar voltada somente às ações específicas de extensão, tendo em vista que o processo educacional é sistêmico e indissociável. (Nunes; Pereira; Pinho, 2017, p. 172)

No espaço universitário lassalista, temos o Setor da Pastoralidade, responsável por articular entre os alunos as ações de cunho solidário, implementando o “carisma” da instituição nos projetos e afazeres. Cuidando da identidade institucional (individual e social dos indivíduos) e remontando o “carisma original” de serviço educativo aos pobres, que no Ensino Superior ganha um caráter extensionista, traduzindo-se em uma parte importante do “fazer institucional”, compondo a RS da IESL.

Remontando este processo e situando o voluntariado dentro da identidade lassalista, vinculado a uma atividade de extensão que está intimamente ligada à RS da IES e a um processo de formação humano-social dos alunos, podemos observar que, para o Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro (UniLaSalle Rio), como uma Instituição Confessional de Ensino (ICE), trabalhar com a dimensão caritativa faz parte fundante da sua identidade e do seu “fazer educativo”.

As IES lassalistas entendem as atividades de voluntariado estudantil como parte integrante da extensão universitária, pois conecta os alunos com a sociedade, fazendo com que estes vivenciem “fora da sala de aula”, atividades de cunho solidário que serão fundamentais para o seu desenvolvimento humano e profissional, através da “troca” de saberes entre alunos e sociedade.

No UniLaSalle Rio, local onde são analisadas as práticas formativas que orientam o voluntariado universitário, as ações solidárias são realizadas na Comunidade do Pé Pequeno, localizada no município de Niterói-RJ. O município tem uma área territorial de 133,757 km² (2021), seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,837 (2010), possuindo uma população estimada em 516.981 pessoas (em 2021). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos (2010) era de 97%, contendo 228 escolas atendendo o Ensino Fundamental (2020) e os estabelecimentos de Ensino Médio (2020) num total de 95 escolas¹⁸.

Nesse cenário, dentro da lógica extensionista, é imprescindível conceituarmos o voluntariado e descrevermos qual é a sua prática enquanto ator social. Conforme Bonfim (2010, p. 9), o “voluntariado passa a representar, entre outras coisas, o exercício da cidadania, a responsabilidade da ‘sociedade civil’ brasileira pelo bem comum, a opção por ações imediatas e pragmáticas no que se refere ao enfrentamento dos chamados ‘problemas sociais’”.

Ora, se o voluntariado parte do pressuposto da responsabilidade da sociedade civil como expressão de uma cidadania ativa, logo, podemos compreender o seu papel formativo enquanto prática voltada à justiça social e aos Direitos Humanos. Esse movimento educativo que parte do voluntariado, promove mudanças na percepção do mundo que permeia o indivíduo que se voluntaria, trazendo consigo um caráter afetivo no campo da atuação voluntária. Estabelecendo laços que vão além das atividades práticas, o voluntário pode se emancipar, passando a ter uma consciência crítica acerca dos problemas sociais que atingem a população em vulnerabilidade social.

O voluntariado começa a tornar algo que era distante – visto apenas por documentários

¹⁸ Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

e reportagens, através de números e gráficos – em algo próximo, que emociona, que comove e cria vida através das relações sociais. Conhecer as pessoas, conviver em seus espaços, faz com que as ações solidárias gerem afeto, transformando o que, anteriormente, era só verbalizado, em ações e vivências concretas; dando identidade, rosto e individualidade para uma população marginalizada dentro de uma sociedade excludente, baseada em consumo¹⁹ e *status social*²⁰.

Visto que o diálogo com a comunidade e os projetos solidários são ferramentas para a construção de uma sociedade mais democrática, compreendemos os voluntários como atores sociais que realizam ações socioeducativas em espaços não escolares, orientados a partir de projetos que desejam diminuir as desigualdades sociais e impactar, significativamente, na transformação da realidade socioeconômica e político-social em nosso país.

Nessa esfera socioeducacional, destacamos que a identidade do profissional do voluntariado está intimamente articulada com as suas ações humanitárias e que se insere de modo magistral no campo teórico-prático da Pedagogia Social, bem como está em consonância com uma das suas vertentes: a Pedagogia da Convivência.

Outro ponto que vem ganhando mais espaço, após o governo do Bispo de Roma Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, frente à igreja, tomando uma proporção de missão. Foi a solidariedade enquanto prática de educativa e formativa, demonstrando um conceito de convivência que para este trabalho se tornará fundamental, e será trabalhado dentro do capítulo da pedagogia social como prática educativa. Como podemos observar no trecho retirado da encíclica Fratelli Tutti:

Quero destacar a solidariedade, que «como virtude moral e comportamento social, fruto da conversão pessoal, exige empenho por parte duma multiplicidade de sujeitos que detêm responsabilidades de carácter educativo e formativo. Penso em primeiro lugar nas famílias, chamadas a uma missão educativa primária e imprescindível. Constituem o primeiro lugar onde se vivem e transmitem os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e do cuidado pelo outro. São também o espaço privilegiado para a transmissão da fé, a começar por aqueles primeiros gestos simples de devoção que as mães ensinam aos filhos. Quanto aos educadores e formadores que têm a difícil tarefa de educar as crianças e os jovens, na escola ou nos vários centros de agregação infantil e juvenil, devem estar cientes de que a sua responsabilidade envolve as dimensões moral, espiritual e social da pessoa. Os valores da liberdade, respeito mútuo e solidariedade podem ser transmitidos desde a mais tenra idade. [...] Também os agentes culturais e dos meios de comunicação social têm responsabilidades no campo da educação e da formação, especialmente na sociedade atual onde se vai difundindo cada vez mais o acesso a instrumentos de informação e comunicação».[87] (Francisco, 2020, p. 30).

¹⁹ Teoria do geógrafo Milton Santos (2007), que trabalha a relação do capital com a aquisição de direitos.

²⁰ Teoria do autor Thomas Humphrey Marshall (1967), que trabalha o conceito de *status social* vinculado à aquisição de direitos.

Aliado a esta noção de solidariedade podemos identificar outro pilar, que se desenvolve aliado a uma ideia de justiça social, e promoção de direitos, que é a cidadania, que aqui assume o conceito de igualdade de direitos.

131. Para aqueles que chegaram há bastante tempo e já fazem parte do tecido social, é importante aplicar o conceito de cidadania, que «se baseia na igualdade dos direitos e dos deveres, sob cuja sombra todos gozam da justiça. Por isso, é necessário empenhar-se por estabelecer nas nossas sociedades o conceito de cidadania plena e renunciar ao uso 34 discriminatório do termo minorias, que traz consigo as sementes de se sentir isolado e da inferioridade; isto prepara o terreno para as hostilidades e a discórdia e subtrai as conquistas e os direitos religiosos e civis de alguns cidadãos, discriminando-os».[112] (Francisco, 2020, p. 34-35).

Compreendendo os pilares que fazem parte de uma identidade confessional católica, sabermos onde são expressados estes valores dentro de um modelo organizacional educativo de uma IES confessional, e assim, podemos relacionar o serviço voluntário dentro desta estrutura.

1.3 Pastoral da Juventude Lassalista na Universidade: a ação do pastoralista na educação social

Para compreendermos como a pastoral lassalista entra no contexto da Responsabilidade Social Universitária (RSU), mais especificamente dentro da extensão universitária desenvolvendo ações de voluntariado, precisamos entender o que é uma pastoral? Qual a sua função dentro da estrutura administrativa/pedagógica de uma instituição lassalista de ensino superior?

A pastoral é responsável pelo cuidado com a identidade institucional e pela disseminação do carisma de La Salle, mas o que isso significa na prática? Ela é responsável por desenvolver programas, atividades e projetos que conectem a comunidade educativa à missão lassalista, dentro da tríade: Fé, fraternidade e serviço. Ou seja, é o Setor dentro da Instituição Confessional de Ensino que preza pela identidade cristã, no caso dos lassalistas, católicos, como podemos observar no documento *EX CORDE ECCLESIAE*.

A pastoral universitária é aquela actividade da Universidade que oferece aos membros da própria Comunidade a ocasião de coordenar o estudo académico e as actividades para-académicas com os princípios religiosos e morais, *integrando assim a vida com a fé*. Ela concretiza a missão da Igreja na Universidade e faz parte integrante da sua actividade e da sua estrutura. Uma Comunidade Universitária, preocupada em promover o carácter católico da instituição, deverá estar consciente desta dimensão

pastoral e ser sensível aos modos com os quais pode influir em todas as suas actividades (2000, p. 13, grifo do autor).

Para este trabalho é necessário contextualizar as práticas pastorais, para conseguirmos estabelecer uma relação lógica entre: Extensão, Responsabilidade social, voluntariado e cidadania. Segundo a carta apostólica *EX CORDE ECCLESIAE* “Todos os que se ocupam da pastoral universitária exortaram professores e alunos a ser mais conscientes da sua responsabilidade em relação aos que sofrem física e espiritualmente.” (2000, p. 13) Neste pequeno trecho podemos observar a missão pastoral de “serviço aos pobres” que se mescla diretamente com o voluntariado e as práticas de responsabilidade social da IES.

Para contextualizarmos como a pastoral se dá na realidade de uma IES lassalista, teremos que utilizar o conceito de pastoral disposta no Plano Pastoral da Província La Salle Brasil-Chile (2015 -2018), que dispõe:

A concepção de Pastoral designa não somente um setor, mas também um serviço pelo qual se contribui concretamente na missão institucional. É pela Pastoral que se irradia o Carisma e a Espiritualidade específicos do Instituto, por meio de gestos solidários e de transformação social, alicerçados nos Princípios Lassalistas de Fé, Fraternidade e Serviço (Província La Salle Brasil-Chile, 2015, p.18).

A fim de compreendermos como de fato se direcionam as práticas educativas que são orientadas pela pastoral, precisamos apreender que a mesma no Ensino superior - diferente da Educação básica - se alia à extensão universitária. Compondo no Unilasalle-Rio de Janeiro parte fundamental da Responsabilidade Social Universitária, como consta no PDI da IES, sendo responsável pela promoção humano-social da comunidade empobrecida.

A Província La Salle Brasil- Chile dispõe oito eixos de trabalho, que movem o "fazer" pastoral, são eles: Identidade, Carisma e Espiritualidade Lassalista; Infâncias e Juventudes; Formação; Solidariedade e Missionariedade; Bíblico Catequético Litúrgico Celebrativo; Cultura Vocacional; Animação, Acompanhamento e Sistematização; Comunicação e Sistematização dos Processos Pastorais.

No qual o quarto eixo Solidariedade e Missionariedade, traz em seu texto o desafio de: “Proporcionar projetos e espaços de engajamento e compromisso social na perspectiva da promoção dos direitos humanos, iluminados pelo compromisso original de La Salle e pelos valores do Evangelho” (Província La Salle Brasil-Chile, 2015, p.23), tendo como sugestões 6 postos de trabalho: Programas de voluntariado; Ações sociais; Campanhas Assistenciais/Solidárias; Missão Jovem; Captação de recursos para a sustentabilidade dos projetos; Intercâmbio Pastoral.

Sendo assim, o Setor de Ação Comunitária e Pastoralidade (SEAC) do Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro, nasce no ano de 2014, com o objetivo de promover o carisma lassalista na IES. O SEAC conta com 3 diferentes eixos de atuação: Tecnologias Sociais; Formação; Identidade Lassalista. Semestralmente o setor engaja 370 universitários em diversas ações de voluntariado, coordenando atualmente 43 projetos por semestre, sendo 10 programas intimamente ligados com a Cidadania e Garantia de Direitos, atingindo semestralmente aproximadamente 2.812 pessoas.

Focaremos para a realização desta pesquisa no Programa Pé Pequeno. O projeto tem como objetivo combater a desigualdade social e a escassez de oportunidades, visando ofertar a comunidade: cursos, oficinas e serviços de cunho solidário, que contribuam de forma positiva e efetiva para a geração de renda. Também tem como propósito, a inserção dos alunos do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro em atividades solidárias, fazendo parte fundante da sua formação humana, educacional e profissional, motivando o discente a tornar-se um profissional atento às demandas da sociedade e conectado com as questões sociais que o permeiam.

A escolha da comunidade do Pé Pequeno se faz através da filosofia lassalista de geração de impacto e transformação social do entorno. Segundo dados do IBGE do ano de 2000, esta comunidade compreende aproximadamente 3.841 (três mil oitocentos e quarenta e um mil) habitantes. Desde a sua criação, o Setor de Ação Comunitária e Pastoral construiu uma relação de cooperação com os moradores e líderes comunitários, possibilitando o acesso de forma segura à comunidade. Esta parceria também se torna fundamental para o SEAC diagnosticar através das suas pesquisas e escutas ativas, as demandas dos moradores e os pontos mais “sensíveis da comunidade”, como: perigo de desmoronamento, apoio ao colégio que atende a comunidade e pessoas que vivem na faixa da miséria.

Dentro deste programa, funcionam alguns projetos que lidam diretamente com o eixo de Solidariedade e Missionariedade, bem como fazem parte da RSU da IES: Campanha de Páscoa Solidária; Reforço escolar; Oficinas sociais de geração de renda; Recreação para crianças; Horta comunitária; Campanha de volta às aulas; Curso de Lideranças comunitárias; Banco de currículos; Ação Social no Pé Pequeno.

Dentro do projeto Ação Social no Pé Pequeno, será composto o nosso campo de observação. Neste projeto pesquisaremos as possíveis representações sociais de cidadania que os voluntários envolvidos neste projeto apresentam ou não. Esta ação acontece uma vez por semestre, levando uma gama de atividades, serviços e oficinas solidárias para a Escola Santos Dumont, instituição de ensino básico municipal, que atende a comunidade e tem como proposta

realizar uma grande ação social. O SEAC justifica a importância deste projeto diante das realidades de pobreza e dificuldades referentes aos inúmeros problemas urbanos (violência, transporte, dificuldade de acesso aos meios de serviço público).

As realidades locais do Brasil, Chile e Moçambique sinalizam-nos desafios que demandam respostas criativas em vista de garantir os direitos universais básicos do ser humano. Nessa perspectiva, mudanças, desafios e urgências contemporâneas produzem forte impacto em nossa ação pedagógica e pastoral, exigindo-nos o fortalecimento da organização em rede, a revitalização das práticas pedagógicas e pastorais, maior flexibilidade, fidelidade criativa e esperança no valor e no poder construtivo da educação (Província La Salle Brasil-Chile, 2015, p. 13).

Ao percebermos a preocupação pastoral da Rede La Salle na garantia dos direitos fundamentais ao ser humano, que se dá através de uma ação que se inicia do ponto de vista educacional e segue para um caráter pastoral, compreendemos a preocupação com uma educação popular, que deve atender todas as classes sociais, em especial as populações vulneráveis, onde é a sua principal missão. Inserido nos desafios do quarto eixo do plano pastoral provincial, lançado em 2015, observamos: “Proporcionar projetos e espaços de engajamento e compromisso social na perspectiva da promoção dos direitos humanos, iluminados pelo compromisso original de La Salle e pelos valores do Evangelho.” (Província La Salle Brasil-Chile, 2015, p. 23).

Orientando o nosso foco de investigação para o Unilasalle-RJ, podemos inferir que os projetos sociais que atuam com populações em vulnerabilidade, são dotadas de uma pedagogia social, pautados por um sentido de redistribuição de direitos sociais, ou seja, de acesso à cidadania e a garantia de direitos. As atividades são formuladas de tal forma que, se garanta o acesso à ferramentas e serviços que são assegurados pela constituição federal, mas são negados pelo Estado.

Procura-se aqui investir preferencialmente na capacitação das instituições, na melhoria de condições de vida dos habitantes e nas suas possibilidades de acesso aos serviços públicos e, a partir daí, na universalização de direitos de cidadania. No outro campo de problematização encontramos um discurso feito «em nome das pessoas», consideradas abstractamente ou identificadas por «público-alvo», onde se enfatiza a sociabilidade de tipo comunitário, a afinidade identitária e a promoção de laços de proximidade física, considerando a participação individual como um dever cidadania (Baptista, 2007, p. 145).

Logo, o processo formativo da Pastoral La Salle voltado para o ensino superior, funciona basicamente em três pilares fundantes: Fé, Fraternidade e serviço. Para além destes alicerces podemos aprofundar de maneira a compreender o serviço como atendimento às camadas

empobrecidas e a fraternidade como esta “promoção de laços sociais”, ou seja, um processo de sensibilização para com o aluno que passa pela formação de perceber as diferentes realidades sociais, e a sua participação individual no combate às desigualdades, como exercício de uma cidadania solidária e ativa.

Respondendo à dimensão afetiva: atuar para a melhoria da qualidade da convivência, o exercício da cidadania e a assunção de uma atitude de responsabilidade social. Numa sociedade muitas vezes marcada pelo individualismo e pela indiferença, preocupada com a construção de muros de segregação e do status, o estilo salesiano propõe o incremento da acolhida, do clima familiar, da responsabilidade na convivência social e da cidadania (Caliman, 2016, p. 16).

Podemos identificar na pedagogia lassalista, que é aplicada nos projetos voluntários de cunho socioeducativos, uma presença forte e histórica de uma educação popular, ou seja, de uma forma de ensinar voltada para as camadas empobrecidas, utilizando saberes que estão presentes no cotidiano das pessoas envolvidas nos projetos.

Este capítulo, se faz fundamental para compreendermos toda a estrutura de ensino lassalista, desde sua origem histórica, observando como se modificou ao longo dos séculos, e de que forma se molda hoje. Sendo expressa através da Responsabilidade social da IES, dos projetos socioeducativos desenvolvidos pela mesma, e voltados para as pessoas empobrecidas. Assim, conseguimos “traçar” um percurso metodológico que nos ajuda a apreender como os projetos são pensados e articulados, percebendo o caráter confessional missionário da instituição.

1.4 A Pastoral Universitária no Brasil: contextos e perspectivas

A vivência pastoral na educação superior, aparece para este trabalho como uma forma de extensão e evangelização que ocorre em instituições confessionais católicas. Porém, isto não é uma novidade desta pesquisa, a junção entre extensão e voluntariado, ou seja, (evangelização e extensão) tem uma longa tradição nas universidades do nosso país, traduzindo, como veremos abaixo a própria razão ou natureza da pastoral. Para tal, precisamos compreender o carisma cristão na educação, e de que forma é transmitido através do setor de Pastoral? Após respondermos estas perguntas falaremos sobre a tripla identidade que este setor assume: É extensão? É religioso? É responsável pela responsabilidade social?

O setor de pastoral em uma instituição confessional católica de ensino superior, assume uma função multifacetada, englobando não apenas a dimensão espiritual, mas também desempenhando um papel crucial na promoção da responsabilidade social e na consolidação da identidade institucional. Sob essa perspectiva, a responsabilidade social é concebida como um imperativo ético derivado dos princípios cristãos de solidariedade e justiça social. O setor de pastoral lidera e coordena iniciativas voltadas para o engajamento comunitário, a promoção da justiça e a assistência aos desfavorecidos, alinhadas com os valores da instituição e com a missão da Igreja Católica.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade a favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas acções, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem (João Paulo II, 1990, *n.p.*).

Por meio de programas de voluntariado, campanhas de arrecadação de recursos e projetos de serviço comunitário, o setor de pastoral estimula a participação ativa dos membros da comunidade acadêmica em ações voltadas para o bem-estar social e o desenvolvimento humano integral. Essas atividades não apenas beneficiam diretamente as comunidades atendidas, mas também promovem uma consciência crítica e uma compreensão mais profunda das questões sociais entre os participantes, contribuindo para a formação de cidadãos socialmente responsáveis.

Além disso, o setor de pastoral desempenha um papel fundamental na preservação e na promoção da identidade institucional da universidade. Em colaboração com a direção e demais departamentos administrativos, assegura que os valores católicos permeiem todas as dimensões da vida acadêmica, desde o currículo até as atividades extracurriculares. Isso envolve a organização de eventos litúrgicos, a oferta de formação religiosa e a integração dos princípios éticos e morais da fé católica nas políticas e práticas institucionais.

Descrevo estas diferentes ações para que percebamos a complexidade de colocar o serviço pastoral dentro de uma caixa fechada e rotularmos, por isto, este trabalho se faz fundamental, para compreendermos de fato o lugar desta atividade dentro da organização de uma Universidade Confessional.

Através desta abordagem, que busca integrar diferentes “fazeres” dentro do nicho, compreendemos que a mesma cumpre um fundamental papel na formação dos estudantes, sendo o primeiro elo entre a extensão e o aluno, mesmo tendo um viés evangelizador por trás.

Transcendendo o espaço acadêmico, rompendo muros, e tornando populações que são invisíveis, visíveis para os discentes, promovendo a transformação através de um movimento de criticidade. Dessa forma, a vivência pastoral está comprometida com a promoção do bem-estar social, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e solidário, como podemos ver na *Ex corde ecclesiae* (2000, p.13):

A Universidade Católica, a par de qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada - sempre no âmbito da competência que lhe é própria - a ser instrumento cada vez mais eficaz de progresso cultural quer para os indivíduos quer para a sociedade. As suas actividades de investigação, portanto, incluirão o estudo dos *graves* problemas *contemporâneos*, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a protecção da natureza, a procura da paz e da estabilidade política, a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem económica e política, que sirva melhor a comunidade humana a nível nacional e internacional.

Este caráter evangelizador, está presente em todas as universidades confessionais católicas do Brasil, não sendo exclusivo das instituições Lassalistas de ensino. Porém, isso se vincula em simbiose com o carisma da congregação responsável pela Instituição, podendo influenciar e guiar as práticas pastorais. Como exemplo citarei três experiências pastorais em nosso país, para percebermos como as mesmas se assemelham no âmbito da evangelização, mas se divergem em alguns pontos fundamentais na construção de sua identidade.

A Universidade Católica de Petrópolis (UCP), define o serviço pastoral como:

A Pastoral da Universidade é a presença da Igreja no meio universitário. Temos como principal objetivo a evangelização, por isso, apoiamos os movimentos católicos da Diocese, e fazemos parceria com eles. Estamos todos os dias dentro da Universidade, prontos a oferecer apoio a quem necessitar. A Pastoral é movida por iniciativas como momentos de oração, missas e projetos concretos, manifestando sua solidariedade (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS. Pastoral da Universidade. Disponível em: <https://ucp.br/pastoral-da-universidade/>. Acesso em: 24/10/2023.).

Enquanto a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul através do Centro de Pastoral e Solidariedade, define a sua atuação e objetivo como:

Atuamos de forma integrada às unidades universitárias, nos âmbitos da espiritualidade, formação e solidariedade, com projetos para alunos, professores, gestores, técnicos-administrativos e diplomados. Nosso objetivo é promover a evangelização por meio da reflexão, da vivência da fé e da cultura da solidariedade, colaborando com a formação integral da comunidade universitária. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Pastoral. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/pastoral/conheca/>>. Acesso em: 24 out. 2023).

Já para finalizar a Universidade Católica de Santos, define a atividade pastoral como:

Com o objetivo de coordenar a programação de atividades apostólicas, integrar fé e vida e ser presença frequente junto aos jovens, a Pastoral da Universidade fornece pontos de referência, orienta e preocupa-se em acolher a todos os que, no âmbito da Universidade Católica de Santos, ainda não conhecem o Evangelho e estão dispostos a acolhê-lo livremente. Vinculada à Pró-Reitoria de Pastoral, em sintonia com a Coordenação de Pastoral da Diocese de Santos, tem a finalidade de auxiliar na expressão da identidade católica e na missão da Universidade. Aberta ao diálogo e à colaboração sincera dos membros da comunidade universitária, a Pastoral preocupa-se com a promoção cultural do ser humano e com o desenvolvimento cultural dos povos, disposta a sustentar os católicos comprometidos com a vida universitária. (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. Pastoral. Disponível em: <<https://portal.unisantos.br/pastoral/quem-somos.html>>. Acesso em: 24 out. 2023.).

Outro aspecto importante para este trabalho, é mencionar que Universidade Confessional, não é sinônimo de Universidade Católica, visto que, temos no Brasil diversas Universidades Evangélicas. O ensino confessional no Brasil refere-se à prática de oferecer educação com base em princípios religiosos específicos, geralmente ligados a uma determinada denominação religiosa. No caso do catolicismo, as instituições de ensino superior confessional muitas vezes são mantidas pela Igreja Católica ou por ordens religiosas católicas, e sua missão educativa é influenciada pelos valores e ensinamentos dessa fé.

Essas instituições tendem a oferecer não apenas uma educação acadêmica, mas também uma formação moral e espiritual aos seus alunos, integrando aspectos religiosos em sua vida discente e comunitária. Isso pode incluir a realização de missas, atividades de pastoral, cursos de teologia ou filosofia religiosa, e outras práticas que refletem a identidade católica da instituição. A tabela abaixo que divide as Instituições de Ensino Superior (IES) por região e denominação religiosa fornece uma visão detalhada da distribuição geográfica e da afiliação religiosa das instituições de ensino confessional no Brasil. Esse esquema inclui informações como o número de organizações por região do país e a denominação religiosa à qual estão associadas, como, evangélica, Diocesana, congregação e ordem, que é o nosso foco central.

A importância do uso dessa tabela reside em sua capacidade de fornecer uma compreensão abrangente e sistemática da presença e da influência das instituições de ensino confessional em diferentes partes do Brasil. Ao analisar esses dados, podemos identificar padrões e tendências regionais, entender melhor o contexto educacional e religioso de cada região e avaliar o impacto das instituições confessionais na educação superior brasileira como um todo. Para compreendermos a dimensão do ensino confessional em nosso país, gostaria de citar a tabela do artigo “A Igreja Católica e suas instituições de Ensino Superior” (Arduini, 2017, p. 65).

Quadro 2 – IES por região

Região	Total	Evangélicas	Diocesanas	Congregação/ordem
Norte	6	2	1	3
Nordeste	17	4	5	8
Centro-oeste	12	5	2	5
Sudeste	39	9	10	20
Sul	18	9	1	8
Mais de uma região	4	1	-	3
TOTAL	96	30	19	47

Fonte: Recuperado em 2 de outubro de 2017, de <http://emec.mec.gov.br/emec/nova>

Uma Universidade Confessional Evangélica é aquela que se identifica com uma determinada tradição evangélica cristã, seja ela de origem luterana, anglicana, calvinista, pentecostal, ou qualquer outra denominação desse meio. Essas instituições de ensino superior são estabelecidas com base nos princípios e valores fundamentais desta fé e buscam integrar esses aspectos em sua missão educativa. A identidade dessas universidades é profundamente enraizada nos ensinamentos e na filosofia religiosa de seus fundadores, refletindo-se em suas políticas institucionais, currículos acadêmicos, e na vida estudantil e comunitária.

Por outro lado, uma instituição de educação superior diocesana é aquela que é gerida por uma diocese de uma Igreja Católica. Essas universidades estão sob a autoridade e a autonomia do bispo diocesano, que exerce supervisão direta sobre suas atividades acadêmicas e administrativas. Essas instituições podem estar vinculadas a diversas ordens religiosas dentro da Igreja Católica, o que pode influenciar sua identidade e missão específicas. As universidades ligadas a uma congregação, que é o nosso fruto de estudo, no caso os Lassalistas, são criadas e administradas por uma ordem religiosa²¹. Como os Maristas, Jesuítas, franciscanos, entre outros, como observamos nas definições de pastoral acima.

A organização pastoral em uma instituição de ensino superior, visa atender às necessidades espirituais, éticas e morais dos estudantes, professores e funcionários, fornecendo-lhes suporte e orientação para a sua jornada acadêmica e pessoal. Essa composição, geralmente conduzida por membros do corpo docente ou de instituições religiosas, tem como objetivo promover a formação integral dos indivíduos, proporcionando um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de cada pessoa.

A organização pastoral em uma instituição de ensino superior católica visa promover a

²¹ As organizações religiosas surgidas na Idade Média, como as ordens, congregações e sociedades, foram formadas por sacerdotes que buscavam o isolamento para se dedicar mais às atividades religiosas. Veja em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/papa/0053.shtml#:~:text=As%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20religiosas%20surgidas%20na,nem%20dos%20neg%C3%B3cios%20da%20igreja>>.

vivência e a prática dos valores religiosos entre os membros da comunidade educativa. Isso pode ser realizado por meio de várias áreas de atuação, incluindo: celebrações religiosas, atividades de formação espiritual, acompanhamento pastoral, programas de voluntariado e serviço comunitário, entre outros.

A instituição oferece atividades como missas, meditações e reflexões para permitir que os membros da comunidade acadêmica cultivem sua espiritualidade e pratiquem sua fé. Essas celebrações proporcionam momentos de encontro, reflexão e comunhão religiosa, fortalecendo o vínculo entre os membros da comunidade e sua identidade religiosa.

Além das celebrações religiosas, a instituição investe na criação de espaços físicos adequados para atividades de oração e meditação. Esses locais proporcionam um ambiente propício para o recolhimento espiritual e a conexão com o divino, contribuindo para a formação integral dos membros da comunidade acadêmica. O objetivo dessas iniciativas é criar uma atmosfera de religiosidade que permeie o ambiente da instituição, mesmo que não esteja diretamente ligada à prática do ensino em sala de aula. Essa presença visível e característica da devoção no ambiente universitário, contribui para fortalecer a identidade divina da instituição e oferecer suporte espiritual aos seus membros.

Para garantir a efetivação dessas iniciativas e a manutenção da identidade religiosa da instituição, é necessário um setor dedicado a zelar por essas questões. A pastoral é responsável por coordenar as celebrações religiosas, administrar os espaços de oração, oferecer apoio espiritual aos membros da comunidade e promover a integração da dimensão espiritual no ambiente acadêmico de forma adequada e respeitosa.

Visto isto, apresento-lhes a dimensão pastoral, que além do vínculo com a devoção está intimamente ligado a um caráter ético e moral. Unindo especificamente religiosidade através da missão evangelizadora e moral por meio das atividades relacionadas com a Responsabilidade social. O setor de pastoralidade organiza eventos acadêmicos, como palestras e mesas redondas, que abordam questões morais e éticas à luz dos ensinamentos da doutrina social da igreja. Essas atividades visam promover uma reflexão crítica sobre temas relevantes para a sociedade contemporânea, buscando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As atividades do setor de pastoralidade têm sua base na doutrina social da igreja, que defende princípios como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade, a justiça social e o cuidado com os mais vulneráveis. Esses valores são aplicados à vida universitária, onde se busca promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e de compromisso com o bem comum.

O objetivo dessas práticas é tornar os ensinamentos da igreja acessíveis e relevantes para o contexto acadêmico, traduzindo a linguagem pastoral do Evangelho para uma linguagem mais acadêmica e intelectualmente estimulante. Isso envolve despertar a reflexão crítica sobre questões morais e éticas, relacionando-as com as diversas áreas do conhecimento e os desafios contemporâneos.

Além da dimensão pedagógica pastoral que acabamos de mencionar, temos também a função de apoio emocional. Compreendendo a missão evangelizadora de acolher aqueles que precisam de ajuda, então a pastoral se faz mais próxima oferecendo serviços de aconselhamento, e acolhimento emocional, frentes as dificuldades enfrentadas. Este relato se faz fundamental para visualizarmos um termo que é tanto discutido neste trabalho, “a formação integral dos universitários”, pois diante desta “teia” de serviços, que mesclam atendimento religioso, extensão, palestra, pesquisa, percebemos que a pastoral constrói um arcabouço que auxilia no desenvolvimento pessoal e acadêmico.

1.5 Como as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação são regulamentadas pelas diretrizes?

A fim de elucidarmos o papel da extensão universitária, se faz necessário entendermos o da dialogicidade, ou seja, a relação entre instituição de ensino superior e sociedade e os pontos de cooperação entre eles. Segundo o documento, esta relação deve ser pautada em uma escuta ativa e um diálogo aberto, visando trocas saudáveis de ambas as partes, seja por intermédio de parcerias ou de troca de conhecimentos.

Outro eixo fundamental para compreendermos a organização das atividades extensionistas em nosso país, é a “promoção do desenvolvimento sustentável”, ou seja, as atividades desenvolvidas devem estar alinhadas com princípios de sustentabilidade, tendo como “termômetro” o impacto ambiental, social e econômico. Outro pilar que está na centralidade da academia e do conhecimento científico é a divulgação científica ou a difusão de conhecimentos, estabelecendo uma troca entre sociedade e universidade, buscando soluções eficazes e reais para problemas cotidianos.

Ao olhar estes princípios, podemos pontuar no texto do documento, que a extensão universitária gira em torno da formação cidadã, eixo fundamental para compreendermos as atividades desenvolvidas pelo setor de pastoral no Ensino Superior, visto que, cidadania se

mescla com responsabilidade social. Tendo como objetivo estruturante promover uma formação integral, ou seja, desenvolvendo não somente a parte conteudista, mas gerando uma consciência crítica e uma postura ética, que está pautado em promover a participação ativa do universitário em questões sociais. Como fechamento, temos a valorização da diversidade e da cultura, como valor extensionista, de tal maneira que as atividades de extensão devem prezar a diversidade cultural, promovendo iniciativas que valorizem as tradições, práticas e saberes locais, com o intuito de construir uma sociedade mais inclusiva e plural.

Dessa forma, percebemos que os objetivos do voluntariado universitário se vinculam à extensão dos cursos de graduação. Pois, são fundamentais para orientar e direcionar as atividades, garantindo que elas estejam em consonância com os valores e objetivos da Educação Superior Brasileira. Outro ponto significativo quando falamos de voluntariado e extensão, se faz na oportunidade dos estudantes de graduação aplicarem a teoria que aprendem em sala de aula na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira estabelecem as orientações e critérios para a organização e implementação das atividades de extensão, garantindo que elas sejam integradas ao currículo dos cursos de graduação de forma efetiva. Isso significa que as ações extensionistas devem estar alinhadas com as competências e habilidades propostas nos cursos, agregando valor à formação acadêmica.

1.6 Assistencialismo e trabalho pastoral

Um ponto que é necessário ser abordado é a questão do assistencialismo, que muitas vezes se concentra na prestação de ajuda imediata e paliativa sem abordar as causas subjacentes dos problemas sociais. Isso pode resultar na perpetuação da dependência dos beneficiários em relação às instituições assistenciais, em vez de capacitar as pessoas a enfrentarem suas próprias dificuldades e promoverem mudanças em suas condições de vida.

A falta de uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais e econômicas, que geram e perpetuam a desigualdade, pode levar a intervenções superficiais que não abordam as raízes dos problemas. O serviço social, ao se concentrar apenas no alívio imediato dos sintomas da pobreza e da exclusão, pode falhar em desafiar as estruturas injustas que mantêm essas condições.

Intervenções assistencialistas que não são baseadas em uma análise crítica das causas estruturais da pobreza e da exclusão social podem reforçar estereótipos e preconceitos sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade. Isso pode levar à estigmatização e à marginalização desses grupos, em vez de promover sua inclusão e dignidade.

O trabalho pastoral precisa adotar uma abordagem mais transformadora e crítica em sua prática, buscando não apenas aliviar as consequências imediatas da injustiça social, mas também, desafiar e transformar as estruturas e sistemas que a perpetuam. Isso requer uma reflexão profunda sobre o papel das políticas públicas, das instituições sociais e das relações de poder na criação e na manutenção da desigualdade.

O que nos faz refletir sobre o tipo de ação social, realizada pelas pastorais, tendo em vista que, tem como propósito principal promover a vivência e a prática dos valores religiosos e espirituais, além de oferecer assistência espiritual e apoio moral aos membros de uma comunidade religiosa.

A ideia de salvação, quando vista em consonância com o auxílio aos mais necessitados, assume uma dimensão mais abrangente e holística nas pastorais. Não se trata apenas da salvação espiritual individual, mas também da busca pela transformação social e pelo alívio das dificuldades enfrentadas pelos membros mais vulneráveis da comunidade.

Não existe verdadeira paz sem a justiça social, sem a consistência da alma, sem a felicidade da alma. Eles estão interligados: justiça, paz, a felicidade da alma, a felicidade da pessoa, da família e do povo. O egoísmo, o egoísmo que nos leva a ser indiferentes ao próximo, ao sofrimento do próximo, é um câncer! (Bergoglio, 2013, *n.p.*).

Nesse contexto, as pastorais entendem que a verdadeira expressão da fé e da busca pela salvação, está intrinsecamente ligada ao cuidado e à solidariedade com os necessitados. Essa compreensão se reflete em práticas concretas de assistência material, como distribuição de alimentos, roupas, abrigo, assistência médica e apoio emocional, para aqueles que estão em situações de extrema necessidade.

A quem pergunta: quem é o meu próximo? Jesus responde com uma parábola que nos fala de um homem espancado, roubado e abandonado à beira da estrada. No seu sofrimento, é ignorado por um sacerdote e por um levita, considerados justos e observantes da lei. Mas um samaritano, mesmo sendo estrangeiro, prova ser o próximo porque percebe a situação e decide agir de maneira concreta (Bergoglio, 2017, *n.p.*).

Ao oferecer auxílio aos mais necessitados, as pastorais não apenas atendem às necessidades básicas das pessoas, mas também manifestam os princípios éticos e morais da fé

em ação. Acredita-se que ao servir aos outros, especialmente aos menos favorecidos, os fiéis estão vivenciando os ensinamentos de amor, compaixão e justiça social pregados por sua religião.

2 VOLUNTARIADO: PRÁTICAS FORMATIVAS PARA CIDADANIA, PARA RESPONSABILIDADE SOCIAL OU PARA CARIDADE?

Ao abordarmos o conceito de cidadania trabalhado por Marshall (1967), podemos observar uma cidadania construída a partir de lutas sociais e conquistas de direitos, ou seja, o autor observa uma progressão lógica do surgimento dos direitos ao longo da história, entendendo que os direitos surgiram de forma gradual no contexto da sociedade britânica.

Marshall (1967) compreende a cidadania, como o exercício das três dimensões dos direitos, que são: civis, políticos e sociais. O primeiro, versa sobre as liberdades, defendendo o direito de liberdade de expressão, associação, e propriedade, isto é, se configura um dos direitos mais importantes para o modelo econômico capitalista, pois, aqui se regula o direito à propriedade privada, item fundamental para a nossa análise da cidadania brasileira.

Outro direito fundamental para o autor são os direitos políticos, aqueles que permitem o indivíduo participar da “máquina do estado”, de tal maneira que o cidadão possa se candidatar a cargos públicos, se filiar a partidos políticos e participar ativamente das decisões do Estado, este “ente” que representa a população, através da democracia, ou do parlamento no caso Inglês.

Por fim, Marshall (1967) conclui com os direitos sociais, outra dimensão fundamental para a nossa análise de cidadania, ou melhor, a sua ausência no espectro brasileiro. Fechando este parêntese e fazendo o exercício de não adiantar os próximos tópicos, irei me restringir a abordar a esfera da cidadania social. Este último versa exclusivamente com o sistema capitalista, que em sua estrutura já é pensado para ser excludente, segundo Marx (1996), visto que o mesmo se retroalimenta da exploração do trabalho transformando o indivíduo em uma massa disforme de mão de obra, apagando a sua individualidade. “Os direitos sociais, em sua forma moderna, implicam uma invasão do contrato pelo status, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na substituição da barganha livre por uma declaração de direitos” (Marshall, 1967, p. 54).

Para Marshall (1967), os direitos sociais nascem como uma resposta do Estado para amenizar as desigualdades geradas pelo sistema capitalista, a fim de garantir à população o mínimo para ter uma vida digna. Esta dimensão versa sobre o direito à educação, cultura, lazer, saúde, porém, há uma crítica desenvolvida pelo autor, que compreende os direitos, ou melhor, que o exercício dos direitos, está intimamente ligado à classe social e ao poder econômico que

este indivíduo possui, definindo se o mesmo tem acesso a mais ou menos direitos e ditando a sua posição nesta sociedade excludente.

Para abordarmos o cenário brasileiro, utilizamos Carvalho (2002) com o intuito de compreender a trajetória da cidadania no Brasil, analisando as transformações políticas, econômicas e sociais ao longo da história do nosso país. Para o autor, o início da ideia de uma cidadania no Brasil se deu com a chegada da família real portuguesa em 1808, que trouxe em sua “mala”, toda uma estrutura jurídica portuguesa, influenciando no sistema político do brasileiro, e nas garantias individuais, que eram ligadas a nobreza, visto que Portugal era um regime monárquico.

Não obstante, a primeira noção de cidadania que tivemos em nosso país, em seu alicerce, era movida por privilégios, excluindo na base da pirâmide social, pois um pequeno grupo poderia usufruir dos direitos concedidos pelo Estado, como: homens brancos, proprietários de terras e com formação acadêmica.

Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (Carvalho, 2002, p. 179).

Mesmo após a abolição, os ex escravizados, foram “jogados” em nossa sociedade. Sim, optei por utilizar a palavra jogado, pois entendo que eles não foram inseridos, não tiveram nenhum tipo de cuidado com os seus direitos. Acabaram lançados em nossa sociedade sem nenhum tipo de política pública reparadora, onde inicialmente perderam as suas moradias, e a sua alimentação, em que muitos se transformaram em moradores em situação de rua, e outros não tiveram a opção de serem livres de fato, tendo que se humilhar e voltar para a casa dos antigos patrões, em troca de comida e um teto.

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação (Carvalho, 2002, p. 10).

No decorrer do século XIX, a cidadania foi desenvolvida através dos movimentos sociais e políticos, que reivindicam direitos para as camadas empobrecidas e marginalizadas.

Porém, a grande virada segundo o autor, na questão dos acessos a cidadania foi na década de 1930, mais especificamente no governo de Getúlio Vargas, ao passo que o então presidente promoveu uma série de reformas trabalhistas, criando direitos que até então a população não dispunha. O fundamental para compreendermos dentro do espectro brasileiro, quando falamos de cidadania, é que até então este é um caminho de retrocessos e desigualdades, pois em sua origem já é marcada por um caráter de *status* social forte, que se distingue por cor, economicamente e socialmente.

Ao compararmos os direitos ingleses descritos por Marshall (1967) com os direitos brasileiros abordados por Carvalho (2002), observamos que apesar de ter existido lutas e movimentos sociais que lutaram por igualdade em nosso país, os direitos são frutos de uma bondade do Estado. Logo, eles são encarados como presentes dos governantes, invertendo uma lógica de garantia de direitos e isonomia.

Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. As duas coisas também nem sempre aparecem juntas. A identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países, o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deveu mais à ação dos próprios cidadãos (Carvalho, 2002, p. 12).

Ora se eu, o Estado, dou esses direitos por livre vontade, escolhendo um público-alvo de indivíduos gozosos, não tenho obrigação de garantir que todas as pessoas tenham os seus direitos respeitados, criando uma espécie de “subcidadania”, desigualando as pessoas e limitando os seus direitos fundamentais. Podemos compreender o termo “subcidadania”, como uma condição em que certos grupos ou indivíduos que são marginalizados e privados do pleno acesso aos direitos concedidos pela cidadania plena. A marginalização ou exclusão, ocorre quando grupos específicos de pessoas são excluídos ou colocados à margem da sociedade devido a fatores como renda, classe social, gênero, religião, status socioeconômico, entre outros.

Wanderley Santos (1987), fala da importância do espaço do acesso a cidade e da visão mercadológica que está intimamente ligada à noção de cidadania em um Estado capitalista, onde há um reforço da figura do cidadão consumidor, aquele que atrela os seus direitos ao poder econômico. O autor enfatiza que a cidade é um espaço de interação e relações sociais, onde não podemos prezar pelo indivíduo, isoladamente, visão oriunda do pensamento liberal, mas que

este lugar deve prezar pela qualidade de vida dos cidadãos, sem distinções. De tal maneira que a cidade seja um espaço democrático de livre participação popular, com o propósito de garantir a transformação do espaço público incluindo todos nas decisões públicas.

Este fator se torna primordial para garantir que este espaço seja plural e democrático, de tal maneira, DaMatta (1997) defende que a sociedade brasileira desigualdade as pessoas, baseando a cidadania em relações pessoais, econômicas e sociais. Com o intuito de construir símbolos de distinção entre os indivíduos. Afetando diretamente o conceito de isonomia, desigualando os cidadãos na base do acesso aos direitos fundamentais, pois nem todos conseguem acessar os aparelhos públicos e usufruir da cidade como espaço democrático, bem como nem todos têm acesso a refeições, moradia, bens.

De tal maneira que quando a cidadania é baseada em um *status* social, esses atores não conseguem ter acesso aos direitos necessários para garantir uma vida digna. Uma vez que nem todos são iguais, a balança social gera cidadãos que não estão sob julgamento das normas sociais, sejam elas, jurídicas ou morais, colocando determinados indivíduos acima de um bem-estar social coletivo.

Não é difícil presenciamos em nossa realidade social, diversos atores utilizando de seus cargos, dinheiro ou influência para burlar leis, e impor as suas vontades sob os demais, funcionando como um super cidadão, que compreende uma pequena parcela da população em comparação com uma grande massa que tem os seus direitos violados diariamente.

Os super cidadãos se formam a partir do momento que permitimos que o ensino superior seja critério de prisão especial, quando aceitamos que uma família não tenha um teto para morar, ou seja, quando o protetor destes direitos sociais, que deveria ser o Estado, é o principal agente que viola estes corpos vulneráveis.

O conceito de "super cidadão" é uma expressão que pode ser utilizada para descrever uma pessoa que desfruta plenamente dos direitos civis, sociais e políticos em uma sociedade. Esse indivíduo tem acesso a todas as oportunidades, benefícios e proteções garantidas pela cidadania plena e participa ativamente na vida política, social e econômica do país. Este sujeito usufrui plenamente dos direitos civis, que incluem liberdades individuais, como: liberdade de expressão, liberdade de religião, direito à privacidade, igualdade perante a lei e direito à propriedade. Ele não enfrenta discriminação, restrições arbitrárias ou violações de seus direitos fundamentais.

Além dos direitos civis, o super cidadão tem acesso garantido aos direitos sociais, como educação de qualidade, saúde adequada, moradia digna, segurança alimentar, emprego justo e

proteção social. Ele não enfrenta barreiras econômicas, sociais ou institucionais que limitem seu acesso a esses benefícios essenciais.

O super cidadão também desfruta dos direitos políticos, incluindo o direito ao voto, à participação política, à liberdade de associação e à liberdade de manifestação. Ele participa ativamente na vida política do país, contribuindo para a tomada de decisões e a construção da sociedade.

Em contraste com a subcidadania, que é caracterizada pela marginalização e pela falta de acesso pleno aos direitos e benefícios da cidadania, o conceito de super cidadão destaca a condição privilegiada de indivíduos que não enfrentam obstáculos significativos para o exercício de seus direitos. Enquanto o super cidadão desfruta de todas as oportunidades e vantagens proporcionadas pela cidadania plena, o subcidadão enfrenta restrições, exclusões e injustiças que limitam sua capacidade de participar plenamente da sociedade.

A existência de super cidadãos e subcidadãos ressalta as desigualdades e os desafios sociais presentes em muitas sociedades, onde alguns grupos têm acesso privilegiado aos direitos e benefícios da cidadania, enquanto outros são deixados à margem e enfrentam obstáculos significativos para alcançar uma vida digna e plena.

Toda a vez que a polícia invade uma casa sem mandato, toda a vez que um preto, pobre é preso sem o devido processo legal, evidencia a crise de direitos que vivemos em nossos pais. Toda a vez que uma pessoa de classe média alta, pratica racismo e não é condenada, esta balança de direitos é violada, tornando estas pessoas acima do bem comum, e de um bem estar social.

Podemos observar durante este capítulo, que sempre tivemos “2 países”. Um das pessoas que são consideradas cidadãs, pois possuem bens para “pagar” por este privilégio, e outro que inviabiliza, marginaliza e nega direitos sociais. O que nos conecta intimamente ao papel da universidade, ou melhor, da educação, em formar pessoas críticas, de uma formação para a luta, uma formação voltada para uma paz, mas que não se nega ao conflito, pois compreende que esta pluralidade de ideais é o combustível de uma democracia saudável, atenta aos movimentos sociais e que pensa políticas públicas inclusivas.

O papel de debater a cidadania no Brasil para este trabalho, se dá pela importância de abordarmos questões que são primordiais ao campo da educação, de entender o papel formativo da pedagogia social aplicada à populações empobrecidas, de perceber que existem outros saberes para além dos muros de uma instituição de ensino. Que é função do educador como agente de transformação social ter a plena consciência da sua função enquanto provocador, sim, utilizo a palavra provocador para apreendermos que ninguém emancipa ninguém, mas faz parte de um processo de criação de consciência.

A pedagogia social está intrinsecamente ligada aos direitos humanos e à promoção da justiça social. Ela é um campo teórico que se concentra na intervenção da educação na realidade social, visando à transformação e à melhoria das condições de vida das pessoas e das comunidades marginalizadas ou em situação de vulnerabilidade. Assim, busca garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso aos direitos humanos fundamentais, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho digno, à moradia adequada, à liberdade de expressão e à justiça.

Além disso, a pedagogia social também se preocupa em empoderar as pessoas para que se tornem agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades, capacitando-as a exercer seus direitos e a promover o respeito mútuo, a solidariedade e a inclusão social. Portanto, ao invés de excluir os direitos humanos, a pedagogia social os abraça como princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Ao utilizarmos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) como instrumento legislativo que versa sobre a dignidade da pessoa humana, a nível global, com o intuito de compreendermos como se dá a construção destes direitos na comunidade internacional, observamos enquanto dispositivo para a construção de uma sociedade plural e democrática. Sendo assim, a Pedagogia Social se concentra na aplicação de práticas educacionais para lidar com questões sociais e promover mudanças na comunidade.

2.1 Cidadania à brasileira: como se constituiu a noção de cidadania no Brasil?

Ao abordar cidadania brasileira percebemos uma forte presença de uma lógica capitalista que orienta as práticas sociais. Para Weber (2006), a “posse”, ou seja, possuir algo te confere um “*status*” de “escolhido”, ou de “temente a Deus”, mostrando que Deus abençoa quem tem bens, logo quem é pobre é maldito, é “preguiçoso” e desprestigiado aos olhos de Deus.

Diante do contexto atual, é crucial examinar a origem dos direitos e como eles foram introduzidos à sociedade brasileira, a fim de compreendermos melhor a dinâmica da relação entre o Estado e os cidadãos. Esta reflexão nos permite entender não apenas a evolução histórica dos direitos, mas também como eles foram moldados e interpretados ao longo do tempo.

Segundo a descrição do nascimento dos direitos no contexto inglês realizada por Carvalho (2002), primeiro, surgiram os Direitos Civis, que serão responsáveis por proteger a

liberdade individual, dando direito a propriedade, ao trabalho, a liberdade de expressão e o acesso à justiça; após, surgiram os direitos políticos como forma de representação, onde o cidadão passa a fazer parte da máquina pública do Estado, votando e podendo ser votado, e por fim, para amenizar as desigualdades que nasceram do sistema econômico capitalista, surgem os direitos sociais. Sendo assim, para Marshall (1967), o *status* de cidadão, que se traduz no gozo pleno dos direitos, fornece ao indivíduo uma identidade de pertencente àquela determinada sociedade onde todo cidadão é igual, seja em direitos ou em obrigações.

Podemos entender que a desigualdade se exprime através das classes sociais, que se traduz em uma desigualdade estruturante, visto que se os cidadãos não são “iguais”, logo não possuem o mesmo lugar de fala na sociedade, ou seja, nem todos possuem o “*status de cidadão*”. Assim, podemos observar que não há uma ideia de “igualdade”, ao contrário, o direito que é fruto da desigualdade entre os indivíduos que se apresenta como uma forma de privilégios.

Trazendo para a realidade brasileira, José Murilo de Carvalho (2002), entende que a cidadania brasileira foi em seu cerne excludente. Constituindo primeiramente os direitos sociais, vistos como favores de um Estado tutelador, seguido pelos direitos políticos, que foram desiguais desde sua concepção, privilegiando uma elite, branca, possuidora de bens (terras), alfabetizada e masculina, atendendo a uma pequena parte da população da época, e por fim, os direitos civis, que não eram estendidos a todos os membros da população, abordarei melhor esta questão no segundo tópico deste artigo.

Mesmo após a abolição da escravidão em nosso país, os escravizados recém libertos não gozavam de direitos básicos, como moradia e educação, onde sem emprego e qualquer política reparadora do Estado, eram obrigados a mendigar ou voltar a trabalhar para seus antigos senhores em troca de alimento e moradia.

Entendendo a problemática histórica que permeia a construção da nossa sociedade e por conseguinte a nossa cidadania, Vaz (1994) faz uma leitura dos períodos históricos dos séculos XIX e XX, explicando que com a mudança de “ordem econômica e social”, com o fim da escravidão e com a diminuição do setor primário, mais especificamente das grandes plantações, e com o crescimento dos setores industriais (segundo setor) e de serviços (terceiro setor) foi necessário que os trabalhadores morassem próximos aos grandes centros.

Visto isto, era necessária uma moradia barata e próxima ao trabalho, dando origem aos “cortiços”. Com a falta de espaços para residência, alguns donos de propriedades ofereciam seus “terrenos, casas e quintais para a construção de pequenos cômodos”, onde os moradores dividiam as áreas comuns como os banheiros, tanques, etc. Porém, quanto mais pessoas ocupavam estes espaços, mais as condições higiênicas eram prejudicadas. Aproveitando-se

disto, o setor de empresários imobiliários utilizava de termos pejorativos como “cabeça de porco” para classificar esse tipo de habitação, visando instaurar um padrão de domicílio na cidade do Rio de Janeiro, como explica Vaz (1994).

Sendo assim, o prefeito Pereira Passos baixou o decreto n.º 391 de 10 de fevereiro de 1903, com o intuito de criar um padrão para a construção na cidade de Rio de Janeiro, objetivando transformar a cidade em uma “nova Paris”. Sem moradia e sem condições de custear o preço de moradias perto do local de trabalho e não podendo arcar com o preço do transporte público, houve um processo de migração desta população para os morros ao redor.

Para compreender melhor como o governo brasileiro, agora republicano, entendia a cidadania, também podemos utilizar o autor Carvalho (1987). A Constituição da República de 1891, primeira Constituição do regime republicano, tratava em seu texto de duas cidadanias: uma “ativa”, onde o indivíduo gozava de direitos políticos e civis, e outra “inativa”, da qual estes só possuíam os direitos civis, excluindo totalmente uma grande parcela da população do processo eleitoral.

Com o propósito de contextualizar a cidadania, ou melhor, o acesso aos direitos no Brasil, utilizarei o autor Martins (1994), para compreender como o poder do atraso impacta diretamente na garantia de direitos, subvertendo a noção de “coisa pública” e “coisa privada.” Dentro de uma lógica clientelista a cidadania brasileira foi pautada em uma política de favores, ou seja, uma cultura do favor e do débito político. “A tradição de um sistema político baseado na confusa relação do patrimônio público e do patrimônio privado tem sido a base a partir da qual essa relação foi dando lugar a procedimentos que começam a ser classificados como corruptos”. (Martins, 1994. p.40)

Podemos observar no trecho destacado acima, que o privado se utilizava do público para ganhos pessoais, distorcendo a imagem de direitos, e substituindo por favor, ou débitos. Ora, se asfaltar a minha rua é um favor, não o direito, automaticamente a minha cidadania está vinculado ao meu círculo social, está depositado no outro, não em mim, logo, não sou considerado um cidadão, mas um cliente que sempre está em débitos sejam eles morais ou não.

Para Holanda (2012) a caracterização do homem cordial, ou seja, aquele que não consegue separar o público da sua vida familiar, estabelecendo relações de afeto e misturando a coisa pública com a coisa privada, trazendo uma filosofia de negócios que é particularmente intimista e pessoal. Para que eu conceda os ditos “favores do estado” para um terceiro eu preciso conhecê-lo, e confiar nele, estabelecendo uma relação de proximidade, uma relação baseada no *cordis*, no coração.

Esta falta de distanciamento entre as relações pessoais advindas do modelo de governo

antigo (rural/ colonial), fazem com que o Estado pereça de uma falta de burocratização do que é público, ou seja, estabelecendo uma relação de mais ou menos direitos baseados no grau de proximidade daqueles que pleiteiam tal benesse do Estado. Não obstante, podemos compreender que no Brasil “[...] O clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala [...]” (Martins, 1994, p. 29). Mais uma vez demonstrando que as relações de troca dependem mutuamente do seu capital econômico e social, levando a problematizarmos a exclusão de uma grande parte da população dos “jogos da cidadania”, ou seja, do acesso aos direitos.

Para analisarmos a construção da cidadania brasileira, se faz necessário analisarmos como ela se deu ao longo da história. Para isto, nos reportaremos ao Brasil colonial: uma sociedade de base escravocrata, patriarcal e desigual. Antes de abordar este assunto, é preciso entender o que é ser “cidadão” e como este termo se constituiu ao longo da nossa história e foi se resignificando até chegarmos a concepção de cidadania plena, para compreendermos o que significa dizer que um sujeito tem uma subcidadania ou uma “cidadania negativa”.

Milton Santos (2007), aborda o que seriam cidadanias mutiladas e define que ser cidadão é ser igual ao Estado. O autor explica que este é aquele que pode confrontar o governo de “igual para igual”, podendo opinar, decidir e reivindicar, é “aquele que tem capacidade de entender o mundo” (p. 133). Ora, podemos compreender à luz deste texto que para ser um cidadão pleno, é necessário que o indivíduo entenda as conjecturas do seu país, cidade, ou município de tal forma que tenha ciência que pode reivindicar ao Estado, ou melhor, demandar ao mesmo que seja atendido às suas demandas, pois entende que o poder do Estado advém do povo. Assim, M. Santos (2007) entende que no Brasil, poucos são cidadãos, pois uma minoria entende a diferença entre direitos e privilégios.

Retomando a questão da cidadania em sua origem excludente, para Carvalho (2001), a sua base em nosso país nasceu de forma diversa ao modelo inglês, visto que, no modelo britânico os direitos foram frutos de movimentos e lutas sociais, sendo conquistados pelo povo e sendo enxergados realmente como possuidores e detentores dos mesmos. Podendo fazer uso destes pois este advém do povo, concluindo que houve uma ordem natural e cronológica para o surgimento dos mesmos diferente dos direitos brasileiros.

Para Carvalho (2002), os direitos brasileiros surgiram de outra forma e seguiram outra lógica, sendo outorgados pelo Estado. Nascendo primeiro os direitos sociais, como forma de benesses dos governantes para com o povo, acontecendo de forma “descensional”, ou seja, sendo imposto de “cima para baixo”. Sendo assim, o Estado não construiu com o povo uma

relação de possuidor dos direitos, mas de favorecidos, tal qual estes identificavam como um “favor” concedido pela coroa.

O próximo direito que surgiu foi o político, sendo excludente desde o momento de sua criação. Funcionando como uma forma de “privilégio” a quem era do sexo masculino, branco, alfabetizado e detentor de terras, ou seja, uma pequena parcela da sociedade de aproximadamente 1,5 % da população poderia ter o “direito” de votar, sendo os anseios para com o governo direcionado somente a esta pequena parte da população, refletindo diretamente nas leis e políticas da época. Por fim, a última gama de garantias outorgadas foram os direitos civis, que se traduzem como disse acima, em ter a garantia à propriedade, a livre expressão, direito à vida, entre outros.

Assim, podemos compreender à luz destes autores que os direitos no Brasil são excludentes desde sua criação, e sofrem “mutações” até os dias atuais, pois é necessário que a população conheça os seus direitos para assim de “igual para igual” ou melhor de forma consciente exigir do Estado (“ente” este que é delegado pelo povo, sendo assim o seu “poder” deriva do mesmo), que o mesmo legisle em favor do povo.

Para Santos (2014), a cidadania divide-se em três esferas: os que são mais cidadãos que os demais, os que são menos cidadãos e, por fim, os que não possuem o *status* de cidadão. Diferenciando o conceito de ser cidadão ou melhor de sujeito possuidor de direitos dos países que a autora Haguette (1982) chama de satélites e metrópoles.

Sendo assim, Santos (2014) fala que ao invés de formarmos cidadãos, esta figura foi substituída pela ideia de consumidor, ligando o consumo, ou melhor, a capacidade e o poder de consumir ao direito, atribuindo o *status* de cidadão aquele indivíduo que tem poder aquisitivo, ou quem tem posse, atrelando a ideia de direitos ao seu poder de compra, ou a posse de algum bem.

Para entendermos melhor como este processo se dá, utilizarei DaMatta (1979), onde o autor compreende que a cidadania é algo construído, ou seja, ela é moldada e carregada de valores, costumes e cultura. Para ele, o indivíduo para ser cidadão é necessário que o mesmo seja igual, mais profundamente se faz fundamental que se desconsidere sexo, idade, classe social, para atingirmos uma igualdade plena.

Dessa forma, o autor entende que a sociedade brasileira trata a igualdade como se fosse uma espécie de “prestígio”, ou seja, se você tem pessoas influentes no seu círculo de amizade, ou ocupa algum cargo elitizado na sociedade, logo você exerce os seus “direitos” com mais “facilidade” que os demais, como se você pudesse por exemplo moldar as leis nas diversas situações.

Assim, podemos entender que a cidadania segundo DaMatta (1997) é uma cidadania negatizada, observando a supremacia da pessoa para com o cidadão visto que o *status* funciona como uma forma de blindagem, outorgando benefícios a determinadas pessoas em detrimento de outras, criando “super-cidadãos”. Estes, fazem parte de uma elite econômica e intelectual, ora, se o cidadão é alguém que está abaixo das leis e submetidos a ela, não havendo um ideal de igualdade entre os diferentes indivíduos da sociedade a mesma serve para desigualar, visto que a pessoa é o ser que diferente do cidadão pode “burlar” as leis e usar o seu círculo de influência para ter mais direitos que os demais.

A fim de compreender como a cidadania se constrói no imaginário carioca, utilizei Freire (2014), no qual a autora discorre sobre os moradores de um condomínio de luxo localizado no Rio de Janeiro. Apontando ao longo da sua pesquisa, que no imaginário daqueles espaços observados, o ato de pagar impostos, ou seja, ser contribuinte, serve como argumento para pleitear acesso a mais direitos que os “inadimplentes”, aqueles que são externos ao condomínio, os que não são contribuintes.

A autora entende que o simples ato de pagar imposto, ou ser de classe média, pertencente a um grupo que se vê como homogêneo, que se reconhece como igual e fazem seleção de pessoas baseados neste padrão pré-estabelecido, onde o diferente e a pobreza ameaçam um estilo de vida.

Assim, podemos ver, segundo a autora, o surgimento das categorias “fora” e “dentro”, como uma forma de excluir tudo aquilo que é diferente e é externo ao seu círculo de convivência. Aqui podemos ver que atribui-se um *status* diferente aos moradores de dentro do condomínio, visto que pagam as taxas. Por consequência, contribuem para o funcionamento do local, criando um sentimento de posse para com o lugar, sendo assim, podemos observar a luz de Santos (2014) mais uma vez a figura do cidadão-consumidor. Ora, se eu tenho posse, pago por algo, é atribuído a mim mais direitos em detrimento daquele que não o faz, construindo aqui a ideia de classe, ou seja, é incumbido ao condômino o *status* de cidadão e tudo aquilo que está “fora” desse espaço é considerado “inferior”, não possuidor das mesmas “vantagens”, formando um grupo homogêneo.

Segundo Freire (2014) isto permite que os sujeitos pertencentes a este grupo se sintam mais sujeitos de direitos que os demais, por pagarem mais impostos, retomando o que foi dito anteriormente por Santos (2014), onde o indivíduo deixou de ser cidadão para se tornar consumidor, atrelando os seus direitos ao seu poder de consumo.

A partir deste ponto podemos utilizar o autor Becker (2008), para entendermos o conceito de *Outsiders*, que seria uma espécie de rotulação atribuída a determinados grupos

sociais que estão à margem da sociedade. Para Freire (2014), podemos perceber que os condôminos, fazem um pré-julgamento baseado em estereótipos dos “favelados”, ou seja, as pessoas que moram na comunidade próxima ao local, atribuindo características e práticas aos mesmos baseados em pré-conceitos. Logo, cria-se a figura do diferente, do inimigo e do que “não é um igual”. Sendo desigual, o mesmo não possui os mesmos benefícios, assim, é “necessário” defender-se do outro, investir em segurança privada, novas tecnologias, controle de entrada e saída, pois a qualquer momento minha vida pode ser ameaçada.

É interessante pensarmos que a categoria “favelado”, ou seja, um excluído, um *Outsiders*, se tornou sinônimo de criminalidade, ilegalidade e de perigo, atribuindo aos moradores de comunidade uma “marca” que justificaria políticas desumanas em nome de uma suposta proteção, e vende-se a figura do morador de comunidade como um inimigo, alguém que está abaixo do *status* de cidadão, possuidor de direitos formando uma espécie de subcidadania, segundo Souza (2003) que naturaliza a desigualdade social.

Para compreendermos o surgimento de possíveis representações sociais (RS) de cidadania entre os discentes da Instituição de Ensino Superior (IES) em questão, é fundamental uma breve explanação sobre o conceito de cidadania, com foco especial na cidadania brasileira. Essa contextualização se mostra necessária para analisar se as RS dos estudantes se relacionam de fato com a cidadania, ou se podem se configurar de outra forma.

Embora este estudo tenha como foco os discentes da IES, é importante notar que eles estão envolvidos em projetos socioeducativos que lidam diretamente com populações empobrecidas e em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, é crucial analisar se as representações sociais dos estudantes têm como base um sentimento cívico de cidadania, que engloba princípios como igualdade de oportunidades e direitos, ou se configuram de outra forma, como assistencialismo, fé ou moral cristã.

A cidadania pode ser entendida como um conjunto de direitos e deveres que garantem a participação ativa e igualitária dos indivíduos na sociedade, assim como o exercício pleno de seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. No contexto brasileiro, a cidadania tem uma trajetória marcada por lutas e conquistas, incluindo movimentos sociais e políticos que buscaram ampliar os direitos e garantias dos cidadãos.

Entretanto, as representações sociais de cidadania podem variar conforme o contexto social, cultural e histórico em que estão inseridas. Por exemplo, no contexto dos projetos socioeducativos mencionados, os estudantes podem ter uma visão de cidadania mais voltada para a prática do assistencialismo, baseada na ideia de ajudar os menos favorecidos, sem necessariamente buscar uma transformação estrutural das condições sociais. Alternativamente,

suas representações sociais de cidadania podem estar relacionadas a valores e princípios religiosos, como a fé ou a moral cristã, que orientam suas ações em prol do bem comum e da justiça social.

Portanto, a análise das representações sociais de cidadania dos discentes da IESCC deve levar em consideração essas diferentes dimensões e influências, a fim de compreender melhor como eles percebem e interpretam o conceito de cidadania em seu contexto específico. Isso permitirá uma abordagem mais abrangente e contextualizada do tema, contribuindo para uma reflexão mais profunda sobre o papel da educação na formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes na sociedade.

Visto a necessidade de compreendermos nestes primeiros dois capítulos o caráter filosófico-cristão da Instituição e toda a sua moral judaico-cristã, que fala sobre evangelização através da educação e a cidadania apoiada em autores clássicos inserida em um quadro analítico de desigualdades gerado por um sistema capitalista. Se faz também fundamental apreendermos em qual espaço estes voluntários estão inseridos para a melhor percepção dos seus “lugares de fala”, ou seja, de como eles afetam e são afetados pelos seus afazeres enquanto voluntários.

2.2 O processo de favelização no Rio De Janeiro

Utilizando Carvalho (2002), podemos observar como se deu o processo de abolição da escravidão e de que forma estes indivíduos agora “livres” e teoricamente “iguais” foram inseridos em nossa sociedade republicana. Podemos observar que a abolição da escravidão ocorreu sem nenhuma preocupação com o que aconteceria com os escravizados quando passassem à condição de homens libertos, se haveria alguma política de inserção ou reparação do tempo de escravidão, visando dar condições para que os negros, agora possuidores de direitos e membros da sociedade, pudessem exercer sua “cidadania plena”.

Com a abolição da escravatura, a estrutura do trabalho mudou na cidade do Rio de Janeiro, onde anteriormente tínhamos como base do trabalho a mão de obra escravizada. Após a abolição este trabalho foi substituído pelo trabalho assalariado. Visto isto, os recém libertos que perderam a sua moradia, tiveram que arrumar meios para residirem próximo aos grandes centros industriais da cidade, onde havia uma maior oferta de emprego.

Então houve a necessidade desta população ocupar os grandes centros urbanos, desta forma este público viveu primeiramente os chamados “cortiços”, que eram habitações em

sistema de “penhorado”, isto é, eram casas alugadas em vilas, no qual as famílias mais carentes ocupavam, popularmente chamado de “cabeça de porco”. Por conta da precarização do local e do alto número de moradores por residência, esse espaço era considerado pela sociedade da época, um espaço criminalizado, com um *status* negativo devido a sua insalubridade (Vaz, 1994).

Não demorou muito para os empresários locais voltarem os olhos para aquele mercado em potencial. Com isto, aparece um discurso sobre as condições de moradia e a problematização da situação sanitária daquele local, apoiado por médicos, empresários e engenheiros. Com o discurso de melhores habitações para aquele público, foi implementado a construção de moradias coletivas que atendiam aos padrões sanitários da época, incorporando, segundo Vaz (1994), inovações técnicas de alto custo.

Com os preços absurdos cobrados pelas novas moradias e a autorização de um estatal interventor para a demolição dos cortiços por questões de “saúde pública”, motivados por um ideal de reforma do centro da cidade aos moldes parisienses, aquela população novamente não teve opção de moradia, sendo obrigados a desocuparem os cortiços e tendo a necessidade de residir próximo ao local de trabalho, sendo assim se deu a crise habitacional do Rio de Janeiro.

Uma das saídas utilizadas pela população foram os dormitórios de trabalho, que segundo a autora remontavam o ambiente das senzalas, onde os trabalhadores utilizavam este espaço somente para dormir. Outra saída, foram os aluguéis de quartos.

O processo de favelização segundo uma das correntes mais fortes, nasceu através dos militares na Guerra de Canudos, mais especificamente no Morro da Providência, no qual dizem os relatos, que os soldados aguardando ordens, desenvolveram pequenas habitações para ocupar este morro, dando início assim ao processo de ocupação dos morros da cidade. O crescimento vertiginoso das favelas se inicia a partir dos anos 30, prioritariamente nos grandes centros, acompanhando as ofertas de emprego (Vaz, 1994).

Para Wanderley Santos (1987) o período da República Velha foi marcado pela presença de uma fortíssima lógica liberal, o *Laissez-faire*, ou seja, uma ótica econômica de observar a concessão de direitos à população, nesta época os direitos ficaram ligados a profissão do cidadão, ficando o acesso a cidadania demarcado pelo papel produtivo do indivíduo na sociedade, ou seja, observamos uma cidadania regulada pelo trabalho.

Compreendendo que as comunidades periféricas (Favelas) ocupavam tradicionalmente os grandes centros pela proximidade com empresas, comércios, ou seja, com o local onde esta classe trabalhadora tirava o seu sustento, na comunidade do Pé Pequeno, não foi diferente, com o intuito do leitor compreender mais uma vez o ambiente onde estes projetos são desenvolvidos,

e de que forma a lógica extensionista de “ir ao encontro” da comunidade se faz necessária para construir laços que vão além da relação entre morador e voluntário, ou de aluno e projeto, abordarei como se constitui a comunidade do Pé Pequeno e como a cidadania lá se expressa através de níveis sociais, baseados em hierarquia de direitos e *status social*.

2.3 Contextualizando a comunidade do Pé Pequeno

Após percebermos ao longo deste texto como se constrói a cidadania brasileira, partindo do caso geral (cidadania brasileira) e indo em direção ao particular (sociedade carioca), dentro deste “mapa ampliado”, este trabalho se torna importante para percebermos a situação de exclusão dos direitos de cidadania de determinados indivíduos da sociedade. A “cidadania negativa”, termo utilizado já utilizado nesta dissertação, se encontra presente e aparente na realidade estudada dentro da comunidade do Pé Pequeno, que será apresentada a seguir, onde observamos que uma gama de direitos é negada a uma parcela da população, não tendo acesso a cidadania plena.

Primeiro, compreendemos como se constitui a cidadania no Brasil, que é tida como uma outorga do estado e enxergada como privilégio de determinadas classes, de modo afunilado, com o intuito de trazer para a realidade estudada, podemos observar que há direitos que na realidade são considerados mercadorias, ou seja, são fornecidos (reconhecidos) mediante pagamentos. Exemplificando, imaginemos uma situação que determinado indivíduo só tem direito ao “serviço” fornecido pela prefeitura (coleta de lixo, por exemplo) apenas se pagar o IPTU, ou só possui o direito a água (que inclusive é considerado pela Organização das Nações Unidas como direito humano fundamental) se pagarem a uma concessionária com permissão do estado para distribuir a mesma, isto é, observamos uma lógica de mercado presente no oferecimento dos serviços públicos, que decide quais direitos as pessoas possuem baseados no seu poder aquisitivo. Como menciona Santos (2014), temos um cidadão consumidor.

Para constituirmos o cenário onde são desenvolvidos os projetos sociais, em nosso imaginário, é necessário entender a favela do Pé Pequeno se estende por inúmeras ruas, como a Gastão Gonçalves, e as demais como: ruas Itaperuna, Maricá, Miracema, Itaguaí, Itaocara, Noronha Torrezão; dividindo-se em 3 Bairros: Cubango, Santa Rosa e o Bairro de Fátima. Se estendendo por uma área de 0,34 km², segundo dados de 2014 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pé Pequeno é o

oitavo pior do município²², o que ajuda a compor o nosso cenário, visto que a praia de Icaraí, por exemplo região próxima a comunidade foi registrado o maior IDH do município de Niterói/RJ.

A escolha desta comunidade foi feita a partir do trabalho que realizei enquanto Assessor do Setor de Ação Comunitária, no Unilasalle RJ, onde somos responsáveis por ações sociais realizadas na comunidade. É interessante relatar que o meu local de trabalho fica ao lado da subida da comunidade. Assim, pela proximidade e pela convivência diária com moradores, comecei a notar que havia uma diferença entre as casas localizadas na base do morro, situadas próximo ao Centro Universitário e as casas localizadas na parte de cima da rua, que relatarei com mais detalhes no decorrer deste tópico.

Tal diferença fica mais nítida ao observar os diferentes materiais utilizados nos telhados das residências, pois, quanto mais próximo ao início da rua, ou seja, “do asfalto”, vemos telhados com telhas de coloração avermelhada, como, telhas de cerâmica. Ao passo que quanto mais alto subimos em direção à comunidade, podemos perceber a mudança da coloração, apresentando uma coloração mais acinzentada, característico das telhas de Amianto, sendo este material tido como muito quente por reter o calor (e de custo mais barato se comparado à telhas de cerâmica).

O ponto que gostaria de atingir com esta descrição, é demonstrar o nível de desigualdade presente nessa localidade, onde percebemos um contraste forte entre a Rua Gastão Gonçalves e a Travessa José Lins. Ao descermos um pouco o morro, podemos perceber casas com dois carros na garagem, piscinas e churrasqueira, no qual percebemos que existem sujeitos que detêm mais direitos, logo mais oportunidades que outros, revelando uma desigualdade social nítida, que influencia diretamente na experiência de cidadania que cada morador dessa região vivencia, como por exemplo, na oferta ou não de serviços considerados essenciais, como saneamento básico, acesso a água, etc., que influencia diretamente na saúde das pessoas.

Durante o período pandêmico, tivemos um crescente aumento do número de violações aos direitos básicos dos moradores da comunidade, pois, presenciamos, apesar de proibido, incursões policiais na comunidade. O crescente nível de insegurança alimentar, visto que o número de atendidos pelo setor de Ação Comunitária que necessitavam de algum auxílio para complementar a sua alimentação, passou de 20 para 160 famílias, segundo o cadastro no setor. Além do nível de insegurança alimentar elevado, em conversa com lideranças comunitárias

²² Conferir em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/estudo-do-ipea-revela-contrastes-sociais-da-zona-sul-de-niteroi-14694754#:~:text=A%20menos%20de%20tr%C3%AAs%20quil%C3%B4metros,Zona%20Sul%2C%20com%200%2C661%20pontos>>.

locais, ouvimos relatos que uma grande parcela de moradores não tiveram acesso aos meios para se prevenir do coronavírus, não tendo acesso à água, nem para a sua higienização nem para consumo, bem como não tendo acesso a álcool em gel e máscaras para se proteger.

É necessário enquanto sociedade problematizarmos que tipo de cidadania é essa? Que direitos sociais são esses? Onde uns têm acesso a água e saneamento básico, e outros dependendo do lugar que residem mal tem água para beber em sua residência. No caso de que só quem se protege é quem tem capital para fazê-lo, pelo qual o nível de insegurança alimentar atinge “níveis gritantes”, onde uma mãe deixa de comer para dar comida aos filhos? Que sociedade excludente, que gera uma marginalidade, no sentido daqueles que estão à margem de qualquer tipo de política protecionista, dos invisíveis, dos descartáveis.

Observamos claramente aqui, “cidadanias”, classificadas de acordo com o seu *status* social, cor e renda, onde podemos perceber subcidadãos, que não possuem acesso aos mais básicos direitos sociais, e outros se comparado com “o início da rua” possuem direitos baseados no seu poder de compra, se tornando super-cidadãos, pois, pagam impostos, logo podem cobrar do estado a sua água, luz elétrica, segurança pública, podem pedir comida por aplicativos.

São duas realidades totalmente distintas, as realidades das Marias, dos Josés, das Fernandas e dos Joãos, de tantas famílias, que padecem pela vulnerabilidade, pela invisibilidade, seja pela insegurança alimentar, seja na violação de direitos humanos, ou no perigo de sua casa, na beira de um barranco desmoronar na próxima chuva, levando a sua família que divide um vão, coberto por uma telha cinza, que se traduz perfeitamente na falta de direitos.

2.4 O Estado como tutelador de direitos e a cultura do voluntariado

A Pedagogia da Convivência valoriza a promoção de espaços de convivência democráticos e participativos, onde os indivíduos possam desenvolver habilidades de comunicação, empatia, resolução de conflitos e cooperação. Ela também enfatiza a importância da educação para a paz e dos valores éticos e morais na formação dos cidadãos. Ao adotar uma abordagem baseada na pedagogia da convivência, as instituições educacionais buscam criar ambientes acolhedores e seguros, para que todos os membros da comunidade se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças.

A solidariedade e a empatia são princípios fundamentais do voluntariado, pois

incentivam os voluntários a se colocarem no lugar do outro e a agirem com compaixão e generosidade. Esses valores motivam os envolvidos a dedicarem seu tempo e energia para ajudar aqueles que estão em situação de vulnerabilidade ou necessidade. Se buscarmos no dicionário a palavra voluntário, encontraremos esta definição: “Que é feito espontaneamente, por vontade própria, sem obrigação ou controle; espontâneo.” (Voluntário, 2022). Se remontamos sua raiz etimológica podemos observar que ela vem da raiz *VOLUNTAS*, do latim, que significa “vontade ou desejo”.

Mas segundo Bonfim (2010), engana-se quem atribui o voluntariado a um mero “amadurecimento da sociedade civil” (p. 13). Segundo a autora, este movimento vai muito além, tendo raízes no capitalismo²³, ou seja, na crise da superprodução, conhecida também como Grande depressão ocorrida em 1920. Após a primeira guerra mundial²⁴, a disparidade entre a economia Norte americana (EUA) e o restante do mundo se intensificou ainda mais, pois foi marcado pelo aumento do consumo exacerbado de mercadorias, consolidando o que chamamos de “estilo de vida americano”, pautado no consumismo e em ideias econômicas liberais.²⁵

Dotado de uma economia forte e pulsante, a população estado unidense adotou um estilo de vida de consumismo desenfreado. Movidos por esta onda de fortalecimento da indústria, se deu um movimento de investimento no mercado financeiro, resultante em uma forte especulação financeira²⁶ impactando diretamente na valorização das ações das empresas Norte Americanas.

Esta prática criou um falso imaginário de prosperidade vindo do mercado financeiro, ou seja, um sinal “alto e claro” para as empresas aumentarem a sua produção, e o custo dos seus produtos e consequentemente o seu lucro, visto que a economia estava forte. Porém, essa falsa ilusão criada pela especulação financeira não era o retrato da sociedade, o poder de compra²⁷ da população não tinha aumentado significativamente. Logo, as mercadorias ficaram estagnadas nas “prateleiras”, fazendo com que as companhias tivessem prejuízos econômicos significativos, pois fizeram um investimento considerável para produzir mais itens para atender este “mercado em ascensão”.

²³ O capitalismo é um sistema econômico que está baseado na propriedade privada dos meios de produção.

²⁴ A Primeira Guerra Mundial foi um conflito bélico global que aconteceu entre 1914 e 1918.

²⁵ O liberalismo econômico baseia-se na emancipação da economia, e na não intervenção do Estado.

²⁶ Nesta prática arrisca-se ganhos altos ganhos em um curto espaço de tempo.

²⁷ O Poder de compra é a capacidade de adquirir bens e serviços com determinada unidade monetária.

Não obstante, o impacto foi sentido na bolsa de valores americana, e o preço das ações diminuíram significativamente, fazendo com que os investidores perdessem grande parte do seu dinheiro, não havendo retorno. Vendo este cenário os detentores colocaram as suas ações para vender antes que perdessem mais dinheiro. O marco deste movimento foi no dia 24 de outubro de 1929, dia que ficou conhecido como quinta-feira negra, onde milhares de cidadãos colocaram suas ações à venda, gerando a quebra da economia americana, gerando impacto na vida das pessoas como, desemprego, desigualdade social, fome, supressão de direitos e outras mazelas causadas pelo sistema capitalista.

Para esta pesquisa se fez fundamental trazer a crise de 1929, para compreendermos as mazelas que o sistema capitalista sem qualquer controle do Estado pode trazer e a violações de direitos, visto que a sua lógica de manutenção está enraizada na acumulação de capital e de propriedade privada.

Outro recorte para percebemos como o sistema capitalista influenciou na criação de uma “cultura do voluntariado”, mais especificamente como este modelo político-financeiro, se reestruturou ao longo do tempo adotando aspectos morais, e isto é bem significativo para este trabalho, para regulação do seu modo de produção, amenizando crises.

Para compreendermos os impactos da Grande depressão para o sistema monetário internacional é preciso entender os acordos de Bretton Woods, e a sua importância em um modelo político de um Estado intervencionista na economia, através de uma conferência criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Realizada entre 1 e 22 de julho de 1944, o fantasma da Grande Depressão era muito recente, então surge a necessidade de um Estado que garantisse através da administração pública, alguns pontos fundamentais que ajudassem a garantir direitos básicos.

Segundo Bonfim (2010), este pacote de estratégias dos países capitalistas centrais para evitarem crises econômicas, com o objetivo romper o ciclo de crises comum ao sistema capitalista, como observaremos mais adiante no texto, é um terreno fértil para a criação de um Estado de bem-estar social, ou *Welfare State*. Seu conceito é bem simples, ele objetiva garantir através de políticas públicas amenizar o impacto deste modelo na população. Mas de que forma? Com um olhar voltado para a classe trabalhadora, se fazia necessário compensar as desigualdades, desenvolvendo políticas sociais, que impactam diretamente no âmbito econômico, político, social e cultural.

Ao saltarmos na história com o intuito de contextualizarmos o período pós Segunda

Guerra Mundial²⁸, podemos identificar nos países capitalistas centrais²⁹, outro período de crescimento econômico, que vai do fim da Segunda Guerra Mundial, até o início dos anos 1970, logo após um momento de crise, observando que o sistema capitalista tem ciclos de crises após momentos de grande desenvolvimento econômico. (Bonfim, 2010)

Dentro deste contexto abordaremos o Welfare State, compreendendo como da “cultura da crise” nasce a “cultura do voluntariado”. Para Bonfim (2010), esta política acaba gerando algumas perversões ao longo do caminho, discursos esses que são adotados com base em sentidos comuns, que não são fundamentados em dados, mas são frutos de preconceitos estabelecidos por uma crise com privilégios econômicos.

Para autores neoliberais, como Friedman [...] e seus seguidores, a crise não é inerente ao sistema capitalista, mas consequência de fatores exógenos ao sistema econômico, e entre tais fatores estaria o Estado de bem-estar social, que seria “o principal responsável por todas as dimensões da crise. O financiamento do gasto público em programas sociais trouxe consigo as seguintes perversões: ampliação do déficit público, inflação, redução da poupança privada, desestímulo ao trabalho e à concorrência intercapitalista, com a consequente diminuição da produtividade, destruição da família, desestímulo ao estudo, formação de ‘gangues’ e criminalização etc. (Bonfim, 2010. p. 24).

Sendo assim, adotando algumas vertentes neoliberais que tentam defender a liberdade da economia frente a não intervenção estatal, a crise teve seu início no Estado garantidor, sendo as políticas públicas causadoras do déficit³⁰ nos cofres públicos.

Para Bonfim (2010), a cultura do voluntariado nasce da crise do sistema capitalista, como uma alternativa para amenizar as revoltas populares acarretadas pelas desigualdades. Sendo um dos elementos da reestruturação do capitalismo, serve como uma resposta imediata ao individualismo gerada por este sistema econômico, gerando uma falsa consciência social. Pois, se estou comprometido com algum projeto, mesmo que ele não impacte positivamente de forma efetiva determinado grupo social, já me serve de “consolo”, então, o indivíduo está “fazendo a sua parte” estabelecendo uma paz social, sendo uma tentativa de humanização do sistema econômico

Apresentando aqui uma fusão entre as esferas do que é público e do que é privado, tirando das mãos do Estado somente as questões sociais, e assumindo um caráter de Responsabilidade Social, estabelecendo uma estratégia livre mercado com valores enraizados

²⁸ A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945.

²⁹ Países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social.

³⁰ Diferença entre o que foi previsto para atender a certa demanda e o que existe na realidade.

da solidariedade, como amor ao próximo. Dentro desse espectro da solidariedade abordaremos o conceito do voluntariado, estabelecendo um paralelo entre o terceiro setor, filosofia cristã e por fim, como relacionando a Pedagogia social ao voluntariado como um olhar para camadas empobrecidas fora dos ambientes não escolares.

Lançando uma lente focal para o Brasil, podemos observar se analisarmos a Constituição Federal de 1988, a famosa constituição cidadã, que atribui funções ao Estado, como um garantidor de direitos, pois traz consigo em seu texto novos conceitos como: a seguridade social e dentro desta perspectiva um caráter de solidariedade.³¹ Uma vez que o Estado garante direitos, civis, políticos e sociais, espera-se que ele combata as desigualdades, através de políticas públicas e sociais que forneçam à população ferramentas que amenizem as mazelas geradas pelo capitalismo e seu modo de produção.

Porém, ao entendermos que o Estado brasileiro, foi alvo de sucateamentos ao longo dos anos, movido por uma política de estado neoliberal, se faz necessário para este trabalho compreender o papel da solidariedade como moeda política, uma vez que o governo não entende que o dever de garantir direitos seja dele, mesma que tenha assumido este compromisso na carta magna de 1988, ele transfere essa obrigação para a sociedade civil, travestido de dever cidadão, movido por uma moral e valores cristãos. Aqui dever de cidadão vai além do que está expresso na lei, está intimamente ligado ao laço de nacionalidade, de pertença a um povo, ou seja, deve ajudar o próximo pois ele é meu próximo, remontando valores cristãos.

Neste momento, a solidariedade individual, baseada em valores cristãos, é substituída por uma solidariedade universal que se expressa na universalidade de direitos. Tal solidariedade é posta em prática de forma sistemática e compulsória, tendo o Estado como mediador, ou seja, "a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades (Bonfim, 2010. p. 67).

Ao analisarmos essa distorção do Estado brasileiro, que assume em tese um papel de Estado garantidor em sua legislação protecionista, mas ao mesmo tempo, joga esta responsabilidade para a sociedade civil, movido por uma lógica neoliberal de mercado, compreenderemos o nascimento do voluntariado e do terceiro setor como forma de organização da sociedade civil, para trabalhos com populações empobrecidas, de fato neste trabalho o foco analítico será voltado para esta modalidade de trabalho voluntário, aqueles que influenciam diretamente na garantia de direitos. Para tal, é fundamental falarmos sobre o terceiro setor,

³¹ Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. (Brasil. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.)

como entidade organizada da sociedade civil, a fim de contextualizar farei um resgate histórico breve para compreendermos a luz da história como se constituiu o terceiro setor e como permanece a sua atuação.

Iniciando pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1543, possuindo 479 anos, é a mais antiga casa de assistência médica em funcionamento do Brasil, foi responsável por acolher soldados oriundos da Revolução Constitucionalista, acolhendo a população carente com atendimento médico especializado. O segundo marco para o terceiro setor se deu na Era Vargas, através da criação de leis de apoio às organizações não governamentais filantrópicas, foi possível a criação do Conselho Nacional de Serviço Social³² (CNSS).

A década de 1990, as Organizações não governamentais se estabeleceram no Brasil, em especial o Projeto Ação da Cidadania, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, importante marco dos projetos sociais em nosso país, pois jogou um holofote em cima da desigualdade latente em nossa sociedade. Iniciando uma forte campanha social a âmbito nacional mobilizando a sociedade civil para atender 32 milhões de brasileiros que, na época estavam na faixa da miséria.

O Projeto Ação da Cidadania é um marco pois, podemos observar claramente a sociedade civil se organizando, para garantir direitos, a uma camada excluída socialmente, então no dia 24 de abril de 1993, o programa foi lançado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Essa retomada histórica, primeiramente a âmbito internacional, com a Grande Crise de 29, que perpassa a Constituição Federal do Brasil de 1988 e chega até o Projeto Ação da Cidadania é importante para percebermos a influência do Estado e do Sistema econômico e político na constituição dos projetos sociais e do voluntariado, inicialmente na perspectiva internacional e depois sob uma lupa em nosso país. Para fecharmos este primeiro ponto de explanação do nosso subtópico, “A Cultura do voluntariado e Pedagogia da convivência”, vamos então conceituar voluntariado, para tal buscarei a definição da Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa (Brasil, 1998).

³² 1º O Conselho Nacional de Serviço Social (C. N. S. S.) tem por função, como órgão coordenador, estudar, em todos os seus aspectos, os problemas de assistência e do serviço social e, como órgão consultivo e cooperador, assistir os poderes públicos e entidades privadas, em tudo quanto se relacione com o assunto. (Brasil, Decreto-Lei Nº 5.697, de 22 de julho de 1943.)

Sendo assim, em observância a tudo que foi posto até o momento, gostaria de adotar para esta pesquisa, retomando o conceito de voluntário expresso no dicionário, visto no primeiro parágrafo deste subcapítulo, “Que é feito espontaneamente, por vontade própria, sem obrigação ou controle; espontâneo” (Voluntário, 2022). Para compreendermos que o voluntariado não busca remuneração financeira, ou seja, de origem monetária ou material, mas entende-se que buscam outros tipos de aceitabilidade em grupos sociais (Bonfim, 2010). Ponto este, que aprofundaremos, no tópico de Representações sociais, onde esta definição posta aqui será de extrema importância.

2.5 A Pedagogia Social na estruturação do serviço voluntário

A Pedagogia Social desempenha um papel fundamental na estruturação e no desenvolvimento do serviço voluntário, fornecendo uma base teórica e prática para orientar as atividades voluntárias de maneira eficaz e significativa. Busca sensibilizar as pessoas para questões sociais e promover seu engajamento ativo na resolução de problemas comunitários. Nesse sentido, ela pode fornecer conhecimentos sobre desigualdades sociais, injustiças e necessidades específicas da comunidade, motivando os voluntários a se envolverem em ações voluntárias para promover mudanças positivas.

A Pedagogia Social incentiva a reflexão crítica e autocrítica sobre as práticas sociais, incluindo o serviço voluntário. Ela convida os voluntários a questionarem suas próprias motivações, valores e impactos de suas ações, promovendo uma abordagem mais consciente e responsável do voluntariado.

Ao iniciar este subtópico se faz primordial estabelecermos que “toda a pedagogia é social” (Ferreira, 2019, p. 2), sendo assim, a educação rompe os muros das universidades e das escolas e vai ao encontro de espaços democráticos de aprendizagem, sejam eles em projetos sociais, associação de moradores, ou qualquer outro espaço “não escolar”, ou seja, fora de uma instituição educativa.

Desta maneira, compreendermos que nestes espaços não formais a educação não se limita a um currículo escolar, mas vai ao encontro da necessidade da população que está sendo atendida, de tal forma que a ação educativa (Ferreira, 2019, p. 2) pode chegar por livre escolha, adotando diversos formatos para melhor estabelecer uma relação de convivência com determinado grupo.

Mas como surgiu a Pedagogia social como campo teórico? Recorrendo a sua historicidade para Otto (2011), sua origem se deu na Europa, e o seu conceito data de 1900, sendo estruturada na Alemanha, a partir do século XIX, é fundamental observar que a PS nasce intimamente ligada a noção de trabalho social³³, ou seja, a uma noção de violação de direitos, ou de ausência de uma política educacional que de fato fosse inclusiva e igualitária.

Como uma tradição de pensamento e de ação, a Pedagogia Social é mais antiga do que o conceito ou uso do termo Pedagogia Social. Os fundadores da tradição fizeram as perguntas corretas, embora não adotassem esse termo. Desde o princípio, a perspectiva pedagógico-social se baseava em tentativas de encontrar soluções educacionais para os problemas sociais. Assim, pode-se dizer que os educadores que deram atenção à pobreza e a outras formas de aflição social, por exemplo, Juan Luis Vives, Johann Amos Comenius, Johann Heinrich Pestalozzi, Friedrich Fröbel, do ponto de vista pedagógico são pioneiros da perspectiva pedagógico-social, mesmo sem usar o termo Pedagogia Social (Otto, 2011, p. 31).

A Pedagogia social é orientada pela transformação social de uma população empobrecida, seu objetivo se dá na promoção da justiça social e na inclusão de pessoas que estão à margem do sistema educativo, a fim de transformar a realidade através da educação. Segundo Caliman (2010), esta íntima ligação entre educação e estrutura social, lança um novo olhar para pedagogia social, oferecendo um caráter crítico associado à sua práxis, de tal forma que o olhar educativo focaliza-se em uma população excluída socialmente.

A Pedagogia Social assim concebida focalizaria as ações compensatórias, redistributivas, e os subsídios à cidadania através dos recursos proporcionados pela solidariedade social. Aproxima-se da corrente da Pedagogia Social crítica que, através da ação socioeducativa orientada aos sujeitos e grupos socialmente a risco, tem como objetivo provocar mudanças nas pessoas e na sociedade (Caliman, 2010, p. 349).

Ao retornarmos o conceito de voluntariado ligado a uma solidariedade orgânica³⁴, ao qual está ligada a alta divisão do trabalho, onde as diferenças geram vínculos de união social, visto que, o capitalismo gera desigualdades sociais. É necessário mecanismos estatais, de viés neoliberais, como vimos anteriormente, capazes de gerar esta solidariedade, por parte da sociedade civil para amenizar o gosto amargo das injustiças sociais. Desta forma, tirar a responsabilidade das “mãos” de um Estado, em tese garantidor de direitos, e jogá-la travestida de responsabilidade social, nas mãos de uma sociedade civil que precisa de alguma forma justificar a desigualdade social em nome de uma consciência social.

³³ Versa no âmbito da solidariedade, trabalhando para a garantia de direitos básicos, promovendo justiça social.

³⁴ Durkheim, define como solidariedade o fator que garante a coesão social.

A Pedagogia Social crítica aparece como esta ferramenta que auxilia na construção de uma sociedade mais igualitária através de projetos sociais, visto que se trabalha com a ideia da responsabilidade social por parte da sociedade civil ligada a uma solidariedade. Não podemos aqui desconsiderar a importância da solidariedade como laço da coesão social, este sentimento é importante pois ajuda a empoderar populações marginalizadas que não tem as mesmas oportunidades.

Porém, é necessário problematizar a ausência do Estado nestes processos emancipatórios, através de políticas públicas e incentivos a garantia de direitos conquistados através de lutas sociais e garantidos constitucionalmente, como por exemplo, o direito à educação. Este trabalho de forma nenhuma tira a importância dos projetos sociais, mas questiona a lógica da falta, ou seja, da ausência de intervenção estatal para a diminuição das desigualdades latentes em nossa sociedade.

Essa versão da Pedagogia Social crítica vê a educação social não exatamente como uma resposta às necessidades emergentes, a partir de ações compensatórias, mas sim a partir de ações propositivas e preventivas, acionadas antes mesmo que os problemas aconteçam, através da solidariedade e da responsabilidade social dos cidadãos. (Caliman, 2011, p. 492)

Ao encararmos a Pedagogia Social como uma resposta crítica a uma sociedade que privilegia o consumo, pautada em um sistema econômico que gera excluídos para a manutenção de um *status quo*³⁵, gerando uma desigualdade estrutural, tanto econômica quanto social, devido a história de exploração, escravidão e supressão de direitos que está enraizada em nosso país. Podemos compreender como uma forma de redistribuição de direitos.

Dessa forma, a Pedagogia Social crítica associada ao voluntariado como prática educativa vinculada a uma responsabilidade social civil, assume um carácter de promoção de justiça social, exercendo um duplo viés educativo. Tanto para o voluntário que rompe a sua bolha social e vai ao encontro de outras realidades sociais, quanto do atendido que é alvo de projetos sociais, oportunizando aos mesmos acessos a diferentes saberes.

Consolida-se a isso o pleno desenvolvimento do jovem e seu preparo para o exercício da cidadania, por meio da busca e da conscientização dos seus direitos e deveres como cidadão. A prática da cidadania é, então, oportunizar aos jovens a palavra, para que eles possam discutir, questionar, indagar, validar seus pontos de vista, para aprender a se posicionar criticamente em diferentes situações e, principalmente, para a vivência da tolerância, do respeito à diversidade, da solidariedade, da fraternidade e do protagonismo juvenil. Com a prática do diálogo, os jovens vão aprendendo a se posicionar e a se relacionar melhor com as adversidades impostas pela convivência

³⁵ *Status quo* é uma expressão do latim que significa “estado atual”.

humana. (Caliman, 2014, p. 169)

Dentro do campo teórico da Pedagogia Social, utilizaremos a Pedagogia da Convivência desenvolvida por Xesús Jares (2008) para compreender as práticas educativas utilizadas no voluntariado universitário lassalista. Esta reflexão pedagógica dentro desse campo, demonstra um caminho de não-violência, quer dizer, ele desconstrói a relação entre o conflito e a violência, desmitificando o seu conceito negativo, e propondo uma educação para paz, uma importante aliada na defesa dos princípios democráticos, pois entende a relação do conflito como algo positivo e necessário para a manutenção da democracia (Ferreira; Machado, 2019, p. 150).

Conviver significa viver uns com os outros com base em certas relações sociais e códigos valorativos, forçosamente sujeitos, no marco de um determinado contexto social. Estes pólos que marcam o tipo de convivência estão potencialmente cruzados por relações de conflito, o que de modo algum ameaça a convivência. Conflito e convivência são duas realidades sociais inerentes a toda forma de vida em sociedade (Jares, 2008, p.25).

A Pedagogia da Convivência é pensada para atender as demandas e uma educação social voltada para os Direitos Humanos. Um pilar fundamental para este trabalho, pois, entende-se que esta ferramenta prioriza de forma positiva a alteridade³⁶, compreendo que o outro é diferente de mim, sendo constituído de valores diferentes, de uma cultura diversa e de pensamentos que não são os mesmos que os meus. Entendendo a importância da diversidade e da pluralidade e respeito essa diferença, não tentando mudá-lo, mas me adaptando a realidade do outro.

Orientados pela Pedagogia da Convivência conseguimos apontar três conceitos que servem como base para a formação de voluntários que atuam enquanto educadores sociais inseridos em populações empobrecidas: a convivência, o conflito e a Educação para a Paz. De acordo com Baptista (2007), a convivência é a interação e coexistência harmoniosa entre indivíduos em um determinado ambiente ou contexto, envolvendo a capacidade de viver em conjunto, respeitando as diferenças, compartilhando experiências, colaborando e estabelecendo relações saudáveis com os outros. A convivência é fundamental para o desenvolvimento de relações interpessoais positivas, para a construção de comunidades coesas e para a promoção do bem-estar social. Esta definição é fundamental para compreendermos o caráter negativo que a sociedade, comumente atribui a esta terminologia, onde o fato de conviver me coloca em situações difíceis que me faz ser obrigado a suportar certas situações, ou seja, é algo que deve

³⁶ Segundo Baptista (2007, p. 135), A alteridade refere-se à condição de reconhecer e respeitar a diversidade e a diferença do outro, valorizando a sua existência, perspectivas, experiências e identidade.

ser evitado para uma manutenção fictícia de paz social.

Para Jares (2008) é necessário perceber o conflito como algo positivo e salutar à democracia, bem como aos Direitos Humanos, pois, é na divergência de ideias, de valores, ou seja, é no embate, que conseguimos enquanto sociedade alterar cenários que violam direitos, que combatemos o preconceito e a desigualdade, garantindo direitos. Se faz fundamental para compreendermos a ideia de conflito do autor, entendermos que não se trata de evitar o embate de ideias, a discordância, mas criar espaços educativos capazes de desenvolver elementos como: o respeito, o diálogo, a solidariedade, construindo um ambiente salutar para o desenvolvimento da cidadania.

Para tal, a importância de ação educativa mais democrática, envolvendo todos os sujeitos, tanto os educadores quanto os educandos, estabelecendo meios de resolução de conflitos por meios não violentos, pois é no encontro e no respeito às diferenças, que exercemos uma cidadania democrática, colaborando para o desenvolvimento de uma cultura da paz (Jares, 2008).

A Pedagogia da Convivência de Jares solicita essa escuta tanto entre educando e educador como dos educandos entre si, pretendendo uma ação educativa mais democrática, que envolva a participação ativa dos sujeitos em seu processo de aprendizado, na capacidade de tomada de decisão e na resolução de conflitos por meios não-violentos (Machado; Lyra; Ferreira, 2019, p. 316).

A Pedagogia da Convivência pretende um processo educacional dialógico, ou seja, participativo, que não busque esconder os conflitos, mas resolvê-los por meios não violentos, partindo dos direitos fundamentais do ser humano. Desenvolvendo uma Educação para a Paz, adotando uma postura que é totalmente contrária a violência, uma prática educativa que vai de encontro a justiça social, como base estruturante, afastando visões etnocêntricas³⁷ da realidade, fazendo com que o voluntário, ou o educador social consiga através do movimento da alteridade, não sentir o que o outro sente, pois é impossível passar pelas mesmas situações que a outra pessoa, mas conseguir abrir mão das suas mini certezas para escutar o outro.

A Educação para a Paz é uma abordagem pedagógica que visa cultivar valores e habilidades essenciais para a construção de sociedades mais pacíficas e harmoniosas. Fundamentada na ideia de resolver conflitos sem recorrer à violência física, verbal ou psicológica, essa forma de educação promove uma cultura de paz baseada no respeito mútuo, na tolerância e na valorização da diversidade.

³⁷A visão etnocêntrica é aquela que vê o mundo com base em sua própria cultura, colocando o seu modo de vida como superior aos demais.

Um dos pilares fundamentais da Educação para a Paz é o incentivo ao respeito à diversidade. Isso envolve reconhecer e valorizar as diferenças culturais, religiosas, sociais e de opinião, reconhecendo que a pluralidade é uma riqueza a ser celebrada, não uma fonte de conflito. Ao promover a tolerância e o entendimento entre diferentes grupos, essa abordagem contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e coesas.

Além disso, a Educação para a Paz enfatiza a importância do desenvolvimento de habilidades de comunicação eficaz e de resolução de conflitos. Isso inclui aprender a escutar ativamente, cultivar empatia e praticar técnicas de negociação construtiva. Ao capacitar os indivíduos a dialogarem de forma respeitosa e construtiva, essa abordagem facilita a resolução de conflitos de maneira pacífica e colaborativa. “La convivencia es un proceso dinámico y complejo que implica la interacción entre personas y grupos con intereses, valores y necesidades diferentes”³⁸ (Jares, 2002, p. 7).

A busca pela justiça social, equidade e igualdade de direitos também é um objetivo central da Educação para a Paz. Reconhece-se que a paz só pode ser alcançada em uma sociedade onde todos tenham acesso a oportunidades e recursos de forma justa e igualitária. Portanto, essa abordagem promove a conscientização sobre questões de injustiça e desigualdade, incentivando a ação coletiva para promover mudanças sociais positivas.

Para o voluntariado a utilização da Educação para a Paz como ferramenta para viabilizar as atividades socioeducativas, se faz fundamental, pois utiliza situações, objetos e experiências que ocorrem dentro do cotidiano da comunidade, no âmbito educativo, compreendendo que espaços externos à sala de aula e ambientes acadêmicos, produzem também educação, este diálogo funciona como princípio norteador para qualquer prática educativa de voluntariado.

Muitas destas famílias, que são atendidas nos projetos voluntários vêm de realidades de violências, invisibilidade e conflitos, desta forma, Educar para a Paz é um caminho para a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção de uma sociedade mais justa e fraterna. Os voluntários vinculados ao Setor de Ação Comunitária do Centro Universitário La Salle passam por momentos de formação e sensibilização, onde aprendem a não normalizar o absurdo, ou seja, através da alteridade aprendem a não naturalizar a desigualdade vista.

A vulnerabilidade não se dá apenas para aqueles que estão com suas vidas ameaçadas literalmente, expostos as violências geradas pela sociedade. Mas também aqueles que estão salvaguardados por esta violência, mas expostos a uma outra pior tão quanto, a violência psicológica. É dessa que me preocupo, pois é esta que atinge os jovens do nosso tempo de forma invisível. A violência psicológica também é gerada pela

³⁸ A convivência é um processo dinâmico e complexo que envolve a interação entre indivíduos e grupos com diferentes interesses, valores e necessidades.

sociedade, mas não é visível, pelo contrário, é bastante velada (Araújo; Coelho, 2019, p. 10).

Esse processo formativo passa pelo viés da pedagogia social, pois atravessa pela via do afeto, da compreensão e do respeito às diferenças, sejam elas: culturais, religiosas ou de pensamento. Partir do ponto da “não conversão”, não impondo sua forma de pensamento e seu estilo de vida à ninguém, livres desses preconceitos que geram mais supressão de direitos, mais discriminação, esta postura faz com que os voluntários exerçam “trocas” democráticas de saberes.

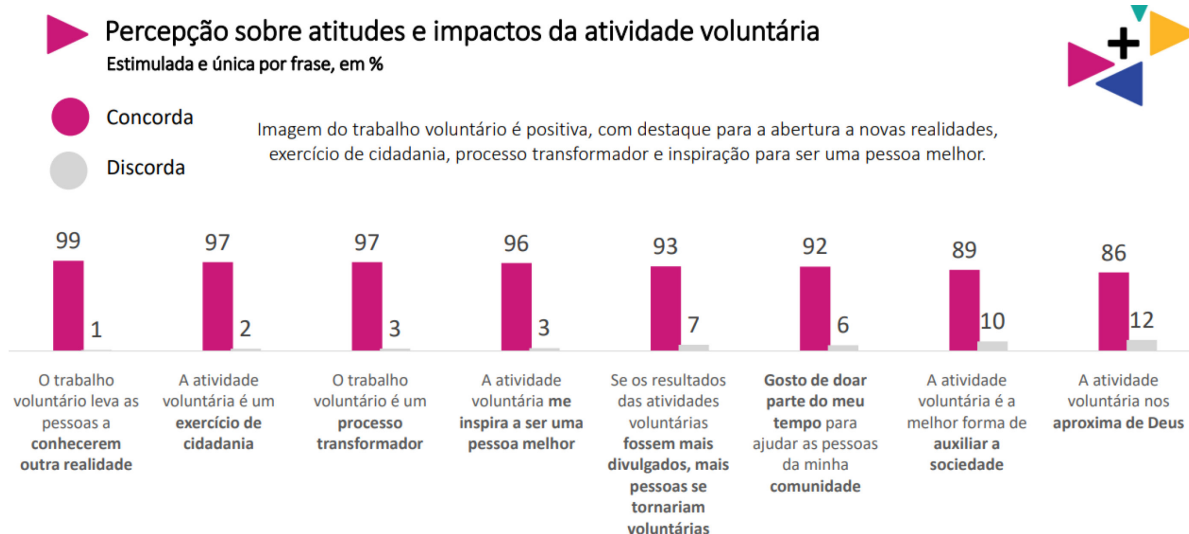
2.6 O voluntariado universitário como caminho para uma educação para a paz

Ao falarmos de voluntariado no Brasil, se faz necessário contextualizarmos a sua crescente prática. Para tal, utilizaremos a Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021, realizada pelos Institutos Datafolha e para o Desenvolvimento do Investimento Social. Tendo como objetivo “apresentar um retrato do engajamento do brasileiro – quem são os voluntários, onde atuam e quais suas motivações.”³⁹

Primeiramente, em pesquisa de abrangência nacional, junto a 2.086 pessoas com 16 anos ou mais, os brasileiros responderam, a partir do conceito ao lado, se realizavam ou já haviam realizado alguma atividade voluntária, e a maioria (56%) disse que sim, realiza ou já realizou atividades voluntárias ao longo da vida. (Datafolha, 2021)

³⁹ DATAFOLHA. Pesquisa voluntariado no Brasil. Instituto de Pesquisa Datafolha, 2021. Disponível em: pesquisavoluntariado.org.br>. Acesso em: 04 fev. 2023.

Figura 2 - Pesquisa voluntariado no Brasil 2021



Fonte: DATAFOLHA, 2021.

Ao observarmos a imagem do trabalho voluntário, verificamos que está intimamente ligada a uma noção de cidadania, trabalhada sob a lógica de um estado liberal, como observamos anteriormente, mas além deste imaginário observamos também um carácter religioso e pedagógico das ações.

Com o objetivo de construir o imaginário de cidadania para os voluntários, trouxe esses dados da última pesquisa sobre voluntariado no Brasil, para compreendermos como o voluntariado é visto pela sociedade como um todo, partindo do amplo para o particular, entendendo de que forma o senso comum⁴⁰, enxerga a questão do voluntariado aliado a uma noção básica de cidadania.

Sendo assim, podemos estabelecer paralelos de comparação entre o senso comum, das pessoas que não fazem parte do grupo social de universitários atuantes em uma instituição de ensino superior confessional de Niterói, com este grupo, encontrando discursos semelhantes ou não, mais especificamente, vendo se alguma prática pedagógica se repete. Sendo que a grande maioria identifica o voluntariado associado a uma cultura da paz e da promoção dos Direitos Humanos, elemento este presente em Jares (2018), na Educação para a Paz.

⁴⁰ Conhecimento que é passado através dos costumes, ou pelas experiências sociais vividas ao longo da vida, mas que não tem validação científica.

Figura 3 - Pesquisa voluntariado no Brasil 2021

ATIVIDADE VOLUNTÁRIA NO PAÍS	Contribui muito	Contribui um pouco	Contribuem
A promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres no país.	31	53	86
Cultura de paz e colaboração para o bem comum.	30	58	88
O combate de doenças no país.	29	57	86
A erradicação da pobreza e fome no país	27	56	83
Promoção da educação básica universal no país	24	59	83

Fonte: DATAFOLHA, 2021.

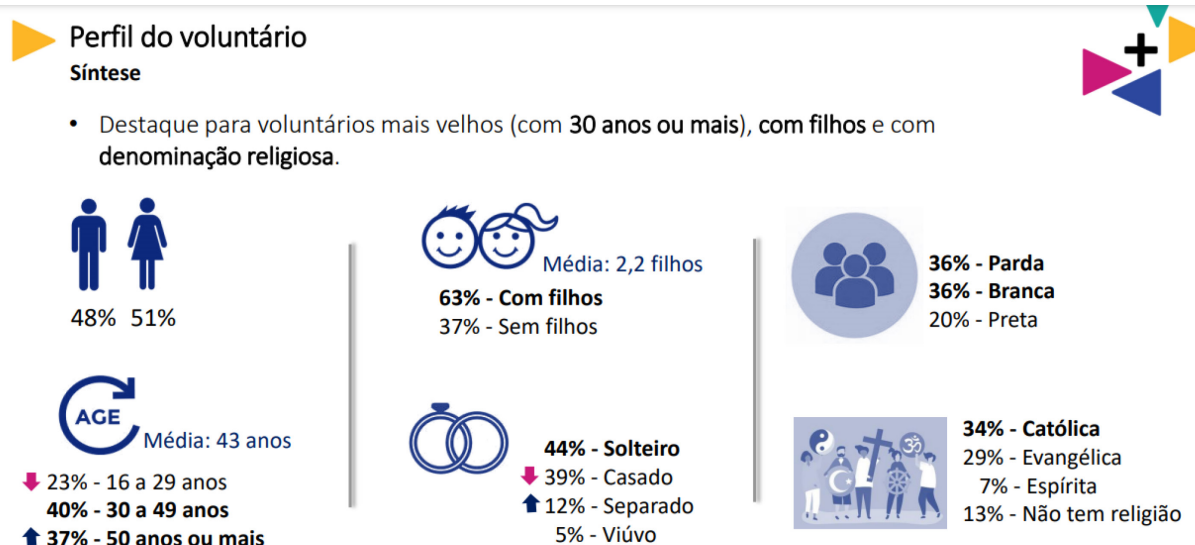
Analisar estes dados com os programas sociais que são desenvolvidos pelo Centro Universitário La Salle, se faz fundamental para interpretarmos se as atividades são baseadas em um senso comum, abalizado em achismos, ou se são construídas de forma conjunta com a comunidade atendida, com o propósito de verificar até que ponto a cidadania aqui é participativa, e os direitos são democráticos. Medir também se de fato as ações impactam de maneira positiva no cotidiano do Pé Pequeno, é um “termômetro” para entender se a pedagogia implementada na construção e implementação dos projetos de fato se propõe a ser transformadora.

Ao se falar sobre trabalho voluntário façam ter sempre em mente a necessidade da realização de um trabalho que está por ser feito e do qual alguém precisa se ocupar. Não se trata de impedir que os governantes façam a sua parte ou de retirar trabalho espaço de trabalho de alguém. Trata-se antes de tudo de uma ajuda pedagógica humanitária perfeitamente capaz de se transformar em políticas públicas de inclusão e cidadania. (Araújo; Coelho, 2019, p. 13)

Cruzar esses dados com as bases coletados pela pesquisa no Pé Pequeno, nos oferece um parâmetro para identificar se os projetos são reprodução de um senso comum de civilidade/cidadania participativa, ou, se são projetos que realmente contribuem para a diminuição de uma desigualdade latente, colaborando também para o processo de conscientização do voluntário⁴¹ atuante nos projetos.

⁴¹ O voluntariado beneficia a sociedade em geral e melhora a vidas das pessoas, incluindo a dos próprios voluntários. Ver em: **Seja um voluntário da ONU**. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/vacancies/seja-um-voluntario-da-onu.html>>. Acesso em: 5 fev. 2023.

Figura 4 – Pesquisa voluntariado no Brasil 2021



Fonte: DATAFOLHA, 2021.

Outro ponto que exploraremos que se mostra importante para a construção de uma problemática é o perfil do voluntário apresentado na pesquisa realizada no Brasil. Nota-se que a maioria são mulheres, solteiros e com filhos, tendo em média 43 anos, e sendo em uma maior parte católicos, observando que a identidade cristã, de serviço ao próximo se apresenta quando olhamos uma visão macro da sociedade. Sendo ligado o voluntariado novamente a uma ideia de salvação, através do serviço ao outro.

Para situarmos o serviço voluntário no Ensino Superior em nosso País, e elucidar como a pedagogia da convivência pode auxiliar o voluntariado como ferramenta que orienta na construção das práticas educativas, se faz importante destacar algumas legislações que fundamentam esta modalidade de trabalho.

Segundo a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2018, que institui diretrizes da Educação Para o voluntariado na Educação Básica e Superior, em especial nos seus artigos 2º e 3º, podemos identificar de maneira ainda superficial o voluntariado como prática educativa ligada à garantia de direitos.

Art. 2º O voluntariado se refere às ações de estudantes que, devido a seu interesse pessoal e espírito cívico, dedicam parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção de bem-estar social, ou outros campos demandados pela própria sociedade.

Art. 3º O voluntariado na educação, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania, formando agentes de transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – participação cidadã e responsabilidade cívica;

II – responsabilidade social, solidariedade e a corresponsabilidade na transformação social;

III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;
 IV – engajamento com a comunidade e o compromisso com seu desenvolvimento;
 V – estímulo às práticas sociais articuladas com a realidade local. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

Auxiliados pela legislação, resgatamos alguns documentos institucionais da Rede La Salle, que dispõem sobre o trabalho voluntário enquanto prática educativa, como por exemplo a proposta educativa da Rede La Salle (PERLA, 2011), já citado neste trabalho. Podemos observar no ponto 2.4.: “Uma educação a partir da promoção do desenvolvimento humano sustentável”, na terceira linha de ação “Estimular a participação dos jovens em programas de voluntariado, orientados para cuidar do meio ambiente e proteger a vida em benefício, especialmente dos mais pobres.” (p.22)

Ao resgarmos o Plano Pastoral da Província La Salle Brasil-Chile (2015), no quatro eixo de trabalho Solidariedade e Missionariedade, podemos observar que o mesmo destaca como desafio: “Proporcionar projetos e espaços de engajamento e compromisso social na perspectiva da promoção dos direitos humanos, iluminados pelo compromisso original de La Salle e pelos valores do Evangelho.” (PERLA, 2011, p.23) Orientados por estes eixos balizadores o Setor de Ação Comunitária do Unilasalle Rio de Janeiro, se descreve como:

Inspirados pelo carisma lassalista de serviço preferencial as populações empobrecidas, e assumindo a missão de educar para transformar vidas, o Setor de Ação Comunitária e Pastoralidade (Seac) surge em 2014, vinculado a política extensionista da Instituição de Ensino Superior (IES), temos como objetivo principal contribuir para a construção e consolidação de uma identidade confessional lassalista. Sendo responsáveis pelo incentivo a uma cultura de Responsabilidade Social, cidadania e Garantia de direitos, atentos aqueles que mais sofrem com a desigualdade social e de oportunidades. Enquanto Setor somos responsáveis pelas atividades de voluntariado universitário, projetos solidários e socioeducativos voltados para populações em vulnerabilidade social, bem como pastoral realizamos e apoiamos celebrações religiosas. Acreditamos que a pedagogia lassalista parte da filosofia do “encontro”, da justiça social e da empatia, sendo assim se faz fundamental que os nosso discentes tenham contato com diferentes realidades socioeconômicas, impactando diretamente na sua formação enquanto cidadãos e profissionais, zelando por uma sociedade mais justa e fraterna (RELATÓRIO SEMESTRAL, 2022, *n.p.*).

O Setor de Ação Comunitária e Pastoralidade (SEAC) desenvolve atividades voluntárias ligadas à extensão universitária, como parte da sua atividade educativa. Para tal, no segundo semestre do ano de 2022, o SEAC teve 254 voluntários, atendendo aproximadamente 4.896 em situação de vulnerabilidade social em seus 27 projetos sociais, segundo dados oficiais do relatório semestral do Setor.

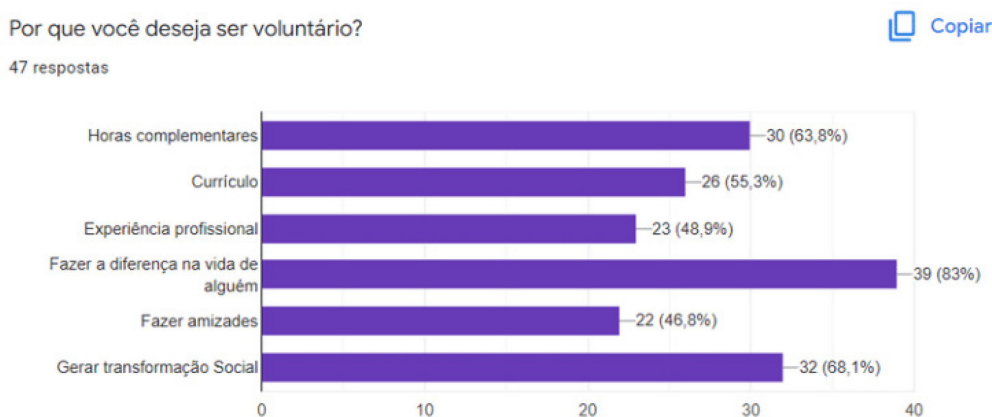
Este programa de ações sociais voltadas para a Comunidade do Pé Pequeno, localizada no bairro de Fátima em Santa Rosa Niterói, tem como objetivo combater a

desigualdade social e a escassez de oportunidades, visando ofertar a comunidade: cursos, oficinas e serviços de cunho solidário, que contribuam para a geração de renda. Também tem como propósito a inserção dos alunos do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro em atividades solidárias, fazendo parte fundante da sua formação humana, educacional e profissional, motivando o discente a tornasse um profissional atento às demandas da sociedade e conectado com as questões sociais que o permeiam (PROJETO PÉ PEQUENO, 2018, *n.p.*).

Com o objetivo de entendermos como este grupo é composto, realizei uma pesquisa com os voluntários no último seminário de formação, a fim de tirar um "raio-x", destes alunos que se voluntariam. O evento ocorreu no dia 02 de abril de 2022, das 8 horas até às 13 horas. Dentro da programação do encontro tivemos café da manhã, apresentação da identidade lassalista, dinâmicas e apresentação dos projetos vinculados ao SEAC. Inscreveram-se para o evento 164 pessoas.

A pesquisa foi realizada com 47 alunos que participaram do seminário de formação, contabilizando 29% do total de inscritos na formação. Utilizou-se a metodologia qualitativa, com a instrumentalização de questionários. A análise adotou o anonimato dos participantes, não os identificando no momento do preenchimento do formulário, com o intuito de não contaminar os dados recolhidos, mas buscar compreender a realidade estudada. Segue os dados abaixo desta amostragem:

Figura 5 – Por que você deseja ser voluntário?



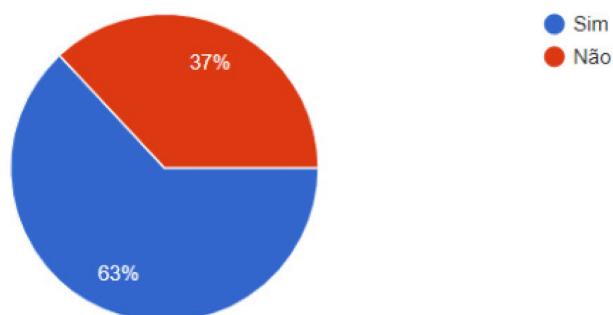
Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Porque você deseja ser voluntário? 63,8% indicaram “horas complementares como motivo”; 55,3% escolheram o “currículo”; 48,9% selecionaram a “experiência profissional”; 83% responderam “Fazer a diferença na vida de alguém”; 46,8% assinalaram “Fazer amizades”; 68,1% apontaram “Gerar transformação Social”.

Figura 6 – Já participou de outras atividades de voluntariado?

Já participou de outras atividades de voluntariado?

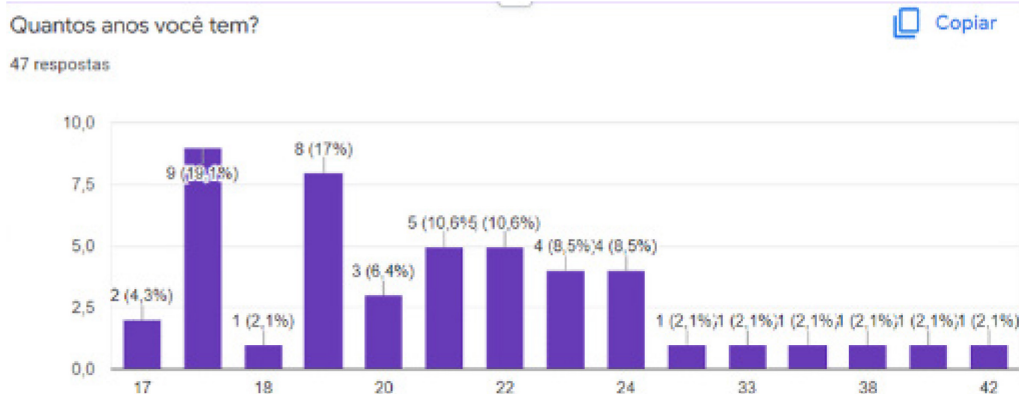
46 respostas



Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Já participou de outras atividades de voluntariado? 63% já participaram de outras atividades de voluntariado.; 37% não participaram de nenhuma atividade de voluntariado.

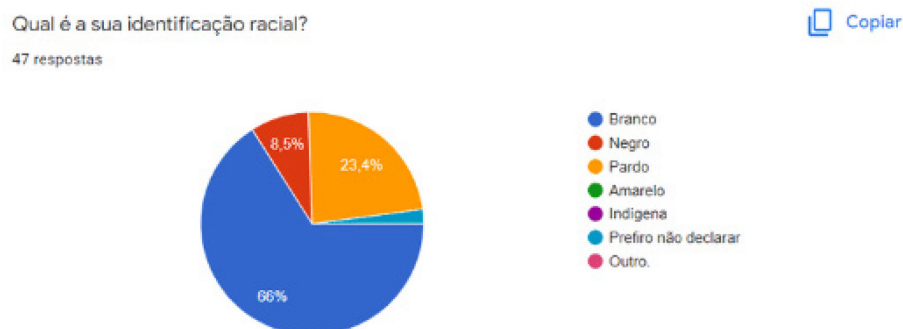
Figura 7 – Quantos anos você tem?



Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Quantos anos você tem? 41 alunos têm entre 17 até 24 anos e 5 têm entre 30 e 42 anos.

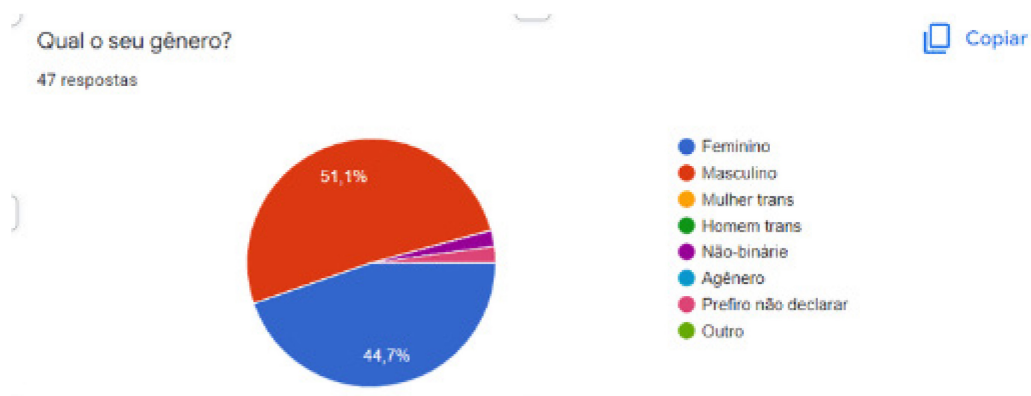
Figura 8 – Qual é a sua identificação racial?



Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Qual é a sua identificação racial? 66% dos alunos se autodeclaram brancos; 23,4% dos alunos pardos; 8,5 % dos alunos negros; e 2,1% dos alunos preferem não declarar.

Figura 9 – Qual o seu gênero?



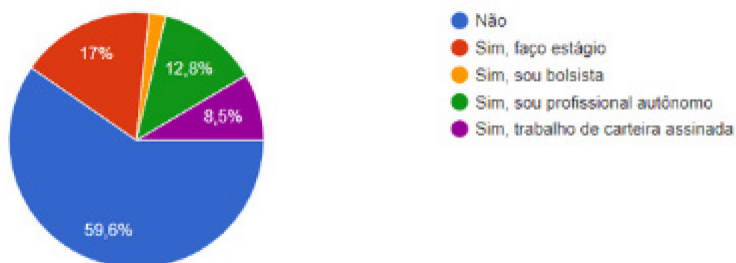
Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Qual o seu gênero? 61,1% dos alunos se declaram do gênero masculino; 44,7% dos alunos feminino; 2,1% dos alunos se afirmam como não-binária; 2,1% preferiram não declarar.

Figura 10 – Você trabalha?

Você trabalha?

47 respostas

 Copiar

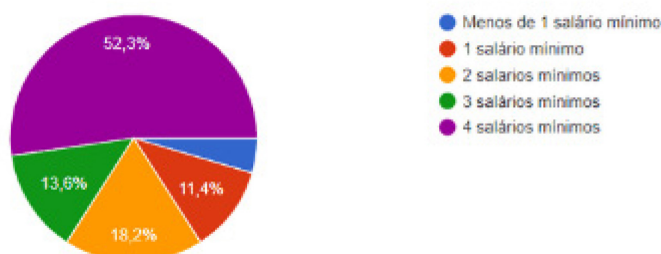
Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Você trabalha? 59,6% dos alunos responderam não; 17% dos alunos disseram que fazem estágio; 18,8% dos alunos são profissionais autônomos; 2,1% dos alunos declararam que são bolsistas.

Figura 11 – Qual é a sua renda familiar?

Qual é a sua renda familiar?

44 respostas

 Copiar

Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Qual é a sua renda familiar? 52,3% dos alunos responderam 4 salários mínimos; 18,2% dos alunos disseram 2 salários mínimos; 13,6 % dos alunos apontaram 3 salários mínimos; 11,4 % dos alunos responderam 1 salário mínimo; 4,5 % dos alunos disseram menos de 1 salário mínimo.

Figura 12 – Quando você escuta a palavra voluntário, o que vem na sua mente?



Fonte: O autor, 2022.

Na pergunta: Quando você escuta a palavra voluntário, o que vem na sua mente? Descreva utilizando apenas 1 palavra. As respostas mais utilizadas foram: 9 vezes Ajuda e 8 vezes Solidariedade.

Esta pesquisa se faz fundamental para compreendermos o perfil dos voluntários, que atuam nos projetos sociais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, onde 63,8% fazem voluntariado pelas horas complementares, 63% já estavam envolvidos anteriormente com as atividades, no qual, a maioria (41 alunos) são jovens entre 17 e 24 anos, 66% brancos, 61% do sexo masculino e 59% não trabalham, sendo 52% de classe média tendo renda igual ou superior a 4 salários-mínimos.

Com o intuito de compreender a composição deste grupo social, mais ainda, verificar se a questão econômica, a orientação sexual, idade, e outras questões, influenciam ou não na escolha pela atividade de voluntariado, foi realizado esta pesquisa entre os voluntários da Ação Comunitária. A partir do momento que abarcamos o perfil de pessoas que buscam esta atividade extensionista específica, conseguimos perceber se a escolha passa pela via da alteridade, ou somente parte de uma “obrigação moral”, servindo para adentrar em determinado grupo social.

Esta pesquisa permite uma compreensão abrangente das características, motivações e contribuições dos voluntários em todo o país. Isso incluiria uma variedade de contextos urbanos e rurais, demográficos e socioeconômicos, fornecendo uma visão mais completa e representativa do fenômeno do voluntariado. Ao reunir dados de uma amostra nacionalmente representativa, é possível identificar tendências e padrões no voluntariado, incluindo variações regionais, diferenças demográficas e mudanças ao longo do tempo. Essas informações são essenciais para informar políticas públicas, programas de voluntariado e estratégias de

mobilização comunitária.

Os resultados da pesquisa fornecem evidências empíricas para compreender o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao voluntariado. Isso inclui políticas de incentivo ao voluntariado, investimento em programas e projetos sociais, e estratégias para aumentar a participação cívica e o engajamento comunitário. Bem como, identificar as motivações, interesses e desafios enfrentados pelos envolvidos, estes números informam o progresso de programas de intervenção e capacitação para fortalecer essa prática. Isso pode incluir a criação de oportunidades de voluntariado mais acessíveis e significativas, a oferta de treinamento e suporte aos voluntários, e a redução de barreiras percebidas para o envolvimento cívico.

Em suma, analisar o voluntariado de forma geral e, posteriormente, afunilar o estudo, demonstra que o senso comum em relação às atividades humanistas, para este grupo, passa pela via da solidariedade. Porém, nos interessa saber que tipo de assistência é essa, um caminho que vem de um suposto “salvador”? Detentor de um saber que o outro não possui? Uma caridade típica de festas de final de ano? Aquela que doa o que não lhe faz falta e se livra do que pegou poeira ao longo do ano, para limpar junto com o seu guarda-roupa a sua consciência de “cidadão de bem”.

Ou uma solidariedade que está de fato preocupada com o outro? Baseada na igualdade, aquela que não aceita que pessoas não tenham três refeições ao dia, escola, saneamento básico. Aquela solidariedade que se coloca a serviço “não por pena”, mas pelo desejo de justiça social.

Para que possamos falar em solidariedade não basta ser atento, aprendente e compassivo em relação a outros testemunhos de vida. Apoiada numa dinâmica de solicitude mútua, a relação solidária não se confunde com os gestos de indulgência saídos de um sujeito possuidor, benevolente e compadecido. (Baptista; Isael, 2007 p. 5)

Para tanto, a solidariedade aqui assume um carácter formativo, quando analisando o seu significado atrelado a um projeto extensionista dentro de uma Instituição de ensino Superior, de tal forma, que seja avaliada em uma esfera educacional, como forma de conexão entre academia e sociedade. Esta solidariedade crítica, isto é, o discurso pautado na defesa de uma igualdade de direitos, faz com que o voluntariado se torne um elemento chave na formação humana do universitário.

Para além da prática, o voluntário é exposto a outras realidades que são diversas a dele, fazendo com que a desigualdade social incomode, pois, ele não está lendo somente sobre a fome, ou vendo na televisão, ele está conhecendo as pessoas que sofrem de desnutrição,

crianças, idosos, pessoas com identidade, nome, forma e cor.

Sendo assim, a fome cria rosto, a violência encontra um corpo e a desigualdade assume forma humana, o caráter formativo do voluntariado, fala de uma pedagogia que sai da sala de aula, e vai ao encontro de vivenciar realidades, cheiros e cores. “A solidariedade crítica, como valor, deve ser pautada por uma prática que seja capaz de avaliar e aproximar o discurso sobre a igualdade e incorporá-lo à prática cotidiana, produzindo relações mais igualitárias entre homens e mulheres.” (Selli; Garrafa, 2005, p. 477)

Para esta pesquisa o nosso foco será direcionado na Ação Social do Pé Pequeno, evento este que ocorre de maneira pontual uma vez ao semestre, ocorrendo duas vezes ao ano. Aproximadamente este evento engaja 40 voluntários por semestre, totalizando 80 pessoas envolvidas por ano. Para a realização do mesmo, o SEAC desenvolve um seminário de formação para voluntários, onde são fornecidas palestras, minicurso, entre outras atividades para melhor preparar o aluno que irá atuar no dia como voluntário. Separados em 13 oficinas solidárias/atividades:

Quadro 3 - Oficinas sociais desenvolvidas no projeto Ação no Pé Pequeno

Oficina	Descrição
1. Estética para mulheres	Objetiva conversar com as mulheres em situação de vulnerabilidade sobre violência contra a mulher.
2. Street Store	O projeto trabalha na perspectiva de oferecer dignidade a partir da doação de roupas e itens diversos.
3. Cozinha sustentável	O projeto apresenta soluções sustentáveis para o desperdício de alimentos, trabalhando receitas que utilizam alimentos que normalmente são descartados.
4. Recreação para crianças	O projeto visa trabalhar o lúdico com as crianças através das brincadeiras, trabalhando valores e oferecendo um espaço seguro de recreação.
5. Higiene Bucal	O projeto visa passar cuidados diários com a higiene bucal para crianças, trabalhando com elas a necessidade de ter hábitos saudáveis de higiene.
6. Oficina de informática básica	Este projeto surge da necessidade em atender os jovens em situação de vulnerabilidade social das comunidades aos redores do Centro Acadêmico, como forma de impactar diretamente na desigualdade social e na distribuição de direitos e oportunidades, oferecemos de forma gratuita um curso básico de informática, na tentativa de ofertar a estes jovens um conhecimento prático que até então era distante e não acessível, impactando diretamente na sua capacidade de inserção no mercado de trabalho formal. Este projeto também visa conectar a comunidade ao ambiente acadêmico tornando este espaço mais acessível e democrático a todos.
7. Banco de Currículos	Este projeto nasce como forma de dar visibilidade aos moradores que residem na comunidade do Pé Pequeno que estão sofrendo pelo desemprego e a falta de oportunidades reais. Tem como objetivo criar um banco de currículos onde as pessoas em situação de vulnerabilidade social possam buscar empregos próximos a sua casa, bem

	como cadastrar o seu currículo para que os comerciantes quando necessitarem contratar um funcionário deem preferência às pessoas que residem próximo ao trabalho e mais importante às pessoas que estão em situação de miséria ou extrema pobreza.
8. Cozinha	Este projeto objetiva cuidar para que todos os atendidos na Ação Social tenham alimento adequado enquanto estiverem no evento.
9. Logística	Este grupo de trabalho objetiva auxiliar na montagem e na arrumação de toda a Ação Social.
10. Oficina de Rap	Esta oficina tem como objetivo desenvolver a habilidade de leitura e estimular a criatividade das crianças através do rap.
11. Horta Comunitária	Esta oficina tem como objetivo incentivar uma alimentação saudável e criar espaços de convivência comunitários.
12. Corte de Cabelo	Oferecer ao morador que desejar, um corte de cabelo grátis, impactando diretamente na sua autoestima.
13. Emissão de Documentos	Auxiliar na marcação para emissão de documentos, indicando todos os procedimentos necessários.
14. Sebo solidário	Doa-se livros literários para a população.

Fonte: Organizado pelo autor (2022), segundo o relatório semestral do Setor de Ação Comunitária e Pastoral (2022) e o catálogo de projetos sociais (2021).

Podemos observar no quadro acima as oficinas desenvolvidas e coordenadas pelos voluntários enquanto educadores sociais no projeto Pé Pequeno. Cada voluntário é orientado para atuar em uma destas atividades, aprendendo técnicas de comunicação não violenta, bem como, regras do voluntariado interno da instituição. A separação por ação é realizada levando em conta dois requisitos, como: ser de um curso que facilite o desenvolvimento da oficina, por exemplo: banco de currículos para os alunos de Administração; ou ter participado dessas atividades em outro espaço, ou em edições anteriores, lembrando que tem oficinas que podem ser realizadas apenas por profissionais, como corte de cabelo.

Este quadro se faz fundamental para compreendermos também que nem toda a atividade desenvolvida é relacionada com a pedagogia social. Temos ações internas como a logística, onde o voluntário é responsável por organizar o material e a estrutura do evento. Porém, o importante nesta atividade de extensão, é levar o aluno a ambientes que ele normalmente não frequentaria, colocá-lo em contato com pessoas, escutar histórias reais, e através de um movimento de alteridade, gerar transformação social, tanto do educador, quanto do morador atendido nestas ações. Sendo assim, é primordial trazer para o leitor esta visão organizacional do projeto, a fim de desenvolver esta imagem.

Com base em tudo que foi apontado e utilizando o Quadro 3 - Elementos da Pedagogia da Convivência que organizam o trabalho do educador social, desenvolvido por Ferreira (2017)

com base no livro *Pedagogia da convivência*, de Jares (2008). Elencamos os 10 elementos apontados pelo autor, e realizamos o cruzamento com as práticas de trabalho voluntário a fim de construir um panorama geral do serviço voluntário associado a uma pedagogia da convivência.

A palavra “carente”, muitas vezes, quando é utilizada para se referir aos moradores de regiões periféricas, traz em si um certo julgamento de valor, reforçando por vezes os estereótipos sobre a periferia. Trabalhando pelo viés da falta, ou seja, de algo que está incompleto na formação desses sujeitos ou de territórios. Isso acaba acarretando discursos que ressaltam que a função de um projeto social são o de melhorar a autoestima, por serem jovens considerados “carentes” (Lima, 2020, p. 29).

Ao associarmos a pedagogia convivência aos projetos sociais, podemos observar que o intuito é combater uma ausência de um estado frente a supressão de direitos de um determinado grupo social, esta carência, pode ser atribuída a noção a uma cidadania mutilada (Santos, 1997).

Quadro 4 - Elementos da Pedagogia da Convivência que aparecem nas atividades de voluntariado

Elementos da Pedagogia da Convivência	Elementos da Pedagogia da Convivência	Voluntariado Universitário
1. Respeito	Supõe a reciprocidade no trato e no reconhecimento de cada pessoa.	III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;
2. Diálogo	O Diálogo é também um fator essencial para dar e melhorar a qualidade de vida das relações humanas.	V – estímulo às práticas sociais articuladas com a realidade local.
3. Solidariedade	Qualidade que nos leva a partilhar os diferentes aspectos da vida, não somente materiais, mas também os sentimentos.	II – responsabilidade social, solidariedade e a corresponsabilidade na transformação social;
4. Não Violência	A violência é uma forma de encarar os conflitos mas não de resolvê-los. princípio fundamental o respeito à vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática das estratégias não-violentas de resolução de conflitos.	III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;
5. Laicismo	Representa a garantia da liberdade de consciência e da igualdade jurídica de todos os cidadãos.	III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;

6. Dinâmica da Cultura	A cultura é um processo dinâmico ligado às próprias condições de vida das pessoas e, como tal, incide na vida destas e vice-versa.	V – estímulo às práticas sociais articuladas com a realidade local.
7. Ternura	A afetividade é a necessidade fundamental de todos os seres humanos, é a necessidade que nos torna humanos, inadiável à construção equilibrada da personalidade.	IV – engajamento com a comunidade e o compromisso com seu desenvolvimento;
8. Perdão	Perdão não significa impunidade, a condição do perdão para quem o solicita é o reconhecimento da falta, o arrependimento e o compromisso de que não voltará a cometer a mesma ação.	II – responsabilidade social, solidariedade e a corresponsabilidade na transformação social;
9. Diversidade	Conviver significa conjugar a relação igualdade e diferença. Em todo o caso, a diferença ou diversidade é parte da vida e pode ser um fator de conflituosidade.	III – fomento à cultura de paz, o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância;
10. Bem Estar: Felicidade/ Esperança	A felicidade é a capacidade de encantar-se, de ter entusiasmo pela vida. A esperança está ligada ao otimismo e, neste sentido, facilita a convivência positiva, com efeito benéfico para a autoestima, individual e coletiva, e funciona como um antídoto frente a passividade e o conformismo diante dos desafios sociais.	Art. 2º O voluntariado se refere às ações de estudantes que, devido a seu interesse pessoal e espírito cívico, dedicam parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção de bem-estar social, ou outros campos demandados pela própria sociedade.

Fonte: Organizado pelo autor (2022), segundo os elementos da Pedagogia da Convivência que organizam o trabalho do educador social, desenvolvido por Ferreira (2017) com base no livro Pedagogia da convivência, Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2018. - Ministério da Educação.

Podemos observar ao analisar os Elementos da Pedagogia da Convivência como ferramenta, que auxilia as práticas para o voluntariado na Educação Superior, que podemos orientadas pelas diretrizes promover uma educação para a paz dentro do que é solicitado pelo Ministério da Educação.

Os elementos apontados pelo autor caracterizam toda a ação e a postura do educador social em sua prática socioeducativa. De fato, o educador social, deverá não somente organizar as práticas pedagógicas entre os grupos levando em consideração esses elementos, mas ele mesmo deve acreditar e viver cada um deles em sua realidade

operacional (Ferreira, 2019, p. 118).

Ferreira (2009), organiza este quadro a partir do livro *Pedagogia da convivência*, de Xesus Jares publicado em 2008. Para o autor, os elementos da pedagogia da convivência não devem ser trabalhados como conceitos, mas devem ser uma opção de “ser-estar” no campo socioeducativo, norteados as práticas deste educador social. Sendo assim, uma via de acesso para a promoção de direitos e luta por uma sociedade mais justa. É necessário, porém que as IES que trabalham com voluntariado como prática formativa, estruturam o modo de fazer, tendo as formações como principal alvo de formação desses educadores sociais voltados para a defesa desta população empobrecida.

2.7 Teoria das representações sociais

A teoria das Representações Sociais (TRS) é uma abordagem dentro do campo da Psicologia Social, que foi desenvolvida na França, pelo psicólogo social Serge Moscovici (1928-2014), e publicada através da sua obra intitulada *La Psychanalyse: son image et son public*, em 1961.

Moscovici retoma conceitos de Émile Durkheim (1858 - 1917) e de forma crítica faz uma contraposição da Teoria das representações coletivas. Segundo Durkheim, para compreendermos um objeto se faz necessário ignorarmos o individual e olhar para o todo, ou seja, para entendermos determinado fato social,⁴² pois, segundo o autor, a sociedade afeta o indivíduo não o contrário, fazendo um movimento de coerção sobre o mesmo.

Um exemplo simples deste fenômeno, seria a moral em um sistema capitalista. Coordenado pelo acúmulo de bens e controle dos meios de produção, o jovem em idade laboral sofre coerção para adentrar ao mercado de trabalho pelo restante do grupo social, visto que esta é a moral da sociedade.

Durkheim primeiro trabalha o conceito de representações, ele realiza a diferenciação entre representações de coletividade (Trabalhadas no âmbito da sociologia), e as representações individuais (Trabalhadas no âmbito da psicologia). Visto que, as representações individuais entendem cada indivíduo como único, logo são variáveis, pois, mudam de acordo com cada

⁴² Compreende-se como formas de agir, de pensar e de sentir que exercem determinada força sobre os indivíduos, segundo Durkheim, obrigando-os a se adaptar às regras da sociedade onde vivem.

pessoa, com cada forma de pensar, e de sentir o mundo que está a sua volta, já as coletivas como afirmamos anteriormente, são externas, sendo gerais e não dependendo dos sujeitos, mas sim de um coletivo social.

O Fato social é um elemento chave na teoria Durkheimiana, sendo um conceito fundamental para compreendermos a sua teoria, pois, visualizamos de forma muito clara o fator coercitivo em sua teoria, onde o indivíduo não possui escolha a não ser se adaptar para pertencer àquela determinada sociedade ou grupo social.

Possuindo para Durkheim a função de preservar o “vínculo comum”, gerando uma uniformidade na sociedade. Ela tem por função preservar o vínculo entre eles, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme. Ela é coletiva por isso, e, porque perdura pelas gerações e exerce uma coerção sobre os indivíduos, traço comum a todos os fatos sociais (Moscovici, 2001, p. 47).

Sendo as representações coletivas estáticas, Moscovici é totalmente contra esta teoria, acreditando que as representações sociais são dinâmicas, onde cada grupo social possui um conjunto de crenças. Um exemplo bem claro desta afirmação, é a Representação Social de Cidadania, em que ela assume um significado para diferentes grupos, não sendo hegemônica, por exemplo, cidadania para alguns grupos é a garantia de direitos, para outros é nascer em determinado país, e para um terceiro é obedecer às regras de determinada sociedade. Para Moscovici (1981), as representações sociais são:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São equivalentes, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p. 181, *apud* Ferreira; Dias, 2021, p. 20).

De tal forma que Jodelet (1985), define que as representações sociais são formas de conhecimento e que se manifestam como elementos cognitivos, ou seja, são elaboradas e partilhadas pelo grupo social, contribuindo para a construção de uma realidade comum. Assim, o objetivo dessas reproduções que se travestem de senso comum, é ser um facilitador da comunicação entre um grupo.

Moscovici (1981) nomeia este processo de ancoragem, que é observado quando transformamos algo que é estranho e que nos chama atenção, em algo íntimo, familiar e aceitável, aliás, é quando acostumamos com uma “novidade” sobre a influência de um grupo, no qual desejamos pertencer, de tal forma que busca naturalizar o que até então, era desconhecido, sendo a função “cognitiva da integração da novidade”.

Já a objetivação, transforma algo abstrato em concreto, consiste na materialização das ideias (ou das abstrações), tornando físico, observável, passando a compor a realidade social, simplificando traz algo da ordem imagética, quer dizer, algo do pensamento e transforma em algo real que compõe a natureza. Existem dentro do campo da psicologia social, três abordagens das teorias das representações sociais, que são: a societal desenvolvida por Willem Doise; a estrutural pensada por Jean-Claude Abric; a processual trabalhada por Denise Jodelet.

A Abordagem Estrutural das Representações Sociais ou Teoria do Núcleo Central, foi desenvolvida por Jean-Claude Abric em 1976. Para o autor, as RS estão organizadas em volta do Núcleo central (NC) que determinam sua significação e sua organização interna e os sistemas periféricos (Abric, 2003).

Assim, a representação é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social. (Abric, 2003 *apud*. Jodelet, 2001, p. 156)

Para Abric (2003), o Núcleo central desempenha as seguintes funções: geradora, organizadora e estabilizadora. Sendo a geradora responsável por criar ou transformar uma representação; a organizadora, determinar a natureza das ligações entre os elementos de uma representação social; na estabilizadora, seus elementos resistem a mudanças. Já os sistemas periféricos, ou elementos periféricos (EP), compõem a parte operacional da representação, sendo responsáveis por cinco funções: concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do NC, modulações individualizadas.

Abric [...] destaca cinco funções do sistema periférico no funcionamento e dinâmica das representações: a) concretização do NC em termos ancorados na realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis; b) regulação, que consiste na adaptação da representação às transformações do contexto, integrando novos elementos ou modificando outros, em função de situações concretas com as quais o grupo é confrontado, c) prescrição de comportamentos: os EP funcionam como esquemas organizados pelo NC, garantindo o funcionamento instantâneo da representação como grade de leitura de uma dada situação e, conseqüentemente, orientando tomadas de posição; d) proteção do NC: o sistema periférico é um elemento essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação, absorvendo as informações novas suscetíveis de pôr em questão o NC; e e) modulações individualizadas: é o sistema periférico que permite a elaboração de representações relacionadas à história e às experiências pessoais do sujeito (Mazzotti, 2002, p. 22).

A abordagem processual trabalhada por Denise Jodelet, estuda os processos responsáveis por formar as representações sociais, ou seja, através dos quais os sujeitos

constroem a sua cosmovisão do mundo, abordando as dimensões culturais, sociais e históricas.

Para Jodelet, um estudo em Representações Sociais deve abarcar os discursos dos grupos que criam RS de um dado objeto; os comportamentos e práticas sociais que se expressam nas RS; o exame dos documentos e registros que institucionalizam os discursos e práticas do grupo; e as interpretações a eles dados pelos meios de comunicação, os quais influenciam na manutenção e transformação das RS (Félix *et. al.*, 2016, p. 200).

Para esta pesquisa adotaremos a abordagem societal, visto que Doise auxilia a compreendermos como as representações sociais se dão em grupo menores, como por exemplo, os voluntários envolvidos no Projeto Social do Pé Pequeno. Esta abordagem ajuda a perceber como o indivíduo se conecta ao coletivo, de forma a compreendermos as dinâmicas sociais daquele grupo, o sistema de crenças, e o filtro sociocognitivo, que incluem os processos de ancoragem e a marcação social, elementos que orientam o indivíduo a transitar naquela determina grupo e na sociedade.

Se faz fundamental compreender cada um deste elementos para realizarmos a nossa análise, iniciando pelo sistema de crenças, que de forma bem objetiva, são os valores⁴³ e as crenças⁴⁴ compartilhadas pelos indivíduos de determinado grupo social, impactando diretamente na sua cosmovisão do mundo e das relações sociais.

As representações sociais são os princípios organizadores dessas relações simbólicas entre os atores sociais. Trata-se de princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de troca simbólica e uma representação desse campo. (Doise, 2001, p. 193)

A abordagem societal de Doise, busca compreender as relações dos indivíduos com o coletivo, analisando o processo de utilização de “mecanismos de interação social”, e, como estes produzem representações sociais, que são geradas e ancoradas no campo social de daquele determinado grupo. Sendo assim, é necessário nesta abordagem apreender que o embate de ideias, isto é, o “conflito sociocognitivo” resultado destas interações sociais, produzem impacto sobre crenças, valores que são compartilhados por aquele grupo. “Desta maneira as marcações sociais são mecanismos que se apresentam como reguladores sociais, atuando sob a coordenação das relações cognitivas existentes entre os indivíduos, mediando as ações entre o que é simbólico e o que é real.” (Ferreira; Dias, 2021, p. 25).

⁴³ São os princípios que orientam as ações e os comportamentos das pessoas.

⁴⁴ Crenças são estados mentais em que se assume que algo é verdadeiro ou provável.

A “marcação social” ocorre quando as atividades cognitivas aplicadas para resolver algum problema ou circunstâncias estão permeadas em significados sociais nas quais tais ações se sucedem, estando os indivíduos expostos aos variados pontos de vista e aos possíveis conflitos que possam surgir. As “marcações sociais” ocorridas dentro do processo de formação e compartilhamento das representações sociais podem gerar “marcas identitárias”, que irão afetar a constituição das identidades dos grupos sociais e de seus membros. Isto é, à medida que as representações sociais são forjadas, disseminadas e reproduzidas tentando explicar a realidade, elas também agem como elementos que impactam na construção das identidades sociais e profissionais por intermédio dessas “marcas identitárias” (Ferreira; Dias, 2021, p. 26).

Assim, de que forma essas representações sociais de cidadania são expressas por um determinado grupo de voluntários, que participam ativamente do projeto social Ação no Pé Pequeno, enquanto voluntários que têm práticas de educação social? Analisando de que maneira as representações expressas influenciam nas práticas socioeducativas implementadas por este grupo durante as ações sociais, ou seja, no planejamento e na execução de oficinas solidárias para uma população em vulnerabilidade e empobrecida.

Adotarei como princípio metodológico a abordagem societal de Doise, pois o autor entender a relação do indivíduo com o coletivo, observando os mecanismos de interação social, evidenciado a formação do núcleo figurativo, e o seu processo de naturalização. A abordagem societal de Doise enfatiza a interdependência entre os processos individuais e coletivos na formação das representações sociais e práticas sociais. Ao aplicar essa perspectiva à pesquisa sobre voluntariado, é possível investigar como as percepções, valores e comportamentos dos voluntários são moldados pelas normas, valores e expectativas da sociedade em que vivem. Isso inclui examinar como o voluntariado é percebido e valorizado pela sociedade em geral e como essas percepções influenciam o engajamento voluntário.

Doise destaca a importância dos processos de comunicação e interação social na construção de representações sociais compartilhadas e na formação de identidades sociais. Ao utilizar essa abordagem na pesquisa sobre voluntariado, é possível investigar como os envolvidos interagem com outros membros da comunidade, líderes de opinião, instituições e grupos de interesse. Isso inclui examinar como as redes sociais, grupos de referência e instituições influenciam as motivações, percepções e comportamentos dos voluntários. “O núcleo figurativo é um “esquema” (modelo ou imagem) básico resultante do processo de objetivação, tornando concretos os elementos do objeto, e tem por função guiar as percepções e julgamentos associados ao objeto de representação dentro de uma realidade social construída” (Jodelet, 1984 *apud* Lima; Campos, 2020, p. 11).

A abordagem societal de Doise também destaca a formação de um núcleo figurativo compartilhado dentro de um grupo social e o processo de naturalização das representações

sociais. Na pesquisa sobre voluntariado, isso envolve investigar como certas concepções e práticas relacionadas ao voluntariado se tornam internalizadas e aceitas como parte da cultura e identidade do grupo. Isso inclui examinar como os discursos dominantes sobre voluntariado são construídos, disseminados e perpetuados ao longo do tempo.

Um dos conceitos fundamentais para este trabalho é a ancoragem, ou seja, a busca pelo familiar em uma conjuntura que pareça estranha, sendo um processo de assimilação de novas informações, transformando algo que era abstrato em uma coisa tangível, palpável. Onde essas novas representações passam agora a organizar as relações sociais e os comportamentos. Compreendendo este movimento, conseguimos entender a importância do processo de ancoragem para esta pesquisa, pois, sua função é organizar os elementos da representação social de maneira que oriente julgamentos e percepções baseadas na realidade social em que o voluntário, indivíduo está inserido.

As representações sociais são preciosas ferramentas para compreendermos a realidade social de determinado grupo, tendo como uma das principais funções, partilhar informações, que auxiliam no aprendizado do mundo que o cerca. Isto é, funcionando como instrumento uma forma de auxílio na interação social dos indivíduos. Dessa forma, a Teoria das representações sociais, mais especificamente a teoria societal, desenvolvida por Willem Doise, é assertiva para percebermos de que forma as representações de cidadania influenciam nas práticas educativas dos voluntários que atuam enquanto educadores sociais.

Devidamente compreendida, a cidadania como um conceito intrínseco à igualdade, justiça social e salvaguarda de direitos emerge como um ponto de investigação central neste grupo pesquisado, questionando se este último se alinha com tais preceitos ou se direciona suas ações com base em outras abordagens. Adicionalmente, a concepção do voluntariado como uma prática educacional voltada para a promoção da paz também é considerada e analisada dentro deste contexto.

Dentro da dinâmica do voluntariado universitário, essa perspectiva teórica oferece subsídios relevantes para a compreensão das construções sociais e compartilhadas que permeiam a participação e o engajamento dos estudantes nesse tipo de ação. As representações sociais são moldadas pelas experiências, valores e interações desses voluntários universitários, influenciando suas motivações, percepções e ações.

Nesse sentido, ao analisar as representações sociais no contexto do voluntariado universitário, é possível entender como essas percepções e compreensões coletivas são formadas, como são compartilhadas pelos estudantes e como influenciam as práticas voluntárias. A TRS permite explorar as dinâmicas sociais presentes nesse cenário e assimilar

como as representações sociais contribuem para a construção de significados e propósitos relacionados ao voluntariado universitário.

Sendo assim, as representações sociais desempenham um papel fundamental na construção identitária de um grupo. Através dos aspectos repartidos entre os membros, eles se identificam uns com os outros, ajudando a fortalecer a coesão social e a solidariedade dentro do grupo. Porém, é importante salientar que as representações sociais não são fixas ou imutáveis. Elas sofrem alteração de acordo com o contexto histórico, cultural e social em que estão inseridas. Podendo assim, diferentes grupos possuírem representações sociais distintas, dependendo do seu *status* social ou das suas vivências de mundo.

Ou seja, essa teoria oferece ao pesquisador uma estrutura conceitual que busca auxiliar na compreensão dos nascimentos e compartilhamento de crenças, normas e valores que estruturam o senso comum compartilhados dentro de uma sociedade. Ela nos ajuda a entender de que forma as representações sociais impactam no comportamento e influenciam nas ações dos indivíduos, segundo o grupo que eles pertencem.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi inserida na Psicologia Social por Serge Moscovici na década de 1960, na França, mediante seu estudo intitulado “La Psycanalise, son image et son public” (A Psicanálise, sua imagem, seu público). Nesse estudo, Moscovici percebe a necessidade de retomar os estudos sobre as representações na sociedade e começa a colocar em questionamento o conceito de representações coletivas de Émile Durkheim (Ferreira, 2020, p. 50).

É interessante para este trabalho, como as representações sociais impactam na construção desta realidade, influenciando em diversos assuntos como: política, religião, educação, cultura. Isto é, elas são socialmente partilhadas por membros daquele determinado grupo, servindo então como “cola social”, ponto de coesão, guiando as ações dos indivíduos que se identificam com o grupo.

Se torna fundamental desassociarmos as representações sociais de conhecimento pré-existente, pois as simplifica demais, precisamos compreender que elas estão “vivas”, são dinâmicas construções ativas, o que significa que os processos sociais cognitivos são diversos, onde a realidade é construída, significada e partilhada com o grupo, essa dinamicidade que faz com que elas não sejam apenas preconceitos, sendo fundamental compreender a resignificação destas pequenas “certezas”.

Portanto, quando falamos de Representações sociais, precisamos estabelecer a figura mental da mediação, aquilo que conecta o indivíduo e determinada realidade social, “um manual” que atribui sentido, valores, normas e que regulam um comportamento que socialmente aceito.

Nesta perspectiva, podemos aplicar a teoria das representações sociais para compreender como os indivíduos constroem suas noções de cidadania? A cidadania tem relação com o voluntariado? Qual a definição de cidadania que iremos utilizar? Ser cidadão é ter responsabilidade social? Estas são algumas perguntas que precisamos ter durante este percurso, no qual, utilizaremos as representações sociais como arcabouço teórico para perceber as práticas do grupo de voluntariado estudado.

Para captarmos de fato como se constitui a atividade de voluntariado dentro de um prisma de garantia de direitos, podemos entendê-la como uma forma de exercício da cidadania, se retornarmos o conceito de Marshall (1967), e definirmos essa origem como o acesso às três gamas de direitos: civis, políticos e sociais.

Com efeito ao adotar este conceito de cidadania entre os milhares que se apresentam em nossa academia, podemos observar que os voluntários que se engajam em projetos sociais, buscam melhorar a vida de outras pessoas, e por conseguinte da comunidade em que vivem.

Ao associarmos a teoria das representações sociais, à noção de cidadania e o voluntariado como fruto deste “engajamento cidadão”, podemos entender de maneira prática de que forma estes indivíduos constroem suas representações sobre o voluntariado e como essas representações impactam na adesão e engajamento destas práticas, vinculadas às aceitações sociais.

Com o intuito de tornar mais didático, trarei um exemplo. Ao frequentar o campo observado, ou seja, acompanhar as ações de voluntariado, nota-se que alguns grupos sociais têm uma representação negativa sobre essa atividade, onde os alunos enxergam somente o ganho das horas complementares, sem relação alguma com direitos ou cidadania de nenhuma forma. Já outros alunos, podem ter uma representação positiva sobre as atividades de voluntariado, enxergando como uma oportunidade de exercer a sua cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De tal forma que se analisarmos a forma com que as representações sociais de voluntariado, auxiliam na construção das práticas educativas dos alunos envolvidos em projetos sociais, podemos construir uma importante ferramenta para pesquisadores que compreenderem o papel do voluntariado na construção da cidadania. Entender como se constituem as representações sociais se faz fundamental para que percebamos as dinâmicas sociais e as formas como os indivíduos interpretam e atribuem sentido aos fenômenos e acontecimentos, presentes em seu meio social.

Para elucidarmos estes fenômenos sociais, iremos resgatar Moscovici (2003), em sua teoria das representações sociais, onde o autor considera que os indivíduos constroem

representações coletivas através do processo de socialização e interação com os demais membros da sociedade. Ou seja, a partir do momento que os indivíduos se socializam estes criam representações que são válidas dentro dos grupos sociais que os mesmos pertencem.

É fundamental entendermos como estas representações são formadas, compreendendo que elas sofrem influência pela cultura, experiências e vivências sociais. Apreender como essas representações sociais são construídas se faz primordial para envolvermos a forma como determinado indivíduo irá agir, pois, elas moldam a forma como interpretamos os acontecimentos e interagimos com o meio social em que estamos inseridos. Fator este que se reforça mediante a influência de determinados grupos sociais em nossas ações. Através disso, envolver a representação social de cidadania que estes voluntários possuem é um caminho para captar como os mesmos pensam e projetam ações sociais de cunho pedagógico.

Para compreendermos o voluntariado, e estabelecermos o significado deste para este trabalho, precisamos recorrer à etimologia da palavra, "voluntário" tem sua origem no Latim, derivando do termo "*voluntarius*", que é composto por duas partes: "voluntas", que significa "vontade", ou seja, algo que não é imposto mas é fruto de uma liberdade e de um desejo, e o sufixo "-arius", utilizado para indicar pertencimento ou relação, esta que pode ser desenvolvida pela necessidade de se colocar à disposição do outro.

Sendo assim, o "voluntário" é uma pessoa que realiza, algum movimento de acordo com o seu próprio desejo, fruto da sua vontade, se dá por uma ação que é realizada espontaneamente, por livre escolha. Se fazendo fundamental para compreensão do serviço voluntário atrelado a uma prática educativa.

O voluntariado universitário aliado a uma prática extensionista, se configura como uma atividade que envolve estudantes do ensino superior, no desenvolvimento de ações socioeducativas ou solidárias em face de populações vulneráveis. O auxílio da pedagogia social nos faz refletir sobre as práticas pedagógicas que estamos levando para a nossa atuação enquanto voluntários. Compreendendo que voluntariado e educador social não são sinônimos e principalmente não recebem as mesmas atribuições apesar de ambos trabalharem com populações empobrecidas.

3 A METODOLOGIA DE PESQUISA QUE SERÁ ADOTADA

Nas entrevistas, capturamos os discursos e perspectivas dos participantes, mas muitas vezes é na observação de campo que os fenômenos se revelam de forma mais vívida e tangível. Enquanto as entrevistas fornecem *insights* valiosos sobre as percepções e interpretações dos entrevistados, a observação direta das interações, comportamentos e dinâmicas sociais pode oferecer uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos em estudo.

É através dessa imersão no ambiente natural que se torna possível captar nuances, padrões e complexidades que podem não ser evidentes apenas nas respostas verbais dos participantes. Assim, a combinação de entrevistas e observação de campo é essencial para uma análise abrangente e multifacetada de qualquer fenômeno social.

Com o objetivo de oferecer maior liberdade ao entrevistado e permitir uma abordagem mais flexível e abrangente, adotamos a entrevista semiestruturada. Nesse formato, são estabelecidas algumas perguntas-chave que servem como guia para a conversa, mas a pessoa tem liberdade para explorar e discutir qualquer tema que considere relevante durante o processo. “Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.” (Godoy, 1995, p. 21)

Através de entrevistas e diário de campo, de caráter exploratório e descritivo, recolheremos o material para a análise, apoiados no método fenomenológico, proposto por Ferreira (2015a; 2015b), inspirado na filosofia fenomenológica desenvolvida por Edmund Husserl (1975), e refletido por Depraz (2011).

Edmund Husserl, filósofo e matemático, nasceu em 1859, no Império Austro-húngaro. fundador da fenomenologia, método de investigação sistemática da consciência e seus fenômenos mentais com relação ao mundo real” (César; Santos, 2013, p.55). A Fenomenologia desenvolvida por Edmund Husserl, se caracteriza como uma das correntes filosóficas mais importante da contemporaneidade, para o autor, é necessário compreender como os indivíduos enxergam o mundo, e não o mundo em si.

Com o intuito de realizar a pesquisa em campo, e organizar o material coletado, utilizarei o método baseado na Fenomenologia de Husserl (1975). A fenomenologia tem por finalidade descrever aquilo que se apresenta no campo, tendo como objetivo descrever com profundidade e riquezas de detalhes, os fenômenos observados “[...]para Husserl não busca descrever as

vivências factuais, mas a essência das vivências, que permanecem singulares e concretas em cada uma das pessoas no processo de conhecimento do mundo” (Ferreira, 2015b, p. 8).

Observando por três perspectivas diversas, o *noema*, a *noesi* e *variação eidética*. “O *noema* é o aspecto objetivo da vivência, ou seja, a descrição da realidade tal qual ela pode ser entendida e captada pelos sentidos de cada pessoa, levando em consideração o seu tempo, espaço e história pessoal (e social)” (Ferreira, 2021, p.47).

Sendo assim, podemos compreender que é a descrição nua dos fatos, ou seja, a forma de relatar os acontecimentos sem as impressões do entrevistador, levando em consideração o espaço, história, tempo e outros aspectos que ajudam a analisar o caso, sendo uma percepção imediata.

A noesis, enquanto processo de compreensão profunda, envolve mais do que a simples coleta de respostas às perguntas formuladas pelo entrevistador. Esse encontro é marcado por uma intersubjetividade, onde as experiências e emoções de ambos os participantes se entrelaçam. Essa dimensão emocional pode afetar a maneira como as informações são reveladas e recebidas, tornando-se um elemento crucial para a análise qualitativa.

Por fim, a variação eidética refere-se à maneira como o observador ou entrevistador percebe e interpreta o objeto observado. Isso inclui a descrição de estados emocionais aparentes, como vergonha, nervosismo ou felicidade, com base na observação de expressões faciais, gestos e comportamentos. Essa percepção é mediada pela intencionalidade do observador em relação ao que é observado, ou seja, pela atenção e pelo foco dados a determinados aspectos do comportamento do entrevistado.

Foram realizadas entrevistas com um total de seis participantes, os quais foram selecionados com base em seus cursos e anos de serviço voluntário. Este grupo inclui seis participantes que desempenham papéis no Projeto Social Ação no Pé Pequeno. A seleção desses alunos foi realizada levando em consideração a diversidade de cursos de graduação e o tempo de envolvimento no programa de voluntariado, com o objetivo de obter uma amostra representativa e abrangente das experiências e perspectivas dos educadores sociais envolvidos no projeto.

Quadro 5 - Participantes da pesquisa

Curso	Período	Idade	Gênero	Quantos anos participa de atividades de voluntariado
Relações internacionais	8	26	Mulher Cis	4
Sistema de Informações	2	23	Homem Cis	12
Direito	10	25	Homem Cis	5
Psicologia	6	20	Homem Cis	2
Psicologia	6	23	Mulher Cis	2
História	7	42	Mulher Cis	3

Fonte: O autor, 2023.

Além das entrevistas, diários de campo foram elaborados para o registro e a preparação formativa para a atuação na ação social. Esses diários abrangem o seminário de formação destinado aos novos voluntários, oferecendo uma visão detalhada do processo de capacitação e preparação dos participantes para suas atividades.

Além disso, foi realizado um acompanhamento individual das oficinas e do evento social como um todo, documentando as atividades realizadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados. Esses registros forneceram *insights* valiosos sobre o desenvolvimento e impacto das iniciativas sociais, contribuindo para uma compreensão mais completa e aprofundada do trabalho voluntário e de seu papel na promoção do bem-estar social e comunitário.

Após a coleta dos diários de campo e das entrevistas, foi realizado um processo de triangulação que envolveu a análise conjunta dessas fontes de dados, bem como, a integração da bibliografia pertinente ao tema em estudo. Esse percurso metodológico visa aprofundar a percepção do fenômeno da cidadania entre os voluntários, buscando identificar padrões, contradições e convergências nos discursos e práticas dos participantes.

Inicialmente, os dados dos diários de campo foram submetidos a uma análise minuciosa, onde pôde ser identificados temas recorrentes e reflexões relevantes sobre a preparação formativa para a atuação na ação social, bem como sobre o acompanhamento das oficinas e eventos sociais. Paralelamente, as entrevistas foram transcritas e analisadas em busca de discursos e representações sobre cidadania entre os voluntários.

Em seguida, os resultados obtidos puderam ser comparados e contrastados, buscando-se identificar pontos de convergência e divergência entre os relatos dos diários de campo e das entrevistas. Essa etapa permite uma compreensão mais completa e contextualizada das percepções e experiências dos voluntários em relação à cidadania e ao engajamento social.

Além disso, realizou-se uma revisão da bibliografia relevante ao tema, buscando embasar teoricamente as análises realizadas a partir dos dados empíricos coletados. A integração dos conceitos e abordagens presentes na literatura especializada enriquece a compreensão do fenômeno em estudo e permite uma contextualização mais ampla dos resultados obtidos.

Por fim, os dados dos diários de campo, das entrevistas e da bibliografia foram triangulados, ou seja, integrados e interpretados de forma conjunta. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise mais robusta e fundamentada do fenômeno da cidadania entre os voluntários, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área e para o desenvolvimento de práticas mais efetivas de engajamento cívico e social.

4 ANÁLISE DO MATERIAL RECOLHIDO: SERÁ QUE EXISTEM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIDADANIA?

Este capítulo tem dois objetivos: (1) apresentar a metodologia utilizada nesta pesquisa, ou seja, exibir a base epistemológica e os métodos científicos utilizados no processo de investigação e, (2) analisar o material discursivo recolhido junto aos entrevistados desta pesquisa. Com o intuito de esclarecer o caminho metodológico utilizado para coletar, analisar e interpretar os dados que serão apresentados no decorrer deste trabalho.

Ao iniciarmos este capítulo, é necessário esclarecer que esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ou seja, tem seu foco de análise nos eventos e nos fenômenos sociais acontecidos no trabalho de voluntariado específico dos grupos sociais estudado. De forma mais específica, este procedimento foi escolhido pois, não buscamos somente descrever os dados recolhidos, mas tenho como fundamento compreender suas causas, e efeitos para o processo pedagógico dos voluntários que atuam nas ações sociais.

Primeiramente, utilizarei a análise retórico-filosófica do discurso para examinar o material coletado. Essa abordagem é inspirada nas teorias de Aristóteles e foi organizada e desenvolvida por Reboul (2004), Mazzotti (2003) e Ferreira (2016). A mesma consiste em uma abordagem que une os elementos da retórica e da filosofia com o propósito de analisar a estrutura das comunicações, tanto verbais, quanto escritas. De tal modo que objetivamos estudar a forma como discurso é construído para convencer o outro, para isto, analisamos as estratégias retóricas adotadas pelo interlocutor, como a utilização de figuras de linguagem, por exemplo. Peça elementar, que será alvo de nossas análises. Já a análise filosófica, foca em examinar os discursos a fim de identificar falhas e inconsistências. Através dessa metodologia, busca-se entender a verdadeira intencionalidade dos discursos presentes nas falas dos voluntários. A retórica, de acordo com o filósofo Aristóteles, é a arte de persuadir através da utilização do discurso. (Aristóteles, 2005, p. 23). Ou seja, a expressividade é capaz de organizar as palavras para que a mesma convença o ouvinte, adaptando a sua fala ao público que deseja atingir. Aristóteles fala sobre três tipos de discursos retóricos: o deliberativo, o judiciário e o *epidítico*. Através deste estudo, é possível analisar como são construídos os discursos para compreendermos a sua intencionalidade.

Não parece possível negar que o discurso inscrito no texto impresso também explore a característica simultaneamente expressiva e argumentativa dos sentidos que os enunciados evocam. Por um lado, impressionam o leitor a ponto de estimulá-lo,

primeiro a se predispor à leitura e, o mesmo tempo, a interessar-se por seu conteúdo; por outro, a contribuir com o discurso em que se inserem no sentido de afiançar sua perspectiva (subjacente ou explícita) em relação aos assuntos abordados. “A retórica, diz Aristóteles, compreende três tipos de provas (pisteis) como meios de persuadir: os dois primeiros são o etos e o patos (...); constituem a parte afetiva da persuasão. O terceiro tipo de prova, o raciocínio, resulta do logos, constituindo o elemento propriamente dialético da retórica (Reboul, 2000, p.36).

Para absorvemos as estratégias linguísticas de convencimento, precisamos analisar o objetivo de cada fala, por exemplo, temos o discurso deliberativo onde seu intuito é persuadir o público a tomar uma decisão ou ação específica no futuro. Já o discurso judiciário, é utilizado em situações que exigem um grau maior de formalidade, como por exemplo tribunais. E, por último, o discurso *epidítico*, sendo marcado em situações de celebração, como festas, formaturas e momentos celebrativos, sendo marcado pelo poder de elogiar ou reprimir alguém, indo ao encontro do centro emocional.

Para a ancoragem as representações sociais estão enraizadas principalmente no contexto social e cultural em que são geradas, sofrendo uma forte influência pelos valores, normas e crenças, pertencentes a sociedade em que estão inseridos. Já na objetivação as representações sociais são influenciadas pelas experiências reais, sendo fruto das observações diretas do grupo.

Por fim a hipótese da transformação, tem em sua centralidade a ideia de que as representações sociais não são fixas, mas sim dinâmicas. Para este trabalho, este ponto se faz fundamental, pois entendemos que as mesmas são passíveis de mudança ao longo do tempo. Ou seja, podem ser reavaliadas, revisitadas e ajustadas de acordo com as novas experiências vivenciadas.

Para realizar essa análise, serão explorados os "núcleos figurativos" presentes nos discursos dos voluntários que atuam no Projeto Social Ação no Pé Pequeno. Esses núcleos estabelecem representações sociais de cidadania. Através da identificação das figuras retóricas presentes nos discursos, será possível compreender como essas figuras orientam as ações sociopedagógicas dos voluntários e como elas afetam as relações sociais com os beneficiários do projeto.

Os núcleos figurativos são elementos essenciais que constituem a estrutura de um discurso ou texto figurativo. Eles são responsáveis por transmitir a carga simbólica e expressiva da linguagem figurada, que utiliza metáforas, metonímias, símbolos e outras figuras de linguagem para criar significados além do sentido literal das palavras.

Os núcleos figurativos referem-se aos elementos centrais e principais que carregam o significado figurativo de um discurso, ponto crucial para compreendermos a análise filosófica destes discursos, através de figuras de linguagem, onde são utilizados simbolicamente para

transmitir uma mensagem. Por exemplo, em uma metáfora que compara a empatia a um laço, o núcleo figurativo seria o conceito de "laço", como observaremos abaixo, onde demonstrarei como é feita a análise de uma entrevista, separando as figuras de sentido e de linguagem.

É fundamental compreendermos que este núcleo figurativo transmite uma gama de associações e significados simbólicos de tal maneira que o seu uso, permite que o locutor, no caso deste trabalho o voluntário, estabeleça uma conexão entre a experiência vivenciada e as ideias e emoções que estão em seu “campo das ideias”, traçando associações entre o real e o imaginário.

Os diários de campo foram utilizados para registrar dois momentos específicos: o seminário de formação para os voluntários realizado pelo Setor de Ação Comunitária e a Ação Social no Pé Pequeno em si. Esses momentos foram escolhidos por expressarem de maneira representativa o ciclo formativo do voluntário que atua como educador social. A análise dos diários de campo, juntamente com as entrevistas e os referenciais teóricos, permitirá identificar as possíveis representações de cidadania dos voluntários.

Com isso, espera-se que os dados coletados e analisados contribuam para uma compreensão mais aprofundada das representações de cidadania dos voluntários que atuam como educadores sociais no Projeto Social Ação no Pé Pequeno. Essas informações serão de grande importância para orientar e aprimorar as ações sociopedagógicas desenvolvidas no projeto, promovendo melhores resultados tanto para os beneficiários quanto para os educadores.

Nas pesquisas qualitativas, o interesse está em compreender como as pessoas interpretam e dão significado aos fenômenos sociais vivenciados em seus grupos sociais, ao compreender que a realidade social dos indivíduos é construída através das interações humanas, de forma social.

Portanto, as representações sociais, nos auxiliam na construção de um mapa teórico, onde podemos explorar estes processos que advém das interações humanas, entendendo os dados coletados, expressados através de ideias, valores e crenças coletivas, são construídos e compartilhados dentro de um grupo social e mais importante, como estes influenciam na prática pedagógica destes grupos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

No mais, podemos perceber que a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais, se preocupando com o “mundo dos significados”, ou seja, as motivações, crenças, valores que estão por trás das atitudes observadas no campo, oferecendo um entendimento mais profundo da realidade observada.

Entendendo a escolha pela pesquisa qualitativa, explicamos a escolha da fenomenologia como base epistemológica deste trabalho, ou seja, como fundamento teórico/filosófico para a pesquisa. Ao concebermos a fenomenologia como abordagem filosófica que foca sua análise na experiência direta dos indivíduos analisados, e mais profundamente na descrição dos fenômenos vivenciados pelos sujeitos.

Para tal, a fenomenologia nos oferece um conjunto de ferramentas para a investigação dos Fenômenos Sociais, tais ferramentas incluem métodos de descrição, como o *noema* e a *noesis*, que servem como dispositivo para encontrarmos a *variação eidética*. Sendo assim, se faz necessário estabelecermos alguns parâmetros para este capítulo, como a forma de englobar a educação como um fenômeno social, compreendendo que a mesma se faz multifacetada que é impactada, ou influenciada por diversos fatores sociais e psicológicos.

Outro ponto importante da nossa análise é estabelecer a fenomenologia de Husserl como prática científica, e porque decidimos optar por este caminho metodológico. Para tal, precisamos captar o contexto da pesquisa em ciências sociais, fundamentalmente em campos como a educação e a psicologia social.

A vantagem desta abordagem está no oferecimento de um método que permite a compreensão mais profunda dos fenômenos estudados, como relatado anteriormente, nos permitindo mergulhar nas experiências vivenciadas pelos participantes da pesquisa (Voluntários), buscando perceber a riqueza e a singularidade de suas experiências.

Posteriormente, serão apresentados os instrumentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa, como: os diários de campo e entrevistas semiestruturadas, servindo como principais dispositivos para captar os dados no campo observável, possibilitando uma compreensão mais detalhada do fenômeno estudado.

Por fim, é importante compreender a fundamentação teórica deste trabalho, que parte da análise retórico-filosófica Aristóteles (2019), que será utilizada como instrumento do estudo psicossocial como proposto por Ferreira (2012) com base nos estudos de Reboul (2004) e Mazotti (2003)

Estes referenciais, tem como objetivo revelar as representações sociais de cidadania, compartilhadas pelos voluntários que atuam na instituição de ensino superior confessional

estudada, que realiza ações sociais voltadas para populações empobrecidas, neste contexto oferece oficinas que versam sobre cidadania e Garantia de Direitos, objetivo desta pesquisa.

4.1 **Análise dos dados**

A partir da análise do material discursivo buscaremos as possíveis representações de cidadania existentes neste trabalho e como elas impactam nas ações sociais dos voluntários do projeto social “Ação no Pé Pequeno”, vinculado a instituição estudada. Isso significa que o conjunto de crenças, valores e concepções dos voluntários sobre cidadania auxiliam na maneira como são planejadas e implementadas suas atividades educativas no contexto da ação social. As representações de cidadania se expressam nas visões de mundo, opiniões e falas, compartilhadas pelos voluntários sobre o tema da cidadania.

Outros aspectos fundamentais que debateremos neste capítulo será a relação de alteridade presente nos voluntários. Essa perspectiva se refere à relação com o outro, que impacta na concepção dos voluntários sobre a temática da cidadania, influenciando suas abordagens pedagógicas, visto que, a grande maioria dos indivíduos atendidos nestas oficinas sociais, são provenientes de camadas empobrecidas de nossa sociedade. “O outro não se iguala simetricamente. Ele tem uma dimensão de altura que lhe permite ser outro como ente diferente” (Souza, 2013, p. 10).

Ao abordar a temática da cidadania neste trabalho, partimos do viés da ausência, ou seja, da falta de acesso igualitário às políticas públicas do Estado. Para tal, é necessário compreender o público-alvo destas ações sociais, onde em sua maioria é composto por pessoas das camadas empobrecidas, residentes da comunidade do Pé Pequeno, localizado em Santa Rosa, na cidade de Niterói, município do Rio de Janeiro, onde a instituição está localizada. Assim, podemos perceber que as representações sociais identificadas são pertencentes a um contexto social específico, marcado pela ausência de direitos, sejam eles sociais ou econômicos.

As representações sociais, nascem através das interações sociais dos indivíduos dentro de um grupo social, não obstante, estas interações diárias, ocorrem no ambiente de trabalho, na faculdade, e em suas interações com colegas, alunos e demais membros da comunidade educativa. Essa dinâmica interacional contribui para a formação e desenvolvimento das visões, opiniões e concepções compartilhadas e partilhadas pelos voluntários sobre determinadas temáticas, como cidadania.

Essas temáticas abordadas nos grupos sociais, formam o núcleo das representações, influenciando a forma como os voluntários percebem e abordam determinados assuntos relacionados à sua atividade voluntária socioeducativa.

4.2 As categorias temáticas encontradas no material discursivo

A partir das análises das figuras de sentidos presentes no material discursivo, podemos inferir os seguintes foros temáticos com respeito a noção de “cidadania” presente dentro do grupo de voluntários. As categorias temáticas representam conjuntos de ideias, conceitos ou fenômenos que emergem durante a análise de dados qualitativos e que são relevantes para responder às questões de pesquisa. No contexto da pesquisa sobre a noção de "cidadania" entre os voluntários, as categorias temáticas são grupos de conceitos ou aspectos relacionados à cidadania que são identificados e explorados nos dados coletados.

A construção das categorias temáticas é um processo iterativo e indutivo, que envolve a organização e agrupamento dos dados de acordo com padrões recorrentes e significativos observados durante a análise. Esses conjuntos servem como unidades de análise que permite examinar e interpretar os dados colhidos na pesquisa.

Quadro 6 – Foros temáticos

Foros temáticos das análises dos discursos retóricos	
01	“Sair da bolha que a gente se encontra”
02	“Essa realidade do outro”
03	“Realidade completamente precária”

Fonte: O autor, 2023.

Através do discurso dos voluntários, podemos observar três foros temáticos que se repetem com uma certa frequência. O primeiro, a versa sobre a necessidade de “Sair da bolha que a gente se encontra”, revelando que os voluntários estudados têm a noção que vivem em uma esfera de privilégios.

O segundo, fala sobre a realidade do outro “Essa realidade do outro”, reconhecendo que existem pessoas que são excluídas destes privilégios, nos dando a dimensão de marginalidade

e o terceiro, expresso na hipérbole “Realidade Completamente precária” temos a confirmação de uma realidade de vulnerabilidade e precariedade enfrentadas pelos atendidos, moradores das comunidades. Desta forma, vamos entender como este discurso organizados a partir destes três foros temáticos se articulam com a compreensão da Pedagogia Social sobre as questões de cidadania, a partir dos conceitos de Xesús Jares (2002) em sua teoria sobre educação voltada para a paz.

4.3 Tema 1: “sair da bolha que a gente se encontra”

Nesta temática, está expresso o que os voluntários compreendem como “bolha social”, ou seja, aqui está reconhecido que os alunos desta instituição de ensino superior particular pertencem a uma realidade social guiada pelo privilégio. Que estes envolvidos entendem que estão inseridos em uma parcela da sociedade que goza de direitos que os demais são excluídos. Esta “bolha” é marcada pelo privilégio, pela vantagem, seja ela econômica, social ou educativa, estabelece-se aqui uma régua que mede a desigualdade visível.

Voluntário 4: Ele... eu acho que o voluntariado consegue trazer luz para essas pessoas, né? E também por ele fura bolhas, né? Uma coisa importante que muitas vezes as pessoas que estão aqui com convive com pessoas próximas assim a gente vive até eu mesmo vivemos em bolhas sociais que a gente de convivência de trabalho e tal e aí a gente acaba realmente não enxergando essas pessoas ou não conhecendo e o voluntariado ele consegue eh... romper essa bolha, né? Ele consegue mostrar fazer uma integração dessas pessoas ali naquele homem tão podendo ajudar outras pessoas que possam em situações vulneráveis e aproximar mais essas relações e trazer luz a essas pessoas que muitas das vezes eles passam por nós, estão próximas de nós e a gente não enxerga. (Entrevista 04 - p. 04)

Voluntário 5: Quando nos causa a revolta de olhar pra um igual e pensar: porque essa pessoa não tem direito a isso aqui que eu tenho? Pq essa pessoa não está fazendo 3 refeições ao dia, como eu? Esse desconforto gera ação! (Entrevista 05 - p. 02)

A metáfora de “furar bolhas” é usada para descrever, como a atividade de voluntariado é capaz de romper as barreiras sociais, vivenciando outras realidades, e de como a atividade de voluntariado na visão do interlocutor, ajudou “enxergar” uma realidade que não era “visível” para ele. O voluntário 4 tem uma relação longa com o voluntariado, onde esta atividade acabou perpassando outros aspectos de sua vida, como por exemplo a sua escolha profissional.

Quando é abordado ao voluntário 4 sobre as dificuldades encontradas no voluntariado, o mesmo cita situações de falta de apoio, falta de motivação de outras pessoas para realizar

alguns projetos. Essa falta de engajamento é um fator que lhe incomoda, o que sugere que o seu nível de engajamento não é a regra, mas sim, a exceção.

O entrevistado utiliza a Hipérbole, quando diz a frase "trazer luz a essas pessoas", querendo enfatizar o impacto positivo do voluntariado nestes indivíduos que são atendidos pelas ações sociais. Assim, afirmando que se não fossem essas atividades, elas estariam no "escuro", que seria a total ausência de direitos, o que demonstra claramente a diferença socialmente construída entre a classe social que o voluntário pertence e as pessoas atendidas.

Outro aspecto interessante é a noção errônea de salvação através das ações solidárias, visto que, o vulnerável não tem acesso ao mínimo. Os voluntários surgiram como uma espécie de salvadores trazendo luz para aquela realidade, que demonstra já uma ideia de ausência e de falta.

Já o voluntário 5 parte de uma pergunta retórica, para demonstrar a sua indignação, primeiro com os privilégios que possui e segunda pela falta de igualdade, estabelecendo novamente uma relação de ausência, o que demonstra um desconforto em relação a supressão de direitos. O mesmo utiliza uma analogia "Esse desconforto gera ação!", para descrever o sentimento de indignação que serve como motor das ações de voluntariado e motivam as pessoas a agirem.

O que demonstra claramente a visão que os voluntários têm dos atendidos nas ações sociais, onde acreditam ser pessoas sem direitos sociais, que necessitam de auxílio para que consigam ter alguma dignidade, atribuindo uma noção de falta, seja, falta de alimento, dinheiro, cultura, emprego, educação. Partindo desta falta os envolvidos planejam as oficinas a fim de levar luz aos que estão nas trevas da marginalidade.

Voluntário 3: A maior dificuldade foi dizer não para as pessoas que estavam lá, porque sei das situações dela, sei que tipo... as condições.... A gente tentava ajudar da melhor forma possível, mas tinha limitação de roupa, né roupa. (Entrevista 03 - p. 02)

Neste trecho da entrevista o voluntário 3 reconhece as dificuldades que enfrentam nas ações sociais, devido às "condições dessas pessoas", o que torna o serviço voluntário mais desafiador, sugerindo empatia e compreensão da situação difícil que essas pessoas enfrentam. O entrevistado justifica sua dificuldade na ausência, ou seja, na vulnerabilidade daquelas pessoas.

Segundo Ferreira (2020), os educadores sociais trabalham no contexto das desigualdades, para mitigar os efeitos da pobreza, aliando soluções para desigualdade e

promoção de reflexões críticas acerca das estruturas sociais. Ao compararmos o voluntariado com o educador social, podemos perceber que a dimensão da reflexão não está presente no contexto do voluntariado, parando somente no auxílio às situações de vulnerabilidade.

Ao analisarmos a noção de caridade em comparação com o conceito de cidadania, podemos encontrar algumas semelhanças, que facilmente podem se confundir, principalmente quando estamos falando em direitos ou diminuição da desigualdade. Mas, se faz necessário para o andamento deste trabalho, que façamos esta diferenciação.

Ao utilizar o discurso de “ser luz”, podemos claramente fazer uma alusão a fé, noção judaica cristã de verdade, bondade e luz, em contrapartida tudo que é considerado negativo é da dimensão da escuridão, ou propriamente dito, das trevas, seja a falta de conhecimento, a falta de oportunidade, a maldade e por consequente a vulnerabilidade, que vem carregada de significados.

Este subcapítulo trata claramente para nós de um lugar sociopolítico, o lugar do privilégio, noção abordada por Milton Santos (2007), da subcidadania. Ao adotarmos o discurso da ausência, da falta, onde podemos estabelecer um paralelo, e compreender que a escuridão é a falta de luz, perpetuamos alguns discursos que servem como “motor” de uma engrenagem que retroalimenta a exclusão social, perpetuando a desigualdade ao invés de abordar suas causas estruturais.

Ao culpar a vítima ao invés de perceber que existem estruturas sociais que geram a desigualdade, somos convidados a não-refletir sobre as nossas práticas pedagógicas, e nos colocamos novamente no lugar do “Pai benevolente”, daquele que sabe o que é melhor para seu filho e dosa pílulas de sabedoria de acordo com o que acha justo, deixando de enxergar o outro e apenas refletindo a sua luz em um espelho vazio.

Ao diminuir a autonomia dos “menos favorecidos”, estamos caindo no erro de reforçar estereótipos, enxergando-os como receptores passivos das graças administradas, onde os mesmos não têm voz, não têm cor e não têm vontades. Atitude esta que vai totalmente contra a noção de alteridade e empatia, uma vez que é necessário “ver” o “outro”, e não fechar os olhos e adivinhar o que as pessoas precisam baseados nos meus achismos.

Voluntário 1: Cidadania. Eu acho que é a partir do individual. Eh que não incluia só você, não deseja do dia a dia, da sua forma de pensar eh eu vejo isso muito em relações internacionais também quando a gente compara as sociedades ocidentais e orientais que a gente vê, como que nas sociedades orientais muito mais uma questão presente durante a comunidade e a sociedade da questão do da comunidade em si mesmo de do pensamento. Se você está triste eu também estou triste. Não tem como você ficar triste ou estar feliz ao mesmo tempo. (Entrevista 02 - p. 04)

Este trabalho traz um novo olhar. O nosso foco depois da análise destes discursos, passa a ser a caridade, ao invés da cidadania. Pois a caridade se faz no íntimo, no individual e cabe compreensões particulares da necessidade do outro. Enquanto a cidadania precisa ser um movimento coletivo, que luta por igualdade, e que não está satisfeito com filantropia, mas busca de fato que estas ações sociais não precisem ser realizadas pois luta por igualdade de direitos, onde cada um possa gozar de uma cidadania plena, com direito a educação, saúde, trabalho, lazer, e assim por diante.

Assim, o foro temático “sair dessa bolha na qual a gente se encontra”, todos os voluntários analisados apresentam a ideia de diversas realidades, dando a noção de isolamento social, uma vez que eles estão vinculados a uma realidade de privilégios, e sendo poupados da “realidade social de precariedade”, ora, essa dimensão do “possuir”, ou melhor, do privilégio, faz com que os mesmos vivam em uma bolha social no qual não tem contato com a realidade exterior.

Veja no quadro abaixo, exemplos que corroboram este foro temática a partir de outras metáforas dos discursos dos voluntários.

Figura 13 – Figuras discursivas sobre o foro temático



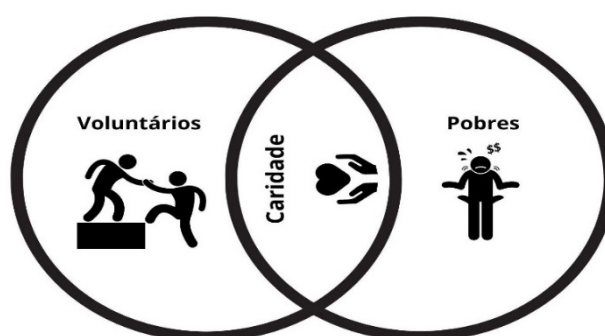
Fonte: O autor, 2023.

A análise das entrevistas revelou que a ideia de divisão de classes, baseado no local onde as pessoas residem, escolaridade e pobreza, indicando que a relação entre o voluntário e o assistido não se baseia na noção de cidadania, mas sim em uma lógica caritativa, centrada na

noção de ausência, ou seja, não se percebe a necessidade de geração de direitos, ou de luta por igualdade, mas observamos uma forte vontade de amenizar as mazelas sociais.

Isso demonstra que a interação entre os dois grupos sociais, não é caracterizada por uma relação igualitária, onde são caracterizadas trocas sociais, baseadas nos direitos, mas sim por uma dinâmica na qual o assistido é percebido como estando em uma posição de necessidade e carência, enquanto o voluntário ocupa o papel de provedor ou salvador.

Figura 14 – Interação entre voluntários e pobres



Fonte: O autor, 2023.

Para compreendermos como esses discursos são socialmente construídos dentro dos grupos de voluntariado, foi elaborado um quadro explicativo contendo as análises das frases extraídas das entrevistas. Este painel nos permite ter a dimensão, ou melhor, ter uma visão macro dos discursos dos voluntários, já que percebermos uma legitimação do lugar do pobre, tendo compreendido a realidade do mesmo como uma realidade separada e distinta da dos próprios voluntários, dando uma noção de bolha social.

Quadro 7 – Bolha social

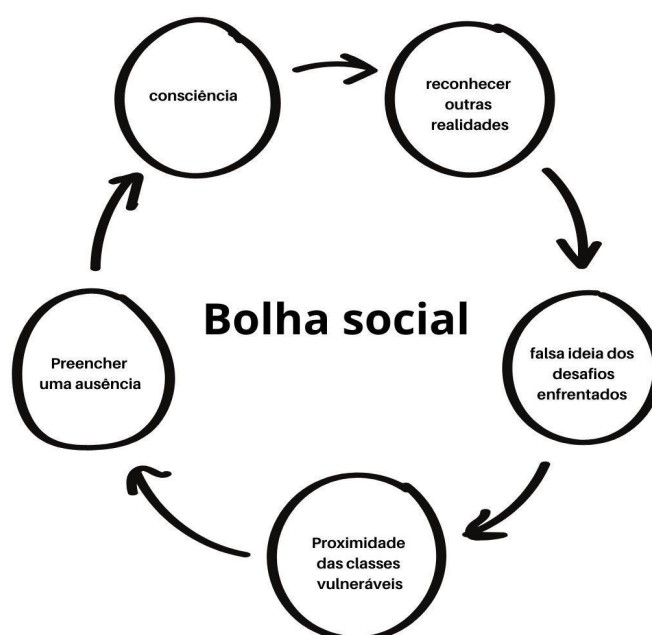
BOLHA			
	"o mundo é muito mais do que isso"	hipérbole	É utilizada para enfatizar a diferença entre as realidades.
	"Sempre me respeitaram bastante"	Hipérbole	a palavra "bastante" é empregada de forma exagerada para enfatizar que o respeito recebido foi significativo e em grande quantidade, extrapolando possíveis limites da realidade.
	"todos realmente somos iguais"	Eufemismo	transmitindo uma mensagem clara e contundente sobre a igualdade de todos.
	"entendendo que existem outras realidades diferentes das nossas, com outros sofrimentos e com outras questões que têm que ser levadas em consideração"	Metáfora	A metáfora compara a atitude de pensar e agir coletivamente a ação de olhar para além do próprio ego.
	"realidade completamente precária"	Eufemismo	expressão suavizada para descrever uma situação extremamente negativa, visando amenizar o impacto da descrição.
	"consciência sobre as desigualdades sociais existentes"	Metáfora	"Indica a importância de reconhecer e compreender as disparidades de oportunidades, acesso e tratamento que afetam diferentes grupos de pessoas.
	"A gente começa a olhar para além do nosso umbigo."	Metáfora	A expressão sugere uma expansão do ponto de vista pessoal para incluir uma visão mais ampla e empática do mundo ao redor.
	"a desigualdade ela tá muito longe de nós, mas na verdade ela tá mais próxima do que a gente imagina"	Ironia	Embora a primeira parte da frase afirme que a desigualdade está "muito longe de nós", a segunda parte contradiz essa afirmação, revelando que na verdade a desigualdade está "mais próxima do que a gente imagina".

Fonte: O autor, 2023.

Seguindo esta lógica vemos a presença de uma dita compreensão mais profunda em relação às desigualdades sociais na frase: “Entendendo que existem outras realidades diferentes das nossas”, demonstrando ciência sobre os desafios enfrentados por grupos marginalizados, que são diferentes da realidade vivenciada pelo voluntário. Na frase “A desigualdade ela tá muito longe de nós, mas na verdade ela tá mais próxima do que a gente imagina”, o voluntário entrevistado destaca a percepção de que as desigualdades sociais estão próximas a ele, demonstrando um rompimento com uma ideia inicial, de distanciamento das classes vulneráveis.

Ao observarmos o esquema abaixo podemos perceber de forma visual como aqui, é construído um caminho metodológico através das falas destes 6 voluntários, que corrobora a noção de bolha social e a necessidade de conhecer a outra realidade.

Figura 15 - Resumo das figuras de sentido



Fonte: O autor, 2023.

Este esquema visual organizado, demonstra que este ciclo, se inicia com uma ideia de consciência social e a urgência de reconhecer as outras realidades sociais, mas ao longo do caminho ela se perde, pois, a ideia de direitos é confundida com a ideia de caridade, gerando uma prática que não é reflexiva e nem tão pouco crítica. Assim, temos uma falsa ideia dos desafios e vontades da população empobrecida, ao mesmo tempo que esta ação traz benefícios, já que carrega a proximidade com realidades que antes eram inviabilizadas, porém esta

visibilidade através das ações de voluntariado tende a preencher uma falsa ausência, ou falta. Ao invés de serem práticas emancipatórias.

Ao compreender que a bolha interfere tanto na noção de cidadania quanto na noção de igualdade, uma vez que ela gera impacto nos assistidos e nos voluntários, principalmente nas suas leituras sobre as realidades sociais. A bolha social perpetua uma ideia equivocada ao não promover uma educação reflexiva em cima das práticas realizadas pelos voluntários, gerando distorções nos conceitos de desigualdades e injustiças sociais, ao em vez disso, mantém uma dinâmica que reforça a desigualdade, pois as práticas não almejam a emancipação dos grupos marginalizados, mas sim a manutenção e a perpetuação das relações de poder.

4.4 Tema 2: “essa realidade do outro”

Ao analisarmos a expressão **“Essa Realidade do Outro.”** O interlocutor utiliza da Metáfora, para se referir às vivências, experiências e condições de vida das pessoas em vulnerabilidade. Fazendo compreender que a realidade que ele se encontra, não é a mesma condição das pessoas que são atendidas nos projetos sociais, partindo do princípio da diferença.

A noção de existirem diversas realidades que são diferentes das do voluntariado que trabalha com as ações desenvolvidas, é um discurso que está presente em 100% das entrevistas. Visto que todos os estudantes falaram sobre esta temática de alguma forma, podemos compreender este movimento por dois vieses. O primeiro, pelo viés da consciência social, de perceber que realmente o indivíduo vive em uma sociedade altamente desigual e que privilegia alguns grupos sociais em detrimento dos outros.

O segundo, sendo viés da assistência social, ou melhor, da filantropia, questão esta que já foi abordada anteriormente e serve como motor para a reprodução das desigualdades, visto que, as ações voluntárias não são problematizadas, não gerando críticas, elemento fundamental para aprimorar as práticas pedagógicas e geral autonomia e empoderamento destas populações.

A problemática do viés assistencialista se aprofunda na superficialização das práticas pedagógicas, uma vez que as mesmas podem ser insuficientes para causar algum impacto nas populações atendidas. Ora, se eu não busco uma construção conjunta, se eu não realizo movimentos de escuta, eu não produzo algo que a população precisa, mas algo que eu acho que eles precisam, causando uma superficialidade das ações, muitas das vezes negligenciando as causas estruturais e sistêmicas que geram a desigualdade social.

O voluntariado de maneira inadvertida pode gerar uma perpetuação da desigualdade social, se as suas práticas não causarem reflexão crítica sobre a sociedade, ora, se eu ofereço oficinas baseadas em um status quo vigente, eu não só estou apoiando a desigualdade, mas ajudando a mesma a se manter. Se eu promovo oficinas de geração de renda para ajudantes de obra, por acreditar que este é o público da comunidade, eu não estou oferecendo fonte de mudança social, mas sim um motivo para que as pessoas se mantenham no estado de estão.

No conjunto de metáforas retiradas das entrevistas recolhidas em campo, podemos observar que esta falta de reflexão e ação transformadora está presente em todo o discurso, estabelecendo uma relação de dependência e subserviência entre os assistidos e os voluntários. Quando o interlocutor afirma que “traz luz para essas pessoas”, podemos interpretar que o seu objetivo não é desafiar as estruturas que mantém as desigualdades sociais, ao contrário, essa abordagem pode inadvertidamente reforçar estereótipos prejudiciais e justificar a exclusão social vivenciada entre a população marginalizada.

Figura 16 - sobre as metáforas do Foro Temático



Fonte: O autor, 2023.

No esquema acima podemos compreender de forma visual, como todas as falas corroboram para uma imagem de exclusão, onde se defende a ideia de divisão de classes e de pertencimento a outra realidade social. Essa abordagem vêm com um objetivo claro que auxilia nas construções das práticas educativa, uma lógica de preencher uma ausência por meio da caridade.

É preciso ter claro que a prática pedagógica sem a reflexão é esvaziada. Ao mesmo tempo que se através do voluntariado, não for tocado em assuntos que promovam mudanças sistêmicas na sociedade, eu não vou conseguir através da minha prática educativa gerar mudanças nas raízes da desigualdade social, se não forem planejadas ações que levem a reflexão crítica sobre a falta de acesso aos direitos mais básicos, nunca iremos conseguir gerar debates mais profundos acerca da cidadania digital, por exemplo.

Reconhecer que existem outras realidades é o primeiro passo para a geração de uma consciência social, mas não basta apenas reconhecer e querer administrar remédios que não combatam as reais causas da doença, é necessário conhecer, refletir, formular e propor.

Convivir significa vivir unos con otros en base a unas determinadas relaciones sociales y a unos códigos valorativos, forzosamente subjetivos, en el marco de un contexto social determinado. Esos polos que marcan el tipo de convivencia están potencialmente cruzados por relaciones de conflicto, pero que en modo alguno significa amenaza para la convivencia, más bien al contrario⁴⁵ (Jares, 2002, p. 3).

Por isso, a necessidade de uma pedagogia voltada para a paz, uma pedagogia crítica que aceita que o conflito é a base de uma mudança social. Ao se concentrar somente na filantropia, e nas ações voluntárias, temos um risco de minimizar o papel das políticas públicas, e minar a participação da população na construção das mesmas. Ao abordarmos a temática da caridade, se faz necessário compreender que a mesma se diferencia dos direitos sociais, uma vez que os direitos são dispositivos defendidos pela Constituição Federal de 1988, que versam sobre igualdade e dignidade humana, ou seja, visam resguardar direitos mínimos que são necessários para manter uma qualidade de vida.

Já a caridade, vem de uma origem católica, sua raiz etimológica vem da palavra latina Caritas, que quer dizer amor, princípio este que motiva as ações sociais e de voluntariado, por tem seu fundamento no amor ao próximo como mandamento e na solidariedade.

Observamos que a caridade é difundida como um dever cristão, como possibilidade de demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso e não, como possibilidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros de uma comunidade. Tendo por premissa básica o amor ao próximo, ela é considerada a base que levaria homens e mulheres a terem sentimentos e virtudes que seriam inerentes à natureza humana, como a bondade, a capacidade de perdoar, de acolher, a humildade, a aceitação mútua (Silva, 2003, p. 238).

⁴⁵ Viver juntos significa viver uns com os outros com base em determinadas relações sociais e códigos de valores, que são necessariamente subjetivos, dentro da estrutura de um determinado contexto social. Esses polos que marcam o tipo de convivência são potencialmente atravessados por relações de conflito, mas que de forma alguma significam uma ameaça à convivência, muito pelo contrário.

Não obstante, vemos constantemente os Direitos Sociais em contraste com a Caridade, pois confunde-se igualdade com benefícios, ou com auxílios, não reconhecendo os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, apenas auxílio motivados por uma filosofia cristã de serviço e amor ao próximo. O Estado de Direito, como tutelador dos direitos, entende que a dignidade e a igualdade é um valor universal e de todo homem, logo ele não está vinculado a nenhuma condição, como cor, gênero ou poder aquisitivo, pois, compreendem que os direitos fundamentais são inerentes ao homem.

Logo, o direito a educação por exemplo, não está vinculado a nenhuma política de voluntariado, muito menos vinculado à caridade de terceiros, mas é um direito comum a todos os seres humanos. Ao pensarmos por este viés, compreendermos de maneira automática, que não podemos encarar as pessoas em vulnerabilidade como meros beneficiários de ajuda caritativa, mas como cidadãos que estão sendo violados pela ausência de políticas públicas do Estado.

Por isso, mais uma vez se faz necessário que as ações pedagógicas reflitam um caráter crítico sobre as suas práticas, para não se tornarem esvaziadas e reprodutoras de práticas que violam os direitos fundamentais e são motores da desigualdade social.

Voluntário 4: Solidariedade cara, é a primeira coisa que aparece na minha cabeça, solidariedade essa essa movimentação de querer ajudar o próximo, de querer, tipo, mas no sentido de não ser o título egoísta, sabe? Você quer algo em troca, de você querer alguma coisa assim, mas realmente é uma ajuda pela ajuda mesmo, sabe? Se você tipo se sentir incomodado pela pessoa em situações difíceis e tal e você não se conformar com aquela situação, né? Com aquela realidade que uma pessoa próxima está vivendo, uma pessoa que está em situação de vulnerabilidade, está vivendo essa é um fator que quer me que me chama atenção quando fala e como tá ganhando. (Entrevista 04 - p. 02)

Ao partirmos de uma visão cristã Católica, observamos uma negação, ou uma Negligência do Conflito. Segundo Silva (2003), ignorar que existem diferenças socioeconômicas, tratando todos como “filhos de Deus” logo, todos são considerados iguais. Esta negação das desigualdades geram uma acomodação, ou melhor, um efeito de adormecimento em relação a busca por direitos, negando as relações de poder e privilégios.

Outro aspecto que precisamos abordar nas relações sociopedagógicas destes voluntários é a relação de fraternidade. Silva (2003), estabelece a diferença entre fraternidade e igualdade, como abordado anteriormente, a fraternidade é um valor das instituições lassalistas, trazem em sua filosofia a doutrina social da Igreja, que entende que todos somos irmãs e irmãos, porém precisamos diferenciar fraternidade de igualdade, explorando a relação de interdependência entre os menos favorecidos e os voluntários.

Ao analisarmos esta relação, a igreja nos pede que sejamos caridosos, que ajudemos os menos favorecidos, em contrapartida os menos favorecidos são incentivados a aceitar esmolas e doações, sendo anestesiados a buscarem de fato uma igualdade, sendo condicionados a depender de ações de caridade.

Voluntário 4: Bom, o voluntariado ele vem muito pela minha família, né? Pessoas... pela minha mãe e pelo fato que eu sou católico também, a religião também me puxou muito pra esse... pra essa... vontade, né? Minha mãe desde sempre ela me mostrava, ela me levava pra atividades pontuais, né? Alguma coisa mais simples, tipo, ah, doação de roupa e tal e por ela ter familiar na na Bahia que tipo, vive uma condição financeira diferente, tive esse contato desde pequeno comigo dela falando da importância desse desse acompanhamento, desse... dessa ajuda, às vezes a pessoa precisa de um ouvido pra escutar alguns anseios, também algumas relações assim, né? Então, desde pequeno, pela minha mãe, eu tive esse contato e na escola também, né, eu tive a oportunidade e o privilégio de ter esse acompanhamento, esse espaço pra poder me aprofundar, né, Beleza? (Entrevista 04 - p. 01)

Então reconhecer a realidade do outro, pode ter um caráter de determinação e reprodução das desigualdades. Uma vez que reconheço a vulnerabilidade do próximo, e não desenvolvo mecanismos para lutar por uma igualdade, eu estabeleço uma relação de interdependência, como se eu precisasse que existissem pobres para fazer a minha ação social.

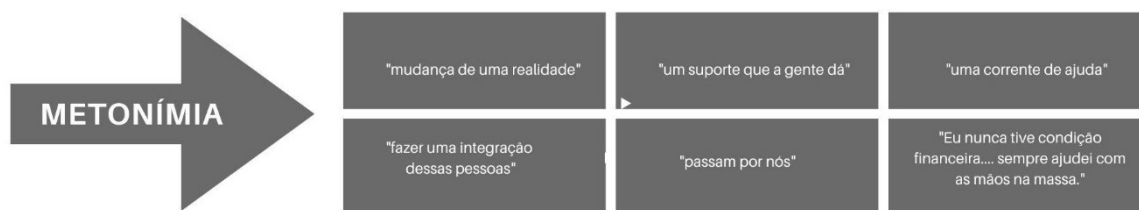
Voluntário 1: Putz! Ou a sua ação no voluntariado? Nossa! Um animal! Essa é difícil! A gente está querendo falar alguma coisa! Ah! Nossa! É muito difícil! Eu estou tentando passar... relaxa olha é um ser vivo não tecnicamente um animal uma êmula porque porque você já viu uma questão de biologia na escola talvez da questão da troca entre o peixe palhaço e anêmona né?

Voluntário 1: você tem anêmona lá e pós palhaço também né? Acho que acaba que são nós dois que a anêmona em si ela não tem nada que ela ela consome alimento, ela se alimenta mas acaba que por conta dela é uma troca que ela tem com um peixe palhaço, peixe palhaço ele não é afetado pela anêmona, queima os outros bichos e por conta dessa relação eles acabam que mutuamente se ajudando e pra mim eu acho que esse de certa forma é o volume. Nossa que legal você foi longe cara sei lá, eu queria pensar uma coisa assim, sempre pensar no bicho, vou pensar numa coisa boa.

Voluntário 1: Eh então acaba que o voluntariado é essa relação que às vezes você pensa, cê tá ajudando a próxima pessoa que realmente necessita, mas por conta dessa relação você também é ajudada. (Entrevista 01 - p. 05)

A questão da reflexão sobre as realidades dos outros e as práticas com os pobres devem levar em consideração a reflexão sobre o trabalho realizado com os desfavorecidos para além da caridade. É necessário sair do lugar comum no qual os necessitados devem aceitar essas “ajudas” sem questionar, ou sem problematizar o real motivo de estarem em vulnerabilidade e precisarem da caridade.

Figura 17 - As metonímias do discurso sobre a mudança da realidade do outro



Fonte: O autor, 2023.

No quadro de comparação entre as metonímias, identificamos um desejo de “suporte” às populações empobrecidas, onde não percebemos em nenhum momento alguma fala que vá em direção a luta por direitos e a construção de uma reflexão crítica que gera autonomia, o que obviamente não contribui de forma significativa uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Ao invés disso, é o seu compromisso estar focado no imediatismo da ação solidária, que tem os efeitos mais curtos e práticos, e não constroem ações duradouras, pois isso, requer um compromisso com a justiça social, a igualdade de direitos.

O que nos leva a uma reflexão sobre o papel do voluntariado na luta por direitos e igualdade social, podemos perceber pelo discurso apresentado pelos voluntários, que o mesmo tem o potencial de quebrar barreiras sociais, promovendo uma integração e mais importante dando visibilidade às causas sociais de pessoas marginalizadas. Porém, isso só é possível quando há um compromisso com a justiça social e a igualdade de direitos.

O voluntariado pode ser um canal de escuta e trocas significativas, dando voz e alertando sobre causas sociais. Pode criar espaços de encontro e diálogo, criando pontes e assumindo um compromisso genuíno com uma cultura de paz. Mas para tal, se faz necessário que as causas estruturais das injustiças sociais, não reproduzam ações sociais vazias, e não deem continuidade aos trabalhos desenvolvidos.

A reflexão crítica entra como um forte aliado nas práticas educativas, pois implica em questionar não apenas as formas de assistência oferecidas, mas também as motivações por trás dessas ações e os efeitos reais que elas têm sobre as comunidades atendidas. Para tal, é necessário ações que não sejam somente pontuais, mas que construam um trabalho socioeducacional, baseado na construção de um mundo mais justo, inclusivo e igualitário para todos, que valorizem o diálogo e as trocas sociais, e tragam em seu cerne a não negatização do conflito, respeitando os direitos humanos e a diversidade de opiniões.

4.5 Tema 3: realidade completamente precária

Neste terceiro fórum temático vemos a conclusão das ideias discutidas anteriormente, a noção de extrema pobreza e falta de acesso aos direitos mais básicos, visão esta compartilhada pelos voluntários pesquisados. A ausência de cidadania marcada pela falta, gera uma falsa associação entre caridade e direitos, uma vez que esta relação se torna prejudicial para o morador da comunidade que está sendo atendido pela ação social, pois gera uma errônea ideia de dependência em relação as ações de voluntariado.

Figura 18 - as metáforas do foro temático



Fonte: O autor, 2023.

Ao analisarmos a frase "um suporte que a gente dá", podemos ver a ideia da caridade enraizada, onde a mesma pode ser vista como um paliativo temporário, um remédio que ajuda a conter a dor, mas não estanca o sangramento, aliviando temporariamente os sintomas, sem proporcionar mudanças reais e duradouras.

Enquanto a frase "uma corrente de ajuda", indica uma dependência contínua das pessoas em situação precária da ajuda externa, ao invés de promover o empoderamento dessas populações. O discurso da passagem, "passam por nós", nos revela que a ajuda é transitória, o que torna o problema ainda mais grave, pois demonstra que não há uma obrigatoriedade na ajuda, podendo amanhã faltar.

“Porque eu acredito que eu me senti um ser humano melhor”, nos revela algo inédito até o momento. Pela primeira vez, percebemos que o foco principal é o voluntário, ou melhor, a gratificação pessoal do doador, ao invés do assistido. O que nos faz refletir a relação de interdependência abordada anteriormente e nos leva a entender a construção de “laços”, apontada nos discursos.

O voluntário, também sem dimensão da realidade social, age como um fator de perpetuação da desigualdade social, quando utiliza o valor de “amor ao próximo” como combustível para as suas práticas educativas, sem intuito de gerar uma mudança significativa nas estruturas sociais.

O voluntário tem noção que suas ações solidárias não transformam a realidade vivenciada diariamente por estes moradores, eles não conseguem construir práticas que diminuam a pobreza, a violência, que deem acesso a moradias dignas, alimentação adequada, acesso à saúde e educação. Mas servem como agentes pontuais, solucionam a fome naquele momento, ou durante um mês, mas não a causa real da fome na comunidade, é necessário gerar um pensamento crítico em relação às construções sociais que são impostas para os voluntários, a fim de diferenciarem políticas públicas de filantropia, caridade de direitos.

Voluntario 3: Olha, isso eu não sei, mas eu sei que mesmo que um pouco eu consegui mudar a vida de algumas pessoas, não mudaram tudo, mas consegui que elas tivessem a mínima condição possível, que é o básico! Então é isso!

Voluntario 3: Sim, sim. Não ajuda cem por cento, mas é o que a gente consegue fazer, dentro das condições.

Aquelas populações que vivem em situação de miséria, exclusão social e marginalização, sofrem um estigma social que está presente e enraizado em suas identidades, que comunicam inverdades que ao primeiro momento podem parecer ser afirmativas verdadeiras, e estas falsas pílulas de achismos, são frequentemente internalizadas pelas próprias pessoas que são marginalizadas.

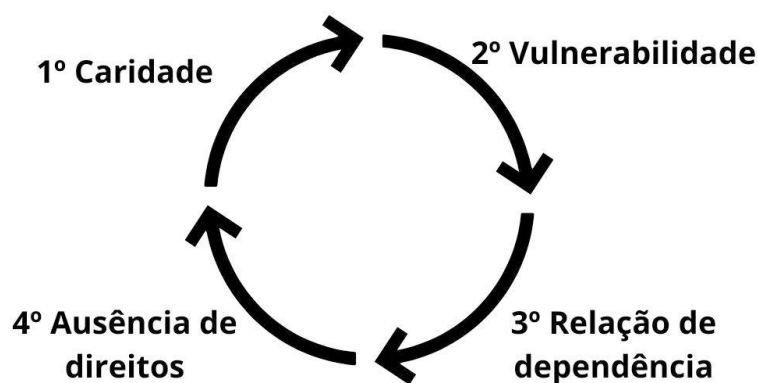
Figura 19 – Relação de interdependência



Fonte: O autor, 2023.

Essas falsas narrativas perpetuam um ciclo de desesperança, e de aceitação da realidade presente, como se todo o pobre precisasse de cesta básica, roupa e brinquedo. Essas crenças limitam o verdadeiro potencial de uma ação pedagógica libertadora, gerando manutenção dos estereótipos negativos associados à pobreza.

Figura 20 – Ciclo dos estereótipos negativos



Fonte: O autor, 2023.

Se faz necessário combater a pobreza e promover a igualdade social, tendo um duplo viés de ação neste contexto, tendo uma abordagem Estrutural e Transformadora. É notório a importância da solidariedade e do apoio mútuo na construção do bem-estar social, mas não podemos apenas nos focar na solidariedade nesta relação. Se buscarmos no dicionário o significado de solidariedade ele vai nos apresentar o conceito de “ajudar, amenizar ou diminuir a dor ou necessidade de alguém”, porém a prática pedagógica não deve estar focada somente nisto, em um sentimento de caridade, mas em uma noção de igualdade.

Isso porque todas contribuíram para o bem-estar da comunidade como um todo. Ela citou o exemplo de sua avó, que mesmo sem ter muita coisa, dava o que podia para aqueles que não tinham nada e isso não era visto como fora do normal ou uma exceção. Não era ajudar alguém para se sentir bem consigo mesmo. É entender que ajudar o outro é ajudar a humanidade da qual somos parte. No fim das contas, é como ajudar a nós mesmos. É isso, gente? Segundo nós precisamos uns dos outros para nossa existência e eu preciso de vocês. (Diário de Campo – data, horário, 2023, p. 5)

Ora, se eu preciso ajudar alguém, já pressuponho que esta pessoa não constitui uma relação de igualdade comigo. No discurso retirado do diário de campo, no Seminário de Formação para voluntários vemos o conceito de “apoio e cooperação”, que estabelece uma relação de obrigação social com aqueles que mais precisam, no qual podemos compreender que o fator de conexão é a “falta”. Entretanto, as relações de voluntariado devem se basear no bem comum, que se traduz em amenizar o sofrimento alheio, fator que nos relaciona e nos conecta.

Ao problematizarmos a conexão pela “falta”, estabelecemos um elo fraco desta relação e assumimos o dever de iluminar aquela realidade que se encontra nas trevas. O problema não está na consciência social e no dever de ajudar as populações, mas sim em compreender que aquilo basta. “No fim das contas, é como ajudar a nós mesmos.” (p. 5) É necessário apreender que o outro é diferente de mim, que tem outras necessidades, outra visão de mundo.

Uma educação que está voltada para a emancipação vai além das necessidades primárias. É óbvio que o ser humano precisa atender às suas necessidades primárias para conseguir “lutar” por igualdade. Mas a ação pedagógica não deve parar neste primeiro ponto, é necessário que o conhecimento administrado através das nossas práticas vá além dos conhecimentos acadêmicos e técnicos, que ele sirva como ferramenta para capacitar o jovem a pensar de forma crítica e compreender o mundo ao seu redor, questionando a real razão dos problemas.

Um texto retirado da rede, fala da necessidade de criarmos “cabritos monteses”, ao invés de ovelhas. Ovelhas são boas pois dão carne e lã, mas quando chega um predador elas não conseguem se defender, já os cabritos têm a carne dura, não da lã, e tem chifres, mas nenhum predador subiria uma montanha para caçá-los.

Trazer esta analogia para educação, faz pensar que o voluntariado sem reflexão crítica cria ovelhas, que mantêm a reprodução das desigualdades, e cria uma dependência de um pastor, de uma mão que os alimenta, já quando emancipamos os sujeitos eles se tornam donos de direitos e brigam eles mesmos por condições de vidas justas.

Pensei então, que a maneira certa de proteger as ovelhas não é botando elas no cercadinho do redil. Melhor é transformá-las em cabritos monteses, valentes, corajosos, fortes chifres enrolados... (Disponível em:

<<https://osenhortedeapaz.blogspot.com/2011/03/ovelhas-e-cabritos.html>>. Acesso em: 06 jan. 2024).

Por fim, concluo esta análise relatando que a falta da noção de emancipação e cidadania nos discursos dos voluntários analisados, demonstra uma relação de codependência vinculado a uma noção de ajuda. Que podem gerar reflexos nas práticas educacionais desenvolvidas por estes alunos durante a administração das suas oficinas sociais, não incentivando a autonomia, e, não gerando uma capacidade crítica sobre a realidade vivenciada, criando ciclos de desigualdade social.

Figura 21 – Ciclos de desigualdade social



Fonte: O autor, 2023.

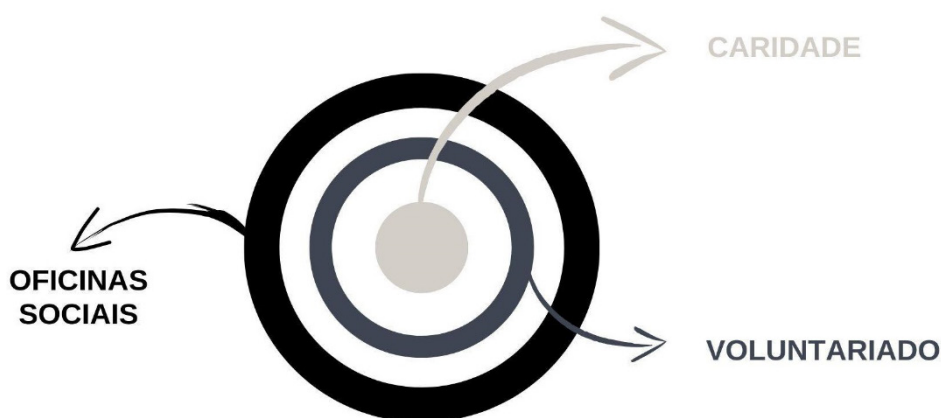
Ao analisarmos o esquema apresentado acima oriundo dos fóruns temáticos, recolhidos dos discursos dos 6 voluntários que participaram deste trabalho como entrevistados, podemos concluir que torna-se evidente que os voluntários confundem conceitos fundamentais, que são essenciais para orientar as suas práticas educativas. Ao misturarem direitos com caridade e justiça social com auxílio, há uma tendência de simplificar e distorcer a compreensão das reais questões sociais que atingem as populações empobrecidas.

A notória confusão entre cidadania, ou seja, os acessos aos direitos, civis, políticos e sociais e caridade cria uma visão limitada das reais causas das desigualdades sociais. Enquanto os direitos se referem a garantias fundamentais que o Estado deve garantir ao indivíduo, a caridade tem por objetivo aliviar o sofrimento sem abordar as causas profundas das mazelas sociais.

Essa confusão é refletida nas práticas pedagógicas como podemos observar no quadro de oficinas solidárias, fazendo os voluntários adotarem uma postura assistencialista, em vez de construírem diálogos e reflexões que capacitem os assistidos e gerem autonomia. Da mesma forma, ao confundirem justiça social com auxílio, ou ajuda, deixamos de abordar as estruturas de poder e privilégio que perpetuam as desigualdades sociais.

Essas práticas são refletidas nas oficinas sociais, organizadas pelos voluntários, gerando um impacto significativo na construção e aplicação das práticas educativas, gerando abordagens de ensino que priorizam a caridade, de tal modo que são superficiais e não trabalham diretamente a questão da cidadania.

Figura 22 – Oficinas sociais



Fonte: O autor, 2023

Como podemos observar no esquema acima a caridade é o principal motivador e influenciador das ações de voluntariado, sendo o norte para os planejamentos das oficinas sociais, de tal maneira que as práticas pedagógicas utilizadas para o voluntariado tem seus alicerces na mesma, não tendo influência do conceito de cidadania, pois não se gera nenhum tipo de reflexão crítica sobre as estruturas sociais de poder, que geram desigualdade.

A raiz na tradição cristã orienta a abordagem das atividades de responsabilidade social da instituição, influenciando na forma como são pensados os projetos de voluntariado. O foco central no “amor ao próximo”, pode levar a uma abordagem de caridade que prioriza a prestação de ajuda imediata e assistência material, influenciando nas relações entre os voluntários e as comunidades atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das falas dos voluntários revelou que não existe o objeto cidadania para este grupo que o faça ser capaz de constituir uma representação social sobre este conceito. Mas existe um predomínio do discurso da caridade em detrimento do conceito de cidadania. Este senso comum de caridade apresentado, não consegue explicar o que seja cidadania, vide análise das metonímias encontradas na análise filosófica do discurso, que tentam convencer o pesquisador e o auditório que a cidadania é de ordem individual e pessoal, ou algo relativo.

As metáforas apresentadas em conjunto com os foros temáticos, não dão condições que exista um núcleo, parte figurativa que seja comum a todos os sujeitos, ou seja, o que é entendido como cidadania não é algo comum aos entrevistados, não possuindo uma ancoragem. Uma marca social do grupo que o faz reconhecer enquanto pertencentes àquele determinado grupo social.

Sendo assim, os entrevistados não se identificam enquanto grupo, se existir uma representação, não será a de cidadania, a qual foi o objetivo de pesquisa deste trabalho, pode supor-se que há uma representação social de caridade, não sendo o foco aqui. Outras pesquisas podem ser realizados através deste, para analisar se a caridade, de fato é uma representação social destes sujeitos.

Ao examinar suas narrativas, percebe-se uma forte ênfase na prática da caridade, caracterizada pela oferta de ajuda e assistência aos mais necessitados. Os voluntários expressam uma preocupação genuína em aliviar o sofrimento dos outros e em proporcionar auxílio material e emocional às pessoas em situação de vulnerabilidade.

No entanto, a ausência de representações sociais de cidadania indica que o conceito de cidadania não é o principal norteador das práticas pedagógicas desses voluntários. Enquanto a caridade se concentra na prestação de auxílio imediato e na mitigação das consequências da desigualdade social, a cidadania transcende essa abordagem assistencialista ao englobar uma visão mais ampla e estrutural das relações sociais e políticas.

A caridade, por si só, não promove mudanças estruturais na sociedade nem aborda as causas profundas da injustiça e da exclusão social. Ela pode oferecer alívio temporário para os indivíduos em situação de necessidade, mas não desafia as estruturas de poder e desigualdade que perpetuam tais condições. Por outro lado, a cidadania envolve o reconhecimento dos direitos e responsabilidades dos cidadãos, bem como o engajamento ativo na transformação social e na promoção da justiça e da equidade.

A confusão entre caridade e cidadania pode ser problemática, pois pode perpetuar uma visão paternalista e desigual das relações sociais. Ao se concentrar exclusivamente na prática da caridade, os voluntários podem não estar abordando as raízes profundas da injustiça e da exclusão social, contribuindo para a manutenção do status quo em vez de desafiá-lo.

A noção de caridade, quando associada à autossatisfação do voluntário, pode ter um aspecto negativo, pois esse sentimento muitas vezes é obtido à custa da dignidade dos beneficiários e não necessariamente resulta em benefícios significativos para as comunidades atendidas. Nesse contexto, a caridade pode ser percebida como uma forma de gratificação pessoal, na qual os estudantes buscam reforçar sua própria imagem e *status* sociais, em vez de verdadeiramente se comprometerem com a transformação social e a promoção da justiça.

Reconhecer a diferença entre caridade e cidadania e promover uma abordagem mais holística e engajada para o trabalho voluntário. Isso envolve não apenas oferecer ajuda imediata às pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também advogar por mudanças sistêmicas que abordem as causas subjacentes da injustiça social e promovam uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Margareth Martins de; COELHO, Mônica Paranhos. Pedagogia social e trabalho voluntário: uma questão de solidariedade, ética e resistência. **Revista Pedagogia Social UFF**, [S.l.], v. 8, n. 2, nov. 2019.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho. A Igreja Católica e suas instituições de Ensino Superior. **Proposições**, v. 28, n. 3, p. 60–82, set. 2017.
- ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica**. Rio de Janeiro: EDIOURO, 1998.
- BAPTISTA, Isabel. Políticas de alteridade e cidadania solidária - as perguntas da Pedagogia Social. **Cadernos de Pedagogia Social**, n. 1, p. 135-151, 1 jan. 2007.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BONFIM, Paula. **A cultura do voluntariado no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- BRASIL. **LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Ministério do Trabalho, 1998.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, ano XII, n. 23, p. 341-368, 2010.
- CALIMAN, Geraldo. O humanismo pedagógico de Dom Bosco nas Instituições Universitárias Salesianas. **Revista Dialogos**, v. 12, 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/2343>>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, 2021.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DEPRAZ, Natalie. **Compreender Husserl**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. In: **Psicologia: Teoria e pesquisa**. Brasília, v. 18, n.1, jan./abr., pp. 27-35, 2002.
- DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. In: **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ – Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 187-204, 2001.
- FERREIRA, Arthur Vianna; MACHADO, Júlia Abreu. A pobreza e a queixa como discursos nos processos educacionais em São Gonçalo-RJ: entre a dialogicidade de Paulo Freire e a convivência de Xesús Jares. In: FERREIRA, Arthur Vianna; LOPES, Lucas Salgueiro; DIAS, Thiago Simão (org.). **Fora da Sala de Aula: formação docente e pesquisas sobre pobreza e educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 141-161.

FERREIRA, Arthur Vianna. Apontamentos teóricos da Fenomenologia como (possível) caminho metodológico para pesquisas em educação não escolar. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Convivência e itinerância**: uma abordagem psicossocial para revitalização das relações agostinianas. Maringá: A. R. Publisher Editora, 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna. Pedagogia social e docência ampliada no processo de formação inicial. In: FERREIRA, Arthur Vianna (org.). **Dentro ou fora da sala de aula?** O lugar da Pedagogia Social. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. p. 31-49.

FERREIRA, Arthur Vianna. As representações sociais de ‘educando-pobre’ e a formação da identidade profissional do educador social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea (REEDUC)**. Rio de Janeiro, v.14, n.37, p. 274-299, jun./out. 2017a.

FERREIRA, Arthur Vianna. O “aluno-pobre”, as representações sociais e as práticas de iniciação científica na formação docente em história. In: COSTA, Ana Valéria de Figueiredo da; MAGALHÃES, Edith Maria Marques (Org.). **Percursos de iniciação científica**: a prática da pesquisa nos espaços educativos. Rio de Janeiro: Autografia, 2017b. p. 148-175.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e evasão em espaços educacionais não escolares**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.

FERREIRA, Arthur Vianna. O estágio curricular e a fenomenologia de Edmund Husserl: práticas investigativas na formação docente inicial. In: **XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. PUCPR, Paraná, p. 21853-21864, 26 a 29 de outubro, 2015a.

FERREIRA, Arthur Vianna. O uso da fenomenologia nas práticas de estágio supervisionado para licenciaturas. **Rev. Brasileira de Ensino Superior**. Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 5-14, 2015b.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e identidade profissional**: práticas educativas com camadas empobrecidas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2012.

FERREIRA, Arthur Vianna. Toda pedagogia é social? In: MARTINS, Margareth (Org.). **Pedagogia Social**: métodos, teorias, experiências, sentidos e criatividade. Coleção: Pedagogia Social Para o século XXI. Vol. 1. Curitiba. Editora CRV, 2019. p. 111 - 124.

FEIJOO, Ana; GOTO, Tommy. É possível a fenomenologia de Husserl como método de pesquisa em psicologia? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 4, 2016.

FORPROEX - **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.

FORPROEX - **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

FORPROEX – **Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FREIRE, Jussara. 'Violência urbana' e 'cidadania' na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das 'justas atribuições' do Estado. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O mito das estratégias de sobrevivência**: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. Editora Companhia das Letras, 2012.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**. Sexta Investigação (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, 1975.

IRMÃOS DAS ESCOLAS CRISTÃS. **Declaração Sobre a Missão Educativa Lassalista**: desafios, convicções e esperanças. Roma: Casa Geral, 2020.

JARES, Xesús Rodrigues. **Pedagogia da convivência**. São Paulo, Palas Athena, 2008.

JARES, Xesús Rodrigues. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo, Palas Athena, 2007.

JOÃO PAULO II. **Constituição apostólica Ex corde ecclesiae**. São Paulo: Paulinas, 2000.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Redemptoris missio**: sobre a validade permanente do mandato missionário. Paulinas, 1991.

JULIATTO, Clemente. Pastoral Universitária: a Universidade Católica a serviço da evangelização. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 27-52, jan./jun. 2009.

LIMA, André. "E só assim então, serei feliz, bem feliz": uma análise das relações sociais a partir do choro no Projeto Centro de Ópera Popular de Acari. **Ensaio**, v. 16, p. 18-41, 23 dez. 2020.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 1994.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Metáfora: figura argumentativa central na coordenação discursiva das representações sociais. In: CAMPOS, Pedro Humberto Farias. LOUREIRO, Marcos Correa da Silva (Orgs.). **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiânia: Ed. UCG, pp. 89-102, 2003.

MENEGAT, Jardelino; SARMENTO, Dirléia. Educar para a responsabilidade social: um compromisso das instituições de ensino superior lassalistas. **Conhecimento & Diversidade**, v. 10, n. 22, p. 42-53, set./dez., 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 165-177, 2017.
- OTTO, Hans-Uwe. Origens da pedagogia social. In: SILVA, Roberto da; SOUSA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (org.). **Pedagogia Social**. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.
- PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE. **Plano de Pastoral**. Porto Alegre, 2015.
- PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE. **Proposta Educativa Lassalista**. Porto Alegre, 2014.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RELAL - Região Latino-Americana Lassalista. **Projeto Educativo Regional Lassalista Latino-americano (PERLA)**. Bogotá, Colômbia: RELAL, 2011.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania**. *Revista de Ciências Humanas da UNITAU*, v. 7, n. 2, 2001.
- SANTOS, Milton. As cidades multiladas. In: CARDOSO, Ruth. *et al.* **O Preconceito**. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo: 1996/1997.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos—a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise social**, p. 581-597, 1994.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

APÊNDICE – Esboço da entrevista realizada com os voluntários

1. De que maneira o voluntariado na ação social do pé pequeno promove uma relação harmoniosa entre os indivíduos? (Pedagogia da convivência)
2. Como o trabalho voluntário na ação social do pé pequeno pode fortalecer o senso de pertencimento e inclusão social? (Cidadania - T.H. Marshall)
3. O voluntariado auxilia na criação de laços de solidariedade e empatia entre os participantes? (Pedagogia da Convivência)
4. De que forma o voluntariado na ação social do pé pequeno contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária? (Cidadania - T.H. Marshall)
5. Oportunidades de voluntariado na ação social do pé pequeno podem ser vistas como um exercício prático de cidadania. Como isso pode ser percebido nas atividades realizadas? (Cidadania - T.H. Marshall)
6. Quais são os valores e princípios presentes nas ações de voluntariado na ação social do pé pequeno que podem ser relacionados aos direitos humanos e à justiça social? (Cidadania - T.H. Marshall)
7. De que maneira o voluntariado na ação social do pé pequeno estimula a consciência crítica em relação às desigualdades sociais? (Pedagogia da Convivência)
8. Como as atividades de voluntariado na ação social do pé pequeno podem contribuir para a quebra de estereótipos e preconceitos presentes na sociedade? (Cidadania - T.H. Marshall)
9. Quais são as possíveis transformações individuais e coletivas que podem ocorrer por meio do engajamento voluntário na ação social do pé pequeno?
10. De que forma o voluntariado na ação social do pé pequeno possibilita o exercício da autonomia e responsabilidade social dos participantes? (Pedagogia da Convivência).